

Comício de afirmação, unidade e confiança

Págs. 15 a 19

Festa em Lisboa!



e campanha por todo o País

- Carlos Carvalhas na região de Lisboa
- Álvaro Cunhal em Aveiro, Viana e Braga

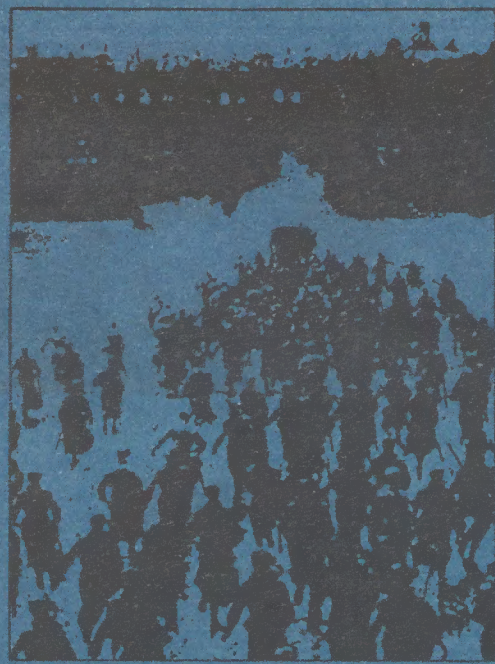
Págs. 4 a 6



PCP apresenta Programa de Desenvolvimento para o Ensino Superior

O PCP apresentou, domingo, em Lisboa, o seu Programa de Desenvolvimento para o Ensino Superior onde estiveram Carlos Carvalhas e Edgar Correia (membro da Comissão Política) e alguns membros da Comissão do Ensino Superior do PCP: Ana Maria Guedes (professora associada da Universidade de Évora), António Costa (professor associado do Instituto Superior Técnico), António Filipe (deputado à Assembleia da República), Coutinho Duarte (professor da Escola Náutica Infante D. Henrique), Daniel Santos (estudante e membro da Direcção Central do Ensino Superior do PCP e da DORL), João Sousa Lopes (professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), Mário Carvalho (professor e presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Engenharia do Porto) e Rui Namorado Rosa (professor catedrático da Universidade de Évora e do Instituto Superior Técnico e membro do Conselho Nacional de Educação).

Pág. 21



7 de Novembro A revolução inesquecível

Págs. 24 e 25

Não haverá redução do IRS em 94!

• Artigo de
Octávio Teixeira

Pág. 20

Nota da Comissão Política Governo do PSD é o mais grave factor de instabilidade

Pág. 3

Arafat em Lisboa

Pág. 14

Cidadãos querem debates pluralistas

Pág. 32



Comício do PCP, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa

RESUMO

3 Quarta-feira

Marques Mendes afirma no Parlamento que a responsabilidade pelo "falhanço" da concertação social é da responsabilidade da oposição ■ Jaime Ramos, líder da bancada do PSD madeirense, apela da tribuna da Assembleia Regional para que "deixem a Madeira em paz" ■ Representantes da Amnistia Internacional entregam ao Provedor de Justiça, ao Procurador Geral da República e ao Primeiro-Ministro um relatório sobre violações aos direitos humanos nas cadeias portuguesas ■ Fontes judiciais revelam que o empresário Carlo de Benedetti foi colocado sob prisão domiciliária ■ Ventos fortes voltam a reacender vários incêndios no Sul da Califórnia ■ Os governos britânico e brasileiro chegam a acordo quanto à extradição de César Farias ■ Benfica, Porto e Sporting passam as eliminatórias nas respectivas competições europeias de futebol.

4 Quinta-feira

O presidente da Confederação do Comércio Português propõe aumentos salariais inferiores a quatro por cento no comércio ■ A Fenprof confirma a manutenção da greve dos professores às horas extraordinárias a partir do dia 8 ■ Mais cinco funcionários, quatro dos quais jornalistas, são convidados a rescindir os seus contratos com a Rádio Nova ■ Antigos funcionários dos serviços secretos acusam o Presidente italiano, Luigi Scalfaro, de ter estado envolvido no desvio de fundos quando ocupou a pasta do Interior; Bettino Craxi, ex-dirigente socialista, afirma por sua vez que nenhum dos grandes grupos económicos escapa à corrupção ■ O governo turco anuncia a intensificação dos ataques aos guerrilheiros curdos ■ Declarações de Shimon Peres são interpretadas como um sinal de que pode estar para breve um acordo entre Israel e a Síria ■ Chissano e Dhlakama chegam a acordo quanto à possibilidade de os emigrantes moçambicanos poderem votar nas próximas eleições.

5 Sexta-feira

O PCP realiza um grande comício em Lisboa que enche por completo o Pavilhão Carlos Lopes para apresentação dos candidatos da CDU às autarquias dos distritos de Lisboa e Setúbal ■ Notícias na imprensa matutina avançam com a possibilidade de um congresso antecipado do PSD na hipótese de um desaire autárquico ■ Sindicatos da TAP consideram inconclusiva a reunião com o ministro Ferreira do Amaral ■ Enfermeiros realizam uma greve de 24 horas em defesa do estatuto profissional ■ Ichiro Ozawa, fundador de um dos sete partidos da coligação que governa o Japão, é acusado de ter recebido "luvas" de uma empresa de construção civil ■ Ex-director-geral da empresa Ferruzzi anuncia em Itália que o Banco do Vaticano terá servido para a "lavagem" de dinheiros.

6 Sábado

Manuel Monteiro acusa o Governo de "incongruência polí-

tica" e sublinha que o "PSD está desnorteado" ■ A Federação Nacional dos Médicos acusa o Governo de "usar" os médicos em época de eleições para dar a entender às populações que os problemas das unidades de saúde são da responsabilidade destes profissionais ■ António Guterres acusa Cavaco Silva de "quebra de palavra" por este ter repensado a participação na campanha eleitoral para as autárquicas ■ Deputados da oposição boliviana entram em greve de fome, como forma de protesto contra o despedimento de milhares de trabalhadores da função pública ■ Políticos italianos manifestam o seu receio de que os recentes escândalos de corrupção possam originar a total desagregação do Estado ■ Boris Ieltsin, esquece as promessas feitas, e admite que não se submeterá a sufrágio antes de 1996.

7 Domingo

Cavaco Silva, em comício no Porto, pronuncia um discurso recheado de promessas ■ O Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado repudia a intenção governamental de liberalizar a sua actividade ■ PCP apresenta Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, reivindicando o lançamento de um programa extraordinário de investimento até ao final do século ■ É tornada pública uma declaração de Xanana Gusmão em que este relata a sua greve de fome em protesto contra o facto de estar preso numa cadeia destinada a criminosos de delito comum ■ Apesar da proibição, milhares de pessoas comemoram em várias cidades russas o 76º aniversário da Revolução de Outubro ■ Dez militantes do ANC são assassinados numa aldeia do bantustão de Kwazulu.

8 Segunda-feira

Professores iniciam greve às horas extraordinárias ■ A CGTP-IN afirma em documento que "o patronato é responsável por uma das maiores fugas e evasões fiscais de que há memória" ■ As Forças Armadas Angolanas acusam em comunicado a Unita de prosseguir os combates e realizar atentados ■ Israelitas e palestinos iniciam no Cairo os trabalhos dos comités restritos para relançar as negociações com vista a um acordo sobre o conceito de segurança ■ Chevardnadze anuncia ofensiva sobre a Abkhazia ■ A Indonésia reforça a presença militar em Dili e impõe o recolher obrigatório.

9 Terça-feira

Os sindicatos da TAP conseguem reatar o diálogo com o conselho de administração da empresa ■ A coligação «Com Lisboa realiza um debate com agentes de turismo para analisar as linhas programáticas para 1994-1997 ■ Eleições legislativas na Jordânia dão vitória aos partidos próximos do rei Hussein ■ O Presidente Ieltsin exorta os russos a referendarem a nova Constituição ■ Novos confrontos eclodem entre as forças governamentais da Geórgia e os separatistas abkhazes.

EDITORIAL

Os medos e as manhas do PSD

O regresso espalhafatoso de Cavaco Silva à campanha eleitoral autárquica do PSD, depois do tão apregoado distanciamento que se atribuiu, põe em evidência os apuros e os medos que o partido do Governo está a experimentar em face do aprofundamento da crise económico-social e da provação política de 12 de Dezembro.

A operação propagandística do Porto chama também a atenção para as manhas e as táticas com que o estado-maior cavaquista procura dar a volta à situação.

Acosados pelas dificuldades, o Governo e a direcção laranja parecem dispostos a recorrer ao "vale tudo" para contrariarem a perda de apoio e o crescente isolamento e evitarem a derrota eleitoral.

Neste aspecto, avulta mais uma vez o vergonhoso papel que reservaram à RTP1. Foi verdadeiramente escandalosa a manipulação do telejornal de domingo, ao serviço de Cavaco Silva, abrindo sincronizadamente com o directo da sua "entrada em campo" desfraldando a frase "esta é a resposta convincente" e, mais tarde, com outro directo da longuíssima tirada de todas as promessas.

O que se anuncia da parte do Governo e do PSD é, então, a utilização ainda mais abusiva da televisão e, provavelmente, da rádio públicas, de outros meios públicos e do aparelho de Estado e o recrudescimento do recurso à demagogia mais mentirosa e descabelada.

Além disto, tudo indica também que os governantes laranja procuram, com os mesmos objectivos, provocar uma artificial dramatização das eleições autárquicas puxando o tema da "estabilidade governativa" como Cavaco Silva fez no Porto e relançando a polémica da "dissolução da Assembleia", como algumas figuras menores do PSD e órgãos de imprensa useiros nestas operações fizeram nos últimos dias.

Esta dramatização tem evidentemente grandes riscos para Cavaco Silva e não estava nos seus planos iniciais corrê-los, como atesta a entrevista à SIC, em que falou dos "305 combates locais". O facto de entrar na dramatização agora só demonstra que as notícias que recebe sobre o desenrolar desses combates são bastante piores do que aquilo que esperava. Além disso, também a crise, que tão peremptoriamente tem negado, lhe bate crescentemente a todas as portas, até à porta do Grupo Parlamentar,

onde o mal-estar de um grande número de deputados já é indissolúvel.

O crescente nervosismo evidenciado pelo Governo e o PSD tem que ser enfrentado com grande firmeza e muita serenidade.

Não se deve deixar adular a especificidade das eleições autárquicas na importância que revestem para as populações, como instância privilegiada para o equacionamento das problemáticas locais e como escrutínio em que está, acima de tudo, em jogo a escolha da composição dos órgãos dos municípios e freguesias do País.

É necessário, ao mesmo tempo, proceder ao sistemático desmascaramento da política do Governo, responsável pela grave crise económico-social em que o País está

Acosados pelas dificuldades, o Governo e a direcção laranja parecem dispostos a recorrer ao "vale tudo" para contrariarem a perda de apoio e o crescente isolamento e evitarem a derrota eleitoral.

mergulhado, esvaziar a demagogia com que pretende desresponsabilizar-se e enganar os incautos, pôr em evidência o autoritarismo e o pendor repressivo que caracterizam a sua actuação e com os quais pretende impor à viva força as suas orientações.

É evidente, por tudo isto, que as eleições autárquicas são também uma ocasião soberana para manifestar o descontentamento com a política do Governo do PSD e para punir o PSD nas urnas.

O recente discurso, do Porto, do Primeiro-Ministro, longe de atenuar, deve ser considerado, pela revoltante hipocrisia de que fez uso, mais um motivo para agravar a punição do Governo e do PSD.

Cavaco Silva anunciou com grande ênfase "a maior redução de sempre do IRS". O PCP já demonstrou que essa redução é inexistente e, claro, se houvesse seria a maior de sempre porque até agora não houve nenhuma, aliás o imposto só existe desde 1989 e foi uma criação do próprio Governo do PSD.

Cavaco Silva, respondendo tardiamente a uma justa reivindicação, prometeu "a manutenção dos preços da electricidade para as empresas portuguesas", mas esqueceu-se de esclarecer que com isso estava a anunciar que os preços da electricidade vão aumentar para as famílias e a generalidade dos cidadãos.

Cavaco Silva gabou-se de que vai aumentar as reformas e pensões, mas como o PCP demonstrou na conferência de imprensa da passada terça-feira, esses aumentos são ridículos, e o Primeiro-Ministro mentiu descaradamente quando afirmou que com eles vai melhorar o poder de compra dos reformados.

Na referida conferência de imprensa, Edgar Correia salientou: "O Governo pretende enganar os reformados e pensionistas utilizando como referência, não a inflação verificada no próprio ano (1993), que se situa entre os 7 e 7,5 por cento, mas a inflação que o Governo prevê para o próximo ano (1994), e que, segundo afirma não excederá os 5,5 por cento."

O Governo pretende, também, enganar os desempregados e os ameaçados de desemprego com o apregoado "programa de apoio aos desempregados e à criação de empregos", que não deve ser diferente do que consta do fracassado acordo de concertação social e que acaba por se traduzir na atribuição de benefícios às empresas. Aliás, a perspectiva implícita no Orçamento do Estado é a do crescimento do desemprego e não da sua diminuição.

O Governo quer enganar o eleitorado com estas artes de ilusionismo mal ensaiadas. É tempo dos portugueses afirmarem pelas suas escolhas no plano local e pela rejeição da política governamental: — basta de manhas laranja!

O que os estrategos do PSD mais gostariam é que o país se deixasse agora enredar (como aconteceu com alguns dirigentes do PS) em disputas e desmentidos acerca da polémica da dissolução da Assembleia da República.

Para mal dos estrategos laranja, a vida política nacional está dominada pela dinâmica da preparação das eleições para as autarquias locais e pelas lutas sociais que dão expressão ao profundo descontentamento acumulado.

São estas duas dinâmicas que o Governo mais teme. A primeira, que teve um dos seus momentos mais altos com o grande comício do PCP em Lisboa, está permanentemente a desmascarar os crimes do Governo contra o poder local e os interesses das populações, contra os interesses do povo e do país e contra o regime democrático. A segunda está a esvaziar a demagogia governamental e exprime-se na preparação de grandes acções combativas como "a ampla acção de sensibilização e esclarecimento" que está a decorrer e o Dia Nacional de Luta fixado para 18 de Novembro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.780\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do CC do PCP

Governo do PSD é o mais grave factor de instabilidade

Reunida na passada segunda-feira, a Comissão Política do Comité Central do PCP aprovou uma nota que, no dia seguinte, o camarada Edgar Correia tornou pública em conferência de imprensa. É o seguinte o teor do documento então divulgado:

1. A intervenção de Cavaco Silva no comício do PSD, no Porto, constituiu um momento particularmente esclarecedor das dificuldades e do nervosismo que estão a atingir o partido do Governo e também dos métodos a que procura recorrer, em visível desespero de causa.

Desde logo porque o recurso repetitivo à falta de verdade e à demagogia, pesem embora precedentes eleitoralmente rentáveis, constitui na realidade um terreno cada vez mais inseguro para o líder do PSD, face à uma opinião pública vivamente confrontada com o incumprimento de anteriores promessas e com as desastrosas consequências, para Portugal e para os portugueses, da política levada a cabo pelo Governo.

Depois porque a conhecida técnica da "dramatização" a que Cavaco Silva lançou mão, agitando novamente os terríficos cenários da instabilidade, o "ou nós ou o caos", evidencia afinal a fraqueza em que o PSD se encontra e a necessidade de coagir psicologicamente eleitores que se manifestam cada vez mais descontentes e recalcitrantes em darem o seu apoio nas autárquicas aos candidatos "laranja".

Por último, pelo recurso à indisfarçável articulação entre a intervenção do chefe do Governo, na qualidade de líder partidário, e o serviço noticioso do principal canal público de televisão, com os "directos" jornalísticos programados em função do impacte propagandístico visado pelo PSD.

O PCP volta a salientar que o Governo do PSD é hoje o mais grave factor de instabilidade na sociedade portuguesa na exacta medida em que é a sua política que desestabiliza ao extremo a vida social, a economia, as condições de vida, os orçamentos familiares, a segurança no emprego e os interesses essenciais da população.

A Comissão Política do PCP considera que o desenvolvimento da resistência social e política à acção do Governo e, em particular, a preparação das eleições autárquicas de 12 de Dezembro, evidenciam a existência de uma profunda consciência na sociedade portuguesa, que importa todavia continuar a alargar, em relação às pesadas responsabilidades do PSD na situação que o país atravessa e à necessidade de uma política alternativa, de orientação democrática.

Ao mesmo tempo que denuncia vivamente a interferência antidemocrática do Governo do PSD na pré-campanha eleitoral para as autárquicas com a visita de ministros e secretários de Estado, nessas funções, a fazer propaganda do PSD e a distribuir cheques com o dinheiro de todos nós, a Comissão Política do PCP manifesta a sua confiança de que o eleitorado, em 12 de Dezembro próximo, não se deixará perturbar por estas campanhas e saberá escolher os projectos autárquicos que servem as populações com dedicação e transparência. E que condenará ao mesmo tempo a política errada e injusta do Governo, infligindo uma significativa derrota às candidaturas do PSD e renovando e reforçando o seu apoio às candidaturas da CDU, em todo o país, e às listas apresentadas nas coligações que o PCP integra na capital ("Com Lisboa") e nos Açores.

2. É falsa e destituída de escrúpulos a afirmação de Cavaco Silva de que o Governo "vai aumentar as pensões para melhorar o seu poder de compra".

Na realidade os aumentos de pensões de velhice e invalidez decididos pelo Governo variam entre 6,1 por cento, para a pensão mínima e 5 por cento para as restantes pensões do regime geral.

Quanto à mínima do Regime dos Agrícolas e à Pensão Social elas aumentaram apenas 5,7 por cento.

Expressas em valor, as mínimas do regime geral representam mais 1500\$00 (50\$00 por dia), do regime dos agrícolas mais 1000\$00 (33\$00 por dia) e a pensão social mais 900\$00 (30\$00, apenas, por dia).

Apesar do carácter ridículo e de miséria destes aumentos, o Governo pretende enganar os reformados e pensionistas utilizando como referência não a inflação verificada no próprio ano (1993), que se situa entre os 7 e os 7,5 por cento, mas a inflação que o Governo prevê para o próximo ano (1994), e que, segundo afirma, não excederá os 5,5%.

Isto demonstra, ao contrário do que o Governo afirma, que o valor real das pensões vai de facto diminuir ainda mais e que vai reduzir-se o seu poder de compra.

Mas mesmo que as contas fossem feitas "à maneira" do Governo, com uma taxa de inflação (prevista) de 5,5

por cento, o que significam realmente os aumentos de 6,1 por cento para as pensões mínimas e de 5% para as restantes do regime geral, por exemplo? As contas são fáceis de fazer: as pensões mínimas do regime geral teriam um ganho apenas de 0,6 por cento (148\$00 por mês, menos de 5\$00 por dia!); as restantes pensões perdiam de facto 0,5 por cento, o que quer dizer que diminuíam em valor real.

Cálculos que não entram em linha de conta com o agravamento das rendas habitacionais que vão atingir muitos reformados e pensionistas (10,125 por cento e 6,75 por cento conforme os contratos de arrendamento tenham sido celebrados antes de 1975 ou depois dessa



data). Que não contabilizam também as consequências individuais do aumento previsto dos impostos indirectos. E que de modo algum compensam a comparticipação dos reformados e pensionistas no preço dos medicamentos, que sofreu aumentos de 50% e de 25%, nem a descida das taxas de juro dos depósitos (contas poupança reforma e outras) que incidiam sobre as magras poupanças.

A Comissão Política do PCP não pode por isso deixar de comentar com indignação que o Governo afirme que "a sua opção vai em torno de favorecer os estratos populacionais mais carenciados". E apela ao desenvolvimento de um vasto movimento de protesto e de luta contra uma política que, na exacta ocasião em que a Comunidade Europeia celebra o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações, condena a grande maioria dos reformados e pensionistas portugueses a enormes dificuldades de vida e a uma situação de agravada miséria.

3. São hoje claras as manobras que o Governo sucessivamente lançou em torno do chamado acordo social. Numa primeira fase, a operação de chantagem visando que as organizações sindicais dessem tudo - redução dos salários reais, aumento da precarização do trabalho através do aumento do emprego a tempo parcial e dos contratos a prazo, uma maior flexibilização dos horários de trabalho, imposição da polivalência, liberalização da passagem de trabalhadores a tempo inteiro a tempo parcial, o aumento do desemprego através da falência acelerada das empresas com salários em atraso, continuação da utilização dos dinheiros da Segurança Social a favor do patronato - realmente a troca de nada. Fracassada esta operação, o Primeiro-Ministro desenvolve agora a teoria da "responsabilização" das organizações sindicais que, muito justamente, se recusaram a assinar tal capitulação, acusando-as afinal dos malefícios da política que o próprio Governo pretende levar à prática.

A Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que renova a chamada de atenção para o grave e escandaloso conteúdo da proposta governamental de "acordo social", salienta como positivo o facto do Governo não ter obtido a sua assinatura pelas organizações sindicais, para a utilizar contra os interesses dos trabalhadores e como instrumento da sua propaganda. Saúda por isso a justa, combativa e determinante posição assumida, desde a primeira hora, pela CGTP-IN. E alerta vivamente em relação ao propósito do Governo, nos próximos tempos, se abalçar a concretizar os objectivos do verdadeiro pacote laboral que não conseguiu impor às organizações dos trabalhadores.

Em relação ao chamado "grande programa de apoio aos desempregados", cujo anúncio Cavaco Silva prome-

teu para os próximos dias, o que se conhece da política do Governo não permite alimentar ilusões.

Na realidade, constituindo a primeira e fundamental medida contra o desemprego a defesa dos postos de trabalho existentes e a rápida intervenção, nomeadamente no domínio económico, para travar a reacção em cadeia dos despedimentos, não se compreende que o próprio Governo esteja a assumir activamente a dispensa de trabalhadores na função pública e ao nível das principais empresas que integram o sector empresarial do Estado, e a apoiar com recursos públicos, benefícios e incentivos fiscais, medidas de reestruturação que visam essencialmente a redução do emprego em empresas privadas.

Verifica-se, além disso, uma total ausência de resposta às situações que ameaçam gravemente os postos de trabalho em centenas de empresas.

E está comprovado que, deixado o desemprego disparar e na ausência de uma política que promova o relançamento económico e o desenvolvimento, medidas como as que o Governo prevê para incentivar a criação de postos de trabalho, para além do seu efeito propagandístico irão ter inevitavelmente uma eficácia nula ou muito limitada. Estão neste caso, e entre outras, acções como as de formação em organização e gestão para desempregados que pretendem criar a sua própria empresa e acções geradoras de postos de trabalho a nível local completamente destituídas de viabilidade económica e social.

E não pode deixar de ser denunciada como falsa e demagógica a ideia de que o grave problema social do desemprego pode ser enfrentado com sucesso através da chamada "criação dos postos de trabalho" pelos próprios desempregados.

Também a linha de ocupação compulsiva dos desempregados que estejam a receber subsídio de desemprego, que já tem vindo a ser posta em prática há muitos meses, não só não cumpre minimamente os objectivos reintegradores que lhe eram atribuídos, como está a contribuir para o não preenchimento a nível efectivo e normalmente remunerado de postos de trabalho indispensáveis à sociedade.

A Comissão Política do PCP responsabiliza frontalmente o Governo e a sua política pelo rápido e preocupante crescimento do número de desempregados, que atingiu já os 334 mil, segundo os registos do IIEFP relativos ao mês de Agosto. Alerta vivamente para o facto de que a continuação da mesma política - económica, social, de crescente dependência nacional - não deixará de se repercutir de forma dramática no domínio do agravamento do desemprego. E aponta, por isso, a imperativa necessidade nacional e social de tal política ser interrompida e iniciada numa viragem democrática na situação nacional.

4. A Comissão Política do PCP considerou, por último, as possibilidades e perspectivas que se abrem no plano das lutas sociais nas próximas semanas e o promissor andamento da pré-campanha eleitoral da CDU.

Registando como altamente positivas as lutas dos trabalhadores que têm vindo a ser travadas em importantes sectores e empresas (administração central e local, professores, enfermeiros, TAP, Lisnave, Setenave); anotando as movimentações também verificadas ao nível dos agricultores e dos estudantes; o PCP junta a sua voz e o seu apelo à participação massiva nas jornadas de luta marcadas pela CGTP-IN, e pelas diversas Federações e Sindicatos, para os próximos dias 18, 19 e 30 de Novembro, envolvendo um vasto e significativo conjunto de sectores.

No que respeita à pré-campanha eleitoral da CDU, destacando o grande sucesso do comício, realizado na última sexta-feira em Lisboa, de apresentação dos candidatos às autárquicas da respectiva Área Metropolitana, a Comissão Política sublinha igualmente o ambiente geral muito favorável e a dinâmica de crescente confiança em que decorrem por todo o país as iniciativas da pré-campanha, com o empenhamento entusiástico de muitos milhares de candidatos e outros activistas da CDU, testemunhando a existência de boas condições para o reforço da CDU nas eleições de 12 de Dezembro.

Álvaro Cunhal nos distritos de

Região tradicionalmente dominada pela direita, fruto de seculares formas de exploração, opressão e obscurantismo, o Norte do País já foi lugar onde os comunistas eram *personae non gratae*. O persistente trabalho de esclarecimento, a dedicação posta em defesa dos interesses das populações, a demonstração das suas capacidades de trabalho, honestidade, competência, estão a mudar essa realidade.

No domingo, Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, teve oportunidade de constatar e lembrar em terras onde o trabalho realizado começa a dar os seus frutos. Integrado na pré-campanha da CDU, Álvaro Cunhal visitou os distritos de Aveiro, Viana do Castelo e de Braga, sempre recebido com respeito, admiração e entusiasmo pela população. Em breves intervenções, lembrou o carácter unitário da CDU, em que os comunistas

participam de corpo inteiro e não como alguns pretendem fazer crer, "se escondem como atrás de um biombo", e a riqueza do trabalho dos seus eleitos nas autarquias, quer estejam em maioria quer em minoria.

O respeito pelas liberdades individuais e colectivas foi uma nota dominante nas suas intervenções - como em Caminha, onde o encontro com a população terminou à hora da missa -, bem como as chamadas de atenção à obra dos eleitos - como em Ponte do Lima, onde uma freguesia CDU, Arcozeiro, não está só do outro lado da ponte em termos geográficos, mas no outro lado da concepção do exercício do Poder Local. O lado da democracia, o que entende e pratica o Poder "para servir o povo e não interesses próprios ou de clientelas".

Repetidamente, por onde passou, Álvaro Cunhal

sublinhou as diferenças da CDU que fazem toda a diferença, pois para a Coligação os programas apresentados ao eleitorado "são para cumprir".

Fundadas críticas ao Governo, responsável pela profunda crise que se vive no país e, em particular, nos distritos visitados, mas também ao PS, em tantas e tantas ocasiões aliado e conivente com o PSD, não faltaram nas intervenções de Álvaro Cunhal. Mas as palavras finais foram sempre para os jovens, presentes em todas as iniciativas e em número crescente, tal como as mulheres nas listas CDU, a garantir a justeza das propostas apresentadas e a confiança na batalha que se trava.

Uma batalha, como disse Álvaro Cunhal, que sendo importante a nível local será também importante a nível nacional para a alternativa democrática de que o país necessita.

Aveiro Maré CDU enche com segurança

Sever do Vouga, ao fim da manhã de sábado, após uma viagem debaixo de um céu pesado a desabar chuva, a claridade rompe. Chegamos a Sever do Vouga. O Presidente do Conselho Nacional do PCP tem a aguardá-lo o camarada António Salavessa, do CN do Partido, para a apresentação de candidatos da CDU no concelho. A sessão desenrola-se na ampla sala do restaurante "Teimoso". Nome apropriado para quem teima, mesmo em minoria, em trabalhar para que as propostas construtivas dos comunistas e dos seus aliados vingam, ao serviço das populações. Aqui, a CDU concorre à Câmara e Assembleia Municipais e a cinco freguesias do concelho - Sever, Rocas do Vouga, Talhadas do Vouga, Severim e Silva Escura. Enquanto duram os cumprimentos e se provam petiscos, conversamos com uma das candidatas à Câmara. É a Ana Paula Almeida, uma jovem empregada bancária, que nos fala com os dois filhos perto de si. É independente, mas tem sido sempre da oposição às forças que até hoje têm estado em maioria na autarquia - o PS, coligado com o CDS - e desta vez decidiu participar nas listas da CDU. É ela que nos conta que nas listas há muitos jovens; à Assembleia de Freguesia de Severim, por exemplo, a lista é composta exclusivamente por jovens.

O tempo é escasso e a viagem de Álvaro Cunhal será longa. Décio Rodrigues, actual eleito na Assembleia Municipal e cabeça de lista da CDU à Câmara, apresenta os candidatos - o cabeça de lista para a AM é Santiago Almeida - e dá a palavra ao Presidente do CN do PCP.

Álvaro Cunhal saúda os presentes, cumprimenta os que ali estão não sendo da CDU. Estão ali os actuais presidentes da Câmara e da Assembleia, respectivamente do PS e do CDS, que quiseram cumprimentar o dirigente comunista. Que, referindo o respeito que os adversários merecem, não deixa de sublinhar a luta frontal, conduzida com verdade, que a CDU leva a cabo, com o objectivo fundamental de derrotar a política de direita, de derrotar o PSD e

de contribuir para uma alternativa democrática.

"Desculpem os socialistas presentes, mas o PS tem muitas responsabilidades na acção governativa", disse Álvaro Cunhal, que referiu o apoio do Partido Socialista ao PSD, nomeadamente nas sucessivas revisões constitucionais.

Falando finalmente na obra notável que a CDU realiza nos muitos municípios que administra em maioria, Álvaro Cunhal avançou ali uma proposta. Que se realizem excursões para visitar concelhos administrados pela CDU, para verificar no local as realizações, nos vários domínios sociais, em benefício das populações.

O dirigente comunista despediu-se, não sem lamentar o curto espaço de tempo disponível para que um verdadeiro diálogo se pudesse estabelecer. Mas o tempo escasseava. Em breve estaríamos em Mourisca do Vouga, concelho de Águeda.

Álvaro Cunhal foi recebido com aplausos no restaurante "O Democrata". Mais um nome a propósito, neste périplo pelo distrito de Aveiro. Tratava-se aqui de um almoço-convívio, em que participaram cerca de duzentas pessoas. O camarada Francisco Simões, candidato à Câmara de Águeda, fez uma breve intervenção apresentando os candidatos aos órgãos autárquicos do concelho, destacando nomeadamente o cabeça de lista à Câmara, David Valente de Almeida, independente, e o cabeça de lista à AM, Paulo Sucena, do CC do PCP, que é o Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Secretário Nacional da Fenprof.

Valente de Almeida tomou a palavra com visível emoção, sublinhando a identidade e comunhão de objectivos que reúnem nas listas da CDU homens e mulheres de várias sensibilidades políticas, visando um trabalho comum ao serviço das populações. Por seu lado, o camarada Paulo Sucena referiu-se ao processo democrático da constituição das listas, em contraste com os processos usados por outras forças políticas. "A maré da CDU está a encher com segurança",

disse, "mais pessoas estão connosco, participando com as suas opiniões e trabalho e também com a sua solidariedade".

Falou, por fim, Álvaro Cunhal, salientando o projecto unitário da CDU que, para além dos partidos que formalmente a compõem, integra um

mentais da população portuguesa.

O almoço-convívio chegava ao fim. Quando Álvaro Cunhal começara a falar, o serviço interrompera-se e os empregados e as cozinheiras aproximaram-se para assistirem. E no final, por entre os aplausos que remataram a intervenção, ofe-

cabeças de lista à Câmara, José Amaro, e à Assembleia Municipal, António Salavessa. O camarada Salavessa, na sua intervenção, fez um balanço do trabalho de composição das listas no distrito. A CDU concorre a 101 freguesias, correspondendo a 84 por cento do eleitorado e, quanto

co, onde o seu projecto de desenvolvimento equilibrado e humanizado é entendido. Falaram ainda Ricardo Ventura da Cruz, independente, da lista para a Câmara, e José Amaro, o cabeça de lista à CM, que se referiu à importância da CDU cujo papel na vereação poderá contribuir para contrariar a política levada a cabo pelo CDS, força até aqui maioritária no concelho.

Tomou a palavra, por fim, o camarada Álvaro Cunhal. O dirigente comunista, que lembrou não só os objectivos imediatos destas eleições, como também a contribuição que estas podem vir a dar no sentido de contrariar a política de direita e abrir a possibilidade de uma alternativa democrática, teve, por fim, e pela primeira vez nesta viagem, o tempo e a oportunidade de manter um diálogo com os participantes na sessão.

Mais tarde, em S. Paio de Oleiros, um jantar reuniu cerca de cento e trinta pessoas. No final, intervieram o independente Marcos Leonel, eleito na Freguesia, o cabeça de lista à Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Cardoso, e a candidata à Câmara da Feira, Manuela Antunes da Silva. Álvaro Cunhal recordou, na sua intervenção sobre o actual momento político, as responsabilidades que, há mais de cinquenta anos, teve em tarefas do PCP na zona, donde era natural o conhecido antifascista Ferreira Soares, o médico assassinado pela Pide.

Finalmente, o dia ia terminar com a sessão pública de apresentação de candidatos, em S. João da Madeira. Cada um dos componentes da extensa lista de candidatos à Câmara, à Assembleia Municipal e à Assembleia da Freguesia foi apresentado, nomeadamente os cabeças de lista Jorge Cortês, à CM, Rui Cardoso, à AM, e Cândido Moreira, o cabeça de lista à Assembleia de Freguesia, que abriu as intervenções. Também aqui, no final, houve oportunidade de se estabelecer um diálogo entre o Presidente do Conselho Nacional do PCP e os outros participantes na sessão, que decorreu animadamente, encerrando esta deslocação, ao distrito, do camarada Álvaro Cunhal.



Águeda — o almoço-convívio em Mourisca do Vouga



S. João da Madeira — o diálogo com Álvaro Cunhal

vasto conjunto de independentes. As características da coligação, cujos candidatos e eleitos não procuram servir interesses pessoais mas servir as aspirações populares, defendendo a democracia participativa, em ligação estreita com o povo, ouvindo opiniões e críticas, foram ainda realçadas pelo dirigente comunista que chamou a atenção para o facto de os comunistas e a CDU não estarem comprometidos com a política de direita que atinge os interesses funda-

receram um ramo de flores ao Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Depois foi Aveiro. No Conservatório de Música, cerca de duas centenas de pessoas não se decidiam a entrar antes da chegada de Álvaro Cunhal, que se dirigiu à mesa, acompanhado dos candidatos da CDU e de dirigentes da PCP e dos Verdes. O camarada Artur Ramísio, da DORAV, apresentou a composição da mesa, com destacados membros das listas CDU, nomeadamente os

aos municípios, é a única força, para além do PSD, a concorrer a todos eles. Salavessa, que lembrou serem no distrito 616 candidatos da CDU, sublinhou o facto de também ali se contarem muitos independentes, representando 35 por cento do total dos candidatos.

Falou seguidamente João José Ferreira, pelo Partido "Os Verdes", referindo-se nomeadamente ao facto de o seu partido encontrar na CDU um lugar plural e democráti-

Aveiro, Viana e Braga

Por terras de Viana cresce a diferença

A jornada de domingo começou cedo, em terras de Viana do Castelo. Com o sol a fazer negaças e a chuva a espreitar aqui e além, activistas e apoiantes da CDU saíram à rua a mostrar que também em terras do Minho têm obra feita e motivos de sobra para renovar e reforçar nas próximas eleições a confiança das populações.

A freguesia de Darque é um desses casos. Entregue à gestão unitária desde 1982, altura em que pela primeira vez os comunistas e seus aliados ganharam a maioria, conta hoje com uma equipa renovada, jovem, dinâmica, disposta a prosseguir o trabalho realizado pelos que agora passam o testemunho.

Sebastião Lopes encabeça a lista CDU para Darque; partilha, com os outros 26 candidatos que a integram, um objectivo comum: desenvolver Darque e tornar a freguesia num local agradável para se viver. No encontro com a população, coube-lhe deixar claro que para os eleitos da CDU o trabalho nunca se dá por concluído, que o mesmo é dizer que muito resta ainda por fazer. "Darque continua a ser uma freguesia ainda desordenada do ponto de vista urbanístico, carente de espaços verdes e de lazer, de habitação social, de estruturas de apoio à 3ª idade e à juventude, com índices de pobreza que não se resolvem com falsos programas, mas com medidas concretas" - disse Sebastião Lopes. Por isso, a CDU, com a experiência adquirida, a honestidade demonstrada e a competência reconhecida que no mandato que agora termina permitiu gerir obras no valor de mais de duzentos mil contos, se propõe enfrentar novos desafios.

Conscientes de que muitos dos problemas da freguesia ultrapassam a sua capacidade, os candidatos colocam-se dois objectivos: manter a maioria absoluta em Darque e dinamizar o voto útil na CDU para a Câmara e Assembleia Municipais, reforçando o número de eleitos nestes órgãos autárquicos.

Uma porta aberta

A importância da presença CDU na Câmara de Caminha é reconhecida por um crescente número de eleitores. O cabeça de lista da Coligação, o independente Manuel Afonso, proposto pelo Partido Ecologista "Os Verdes", aplaudido com entusiasmo pela população que acorreu ao Terreiro para ouvir as propostas da Coligação, contou a propósito uma história elucidativa: quando há quatro anos se candidatou, disseram-lhe que se precisasse de alguma coisa, as portas estavam fechadas; ao candidatar-se de novo, a sua resposta continua a ser a de então - com ele na Câmara, todos os municípios terão ali uma porta aberta.

São posturas como esta que fazem a diferença. Por isso, o candidato CDU se preocupou em assinalar as carências, lembrando que "Caminha é a única sede do concelho do distrito de Viana do Castelo que infelizmente ainda não possui um novo centro de saúde", de que tanto necessita;

que urge "proceder ao alargamento da rede de saneamento, com o respectivo tratamento de esgotos e tratamento/reciclagem de lixos"; que importa defender o ambiente; preservar e recuperar o seu rico património cultural, artístico e etnográfico. Preocupações a que as forças políticas maioritárias na Câmara (PS e PSD), envolvidas em questões internas, compadrios, interesses menos claros ou puro seguidismo em relação ao Poder Central, não têm dado a devida atenção.

Não menos importante é a relação com os municípios, cuja participação em muitos casos se pretende reduzir ao



Ponte de Lima — aplausos para a CDU

voto. Bem diferente é a forma de actuação da CDU, sempre apostada no diálogo franco, no debate de ideias, na crítica construtiva, na participação activa de quantos se propõem contribuir para uma vida melhor da comunidade.

Abertura ao diálogo e à gestão aberta e participada é também o lema dos candidatos à Junta e Assembleia de Freguesia de Afife.

O Casino Afifense acolheu a iniciativa CDU, dedicada à apresentação dos candidatos, todos com "profunda ligação à terra e com conhecimento dos problemas e aspirações da população", como diria o cabeça de lista da Junta de Freguesia, que salientou a experiência dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia como "garantia de que adoptarão uma postura permanente de bem servir os interesses dos afifenses".

ger vereadores em Guimarães, Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão; aumentar o número de freguesias com presidência CDU, mantendo as de Gondar e Serzedelo (Guimarães), Riba d'Ave (Famalicão), Vilar da Veiga (Terras de Bouro)".

Objectivos viáveis, sobretudo tendo em conta o mau trabalho das gestões PS, PSD e CDS, em que mal se vislumbram as diferenças e se caracterizaram pelo comportamento autoritário e antidemocrático; na falta de transparência; mais



Guimarães — a juventude entusiástica



Caminha — um acolhimento caloroso

Uma ponte faz a diferença

A jornada no distrito de Viana terminou em Ponte de Lima.

No largo Camões, ranchos folclóricos animaram o fim da manhã, enquanto se esperava a chegada da caravana CDU. Nem a chuva afastou os populares, interessados em ouvir Álvaro Cunhal. "Um dia histórico", como alguém afirmou, assinalando a mudança de mentalidades. Os comunistas já não são vistos como papões que comem criancinhas ao pequeno-almoço ou matam velhinhos com injeções atrás da orelha, mas antes como pessoas honestas, capazes, competentes. Para essa mudança muito contribuiu o trabalho realizado nas autarquias, de que o concelho de Ponte de Lima tem um exemplo na freguesia de Arcozelo, do lado de lá da ponte, de gestão CDU. António Finza, actual presidente da Junta de Arcozelo e candidato CDU à Câmara Municipal de Ponte de Lima, confia que os eleitores não se deixarão levar por falsas promessas e votarão em consciência, escolhendo para o município quem efectivamente defende os seus interesses. Esse será o voto útil, e não aquele outro que se revela inútil no dia a seguir às eleições, como Ponte de Lima bem conhece,

em quem muda de partido como quem muda de camisa. Também o independente António Matos, cabeça de lista à Assembleia Municipal, se manifestou confiante nos resultados eleitorais. Porque a CDU não leva cheques para distribuir como outros fazem, mas tem as mãos limpas de corrupção e compadrios, propondo-se defender o património histórico do concelho da gula dos especuladores imobiliários e trazer para o debate público o que até agora fica fechado no segredo dos gabinetes: plano director municipal, plano geral de urbanização, traçado da auto-estrada e tantas outras questões que vão determinar o desenvolvimento futuro do concelho.

A hora de retemperar forças, só foi preciso atravessar a ponte para Arcozelo, onde ninguém duvida que António Mário, candidato da CDU, será o futuro presidente da Junta. O sarrabulho dispensou apresentações.

ao serviço de interesses dos seus partidos e clientelas; pelo desrespeito pelos compromissos assumidos; pelo desprezo pelo trabalho e crítica da oposição.

Razões bastantes, como salientaram Ana Amélia e Cândido Capela Dias, respectivamente, cabeças de lista à Assembleia e Câmara Municipais de Guimarães, para que a CDU se apresente ao eleitorado com confiança.

Como fez notar Capela Dias, "a onda CDU está a subir. Prova-o o aumento das listas. Prova-o a adesão às nossas candidaturas de cidadãos de matriz partidária diversa da dos partidos que dão corpo à Coligação. Prova-o ainda o número de candidatos sem filiação partidária alguma".

Tais afirmações são facilmente comprováveis, pois das listas CDU no distrito, num "total de 670 candidatos, 70 por cento não estão filiados nem no PCP nem no PEV". E se isto já pode ser considerada uma vitória, importa, como lembrou Capela Dias, que ninguém descanse sobre o muito trabalho já realizado, pois "ninguém pode contar que o adversário nos facilite a vida, valorizando os nossos pontos fortes".

Num veemente apelo à mobilização de todas as energias para a batalha eleitoral, o cabeça de lista à Câmara de Guimarães foi realista:

Nós não prometemos ganhar a Câmara, mas Guimarães ficaria melhor servida se a Câmara fosse CDU. Mas com o mesmo realismo podemos dizer que estamos em Polvoreira para vencer; estamos em Pevidém para ganhar; estamos em São Martinho de Candoso para ser Junta; estamos em São Tiago de Candoso e em São Cristóvão de Selho para disputar a presidência; estamos em Gondomar e em Serzedelo para a vitória.

Carvalhas em Sobral e Torres Vedras

«Que nenhum voto falte!»

A Freguesia de Sapataria foi o primeiro ponto de encontro de Carlos Carvalhas com activistas da CDU e populações, na curta digressão do secretário-geral do PCP. Uma digressão integrada na campanha eleitoral que agora arranca, e que teria como momentos mais destacados o almoço de confraternização que juntou em Sobral de Monte Agraço largas centenas de pessoas e o encontro com populares realizado em Torres Vedras.

Nos diferentes contactos com as populações locais, na chuvosa tarde de sábado - nas aldeias de Dois Portos, Matacães, Montereiro, Carvoeira, com passagem por Runa - foram tónicas da intervenção de Carvalhas, a valorização da diferença que marca o trabalho dos eleitos da CDU, pela sua aposta em servir de facto os interesses das populações, e o destacar da importância dos resultados eleitorais nas autárquicas, também pelo seu possível reflexo a nível político nacional.

“Que nenhum voto falte” - foi o apelo repetido do secretário-geral do PCP, pois estas “eleições dizem respeito a todos e a cada um de nós”.

O grande significado das eleições de 12 de Dezembro foi valorizado a dois diferentes níveis. “Antes do mais, naturalmente, como eleições autárquicas”, pois o poder autárquico é uma “grande conquista da democracia portuguesa”. Por outro lado, como foi salientado por Carlos Carvalhas no almoço de convívio no Sobral, porque “pode abrir novas perspectivas democráticas”, perspectivas de “uma nova política de um novo governo”.

A identificação dos autarcas CDU com os problemas das populações surge sublinhada em praticamente todas as intervenções, e nomeadamente em Sobral de Monte Agraço, onde Vítor Manuel Lourenço, candidato à Câmara

gerir, por parte dos autarcas CDU, e por parte do governo PSD.

De um lado, “e apesar de todas as dificuldades, faz-se obra, cumprem-se promessas, pede-se a colaboração das populações”. Do outro, há sobretudo promessas incumpridas. Com consequências particularmente graves.

“O PSD está a fechar o futuro ao nosso país”, com uma política anti-social em que se acentuam desigualdades e se agrava o desemprego - afirmou o secretário-geral do PCP. Nos últimos 12 meses, a média de supressão de postos de trabalho é de 10 mil.

Um “fechar de perspectivas” que surge repetida-

enormes dificuldades no seu dia-a-dia.

Dispondo embora de 92% do orçamento municipal, a maioria PS, que dirige a Câmara há cerca de 14 anos, nada fez entretanto - denunciou o candidato CDU à presidência da

Câmara, que referiu, também aqui, a existência de aldeias sem água canalizada nem saneamento básico, “porque se gastou mal e muito em outras obras”.

Uma marca de menos-prezo, simultaneamente, pelas populações mais

carenciadas e pela preservação do património histórico. Sintoma de uma política desenvolvida à revelia das populações, e que os candidatos CDU consideram dever ser ultrapassada, “com a participação de todos que venham a ser eleitos”.

de Sobral e Secretário da Junta de Freguesia de Sapataria, realçou o carácter democrático dessa identificação, que se reflecte também na composição das listas, de que os independentes constituem 55% das



candidaturas, e se afirma a preocupação da participação de mulheres (17%) e de jovens. Números que grosso modo se repetem nas listas CDU de Torres Vedras (50% de independentes).

A exiguidade dos meios disponíveis (que muito tem a ver com a política do governo, também neste domínio, como foi insistentemente denunciado), leva entretanto a que mesmo alguns problemas básicos não estejam resolvidos, como é o caso do fornecimento de água ao domicílio, ainda inexistente nalgumas aldeias (e previsto para breve).

Nas suas diferentes intervenções, nomeadamente em Sobral e Torres Vedras, Carvalhas deu relevo à diferença fundamental entre formas de

mente denunciado por pessoas presentes nos curtos contactos com a caravana CDU. “Aqui não há nada. É um marasmo”, afirmaram jovens da aldeia de Matacães. Como o poderiam ter feito os de qualquer outra. Uma realidade bem sentida numa zona agrícola, e por isso mesmo particularmente atingida por uma política que leva ao sufoco desta actividade económica no nosso país, enquanto os supermercados são inundados por produtos estrangeiros.

No encontro com populares de Torres Vedras, outras questões foram surgindo, na sequência de uma visita ao seu centro histórico, o Bairro do Castelo, uma zona onde vive uma população que se bate com



Colóquio Europeu sobre o Vinho

Todos contra o vinho com açúcar

Um desastre poderá estar para acontecer para os vitivinicultores portugueses: serão obrigados a diminuir as suas produções por causa dos excedentes de vinho produzidos na Comunidade Europeia, em favor daqueles que provocam esse excesso - os países do Norte da Europa e a Alemanha - e que ainda por cima produzem um vinho a que adicionam açúcar de beterraba para conseguir obter a graduação alcoólica necessária. Factos discutidos no passado fim-de-semana num colóquio internacional promovido pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura - que reuniu num hotel de Lisboa vitivinicultores portugueses com os dos países do sul da Europa.



João Vieira disse ao «Avante!» que «afinal parece que se está a fazer esta OCM do Vinho para permitir o escoamento do açúcar de beterraba»

Em declarações ao «Avante!», João Vieira, membro da direcção da CNA, disse terem sido «cumpridos» os objectivos do colóquio pela discussão, realizada sobre o tema da reforma da Organização Comum do Mercado do Vinho (OCM) no que diz respeito às suas consequências para o nosso país e para os outros da orla mediterrânica.

Há identidade de problemas entre os vitivinicultores portugueses e os dos outros países que se fizeram representar no colóquio promovido pela CNA. Todas as organizações ali representadas

manifestaram «o mais vivo repúdio» pelo que se defende no documento apresentado pela Comissão Europeia como ponto de partida para a reestruturação do sector. O problema maior é, nesse documento, permitir-se a adição de sacarose ao mosto, de forma a conseguir-se a graduação alcoólica suficiente para que a bebida daí resultante possa ser considerada de «vinho».

O vinho só pode vir da uva

«Não pode haver vinho com sacarose. O vinho só poderá ser feito com o sumo da uva, ou então já não se pode chamar vinho». João Vieira diz-nos que a adição

de vinagre», enquanto continuará a ser comercializado, por força das quotas de produção propostas para os diversos países comunitários, «vinho com açúcar» provindo dos países do Norte.

João Vieira faz um paralelo entre aquilo que se passa em relação à reforma da OCM Vitivinícola e o que se passou com a reforma da PAC: «Durante as negociações da reforma da PAC, que diziam respeito aos cereais, à carne e ao leite, deixou-se pairar a ideia que uma reforma para os produtos do Sul iria contemplar finalmente os interesses desses países e os de Portugal. Está provado que assim não é, tanto mais que sendo o vinho um produto específico e tradicional desses países, não está agora a ser defendido, sendo, mais uma vez, os países do Norte que saem, neste documento, privilegiados.»

Governo não toma posição

O dirigente da CNA diz que o Governo português terá um importante papel a desempenhar, ou seja, pura e simplesmente rejeitar esta imposição para o nosso país. «Por essa razão, estranhámos o seu silêncio nesta matéria pois até aqui não disse absolutamente nada sobre as consequências deste documento para o nosso país e até dá a impressão que não quer que se discuta esta questão».

A reforma da PAC, no essencial, foi feita para extensificar as produções, mas em matéria de vinho pretender-se-á, contraditoriamente, intensificar a produção: «querem que se arranque as vinhas de menor produtividade e deixam-se a produzir aquelas zonas que têm altas produtividades por hectare». Em primeiro lugar, será prejudicada a qualidade

de sacarose ao sumo da uva é sobretudo utilizada nos países do Norte da Europa, uma parte da França e da Alemanha. «Segundo eles, essa é a sua tradição, mas a verdade é que não a poderemos aceitar: é que nós temos a tradição de produzir bons vinhos».

Se a reforma da OCM, tal como está expressa no documento da Comissão Europeia, vier ser a aplicada, os vitivinicultores portugueses e os dos países mediterrânicos serão obrigados a arrancar inúmeras vinhas e «a destilar vinho ao preço do



Diversas organizações europeias de vitivinicultores estiveram presentes no colóquio da CNA

dos vinhos e o modo de vida de milhares de pessoas.

Entre as organizações portuguesas estiveram representadas a Casa do Douro, a FENADEGAS e várias adegas cooperativas, e entre as congéneres mediterrânicas, estiveram no colóquio delegações de Espanha, Itália, Grécia, Chipre e do sul de França, cujas posições são comuns no essencial desta questão.

«Afinal, parece que se está a fazer esta OCM do Vinho para permitir o escoamento do açúcar de beterraba com que se faz a sacarose», diz João Vieira. São utilizadas cerca de 250 mil toneladas de açúcar de beterraba, produzida nos países

do Norte da Europa, para juntar ao que nesses países se chama vinho.

Culpas do clima

Toda esta questão aparece enfiada no que diz respeito à abordagem feita pela Comissão Europeia. É que esta reforma é feita para, alegadamente, fazer diminuir o excesso de produção de vinho. Ora esse excesso existe, fundamentalmente, pela adição de beterraba ao vinho que se produz no Norte da Europa e na Alemanha, tudo por uma razão climática: é que nesses países as vinhas são banhadas menos horas pelo sol, as

uvas apresentam-se menos doces e, por consequência, o vinho resulta numa graduação alcoólica mais baixa, daí a adição de sacarose.

Diga-se que, em Portugal, a Lei proíbe, pura e simplesmente, a adição de açúcar ao vinho, tal como, aliás, os vitivinicultores portugueses defendem.

Portugal tem uma produção média de 35 hectolitros de vinho por hectare, o que corresponde a cerca de metade da produção espanhola e a um quinto da produção da Alemanha. Será razoável, perguntam os vitivinicultores do nosso país, reduzir a nossa produção para eliminar os excedentes provocados por outros?



A Direcção da Festa reuniu na sede do Partido em Lisboa

Festa de 94 já está a ser preparada

Apesar de a esmagadora maioria dos quadros partidários estar neste momento envolvido no processo de pré-campanha para as eleições autárquicas, realizou-se há duas semanas, com o sucesso que a foto documenta, uma Reunião da Direcção Nacional da Festa do «Avante!» que juntou os responsáveis pela participação de cada uma das organizações e sectores do PCP na iniciativa.

Durante um dia de trabalho fez-se um primeiro balanço aos resultados da Festa do «Avante!» de 1993, existindo unanimidade quanto ao enorme sucesso político, cultural e lúdico do evento. De qualquer maneira, cada um dos participantes fez o levantamento de deficiências pontuais que registou, iniciando-se assim o processo de preparação da Festa do ano que vem, tendo já em atenção as críticas e sugestões feitas.

Pretende-se assim reforçar para o ano a componente político-cultural da Festa, sobretudo no que diz respeito à presença das organizações regionais do Partido, elevando a quantidade e qualidade das suas exposições específicas. Também melhorar acessos e transportes para a Festa e facilitar a circulação no seu interior serão objectivos a alcançar, no próximo ano, na Atalaia. Estes são apenas dois de muitos aspectos levantados pela discussão feita na sede do Partido em Lisboa que permitirá, desde já, iniciar um processo de planificação da próxima edição da iniciativa.

Numa primeira discussão, simplesmente para uma abordagem inicial, foi feito um levantamento de algumas ideias que poderão vir a ser transformados em temas de exposições ou iniciativas na Festa de 94.



Plenário da CDU na Covilhã

Realizou-se, no passado sábado, na sala da Assembleia Municipal da Covilhã, um Plenário Concelhio da Coligação Democrática Unitária (CDU Covilhã-93). Este Plenário contou com três pontos na sua Ordem de Trabalhos.

O primeiro tratou da apresentação dos candidatos da CDU a todas as autarquias e órgãos autárquicos do Concelho da Covilhã, Câmara e Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia. As 32 listas apresentadas contam com 453 candidatos cuja média etária é de 39 anos. Membros do PCP são 182, e

271 são independentes. Homens são 329 e 61 são mulheres. Quanto à composição social, as listas contam com 263 operários, 48 intelectuais, 94 empregados, 4 camponeses e 44 com profissões diversas.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à eleição da comissão CDU Covilhã-93 e da Comissão Coordenadora CDU Covilhã-93. Foram aprovadas por unanimidade a composição das duas comissões. A primeira conta com 71 elementos e a segunda com 25 elementos. Nelas se incluem activistas e candidatos da

CDU, com uma representatividade social e etária diversa, de todas as áreas geográficas do Concelho, membros do PCP e na sua maioria homens e mulheres independentes (sem qualquer filiação partidária).

Finalmente, foram apresentadas as principais linhas de acção do programa eleitoral «Com a CDU pela Covilhã» às eleições autárquicas de 12 de Dezembro de 1993. Nelas se incluem propostas de acção concretas para todos os domínios de intervenção municipal (desenvolvimento económico, infra-estruturas, habitação, ordenamento do

território e urbanismo, desenvolvimento sociocultural, ambiente e qualidade de vida, protecção e segurança do cidadão e reorganização dos serviços), de relacionamento com a Assembleia Municipal, as Freguesias e o Governo e de cooperação intermunicipal.

Do conjunto de sugestões apresentadas e a apresentar até ao final da semana de 13 de Novembro, será redigido e aprovado pela Comissão CDU Covilhã-93 o programa eleitoral definitivo, que será depois divulgado em todo o Concelho às populações, agentes e instituições locais.

Braga CDU concorre a todas as câmaras do distrito

A DORBraga do PCP confirmou, em recente reunião «a existência de uma dinâmica de trabalho e confiança, envolvendo comunistas, simpatizantes e aliados em torno da CDU, que traduziu não só no importante número de listas apresentadas, mas ainda no grande e significativo número de cidadãos sem partido que delas fazem parte, no número de candidatos que pela primeira vez as integram, no conjunto de jovens contacta-

dos e mobilizados neste processo de formação de listas».

Por outro lado, esta organização regional do PCP considera que «as dificuldades enfrentadas pela CDU (...) traduzem com gravidade a situação de retrocesso económico, social e democrático, promovido pelas políticas de direita». Os comunistas manifestam «o seu protesto e indignação face às manobras, chantagens e autênticas perseguições - via poder autárquico, social ou económico, sobre potenciais candidatos da CDU, em que estiveram envolvidos o PSD e com mais intensidade o PS, como se o seu objectivo fosse acima de tudo impedir a CDU de concorrer».

Apesar de tudo a DORBraga realça que a CDU apresentou listas em todos os órgãos municipais, câmaras e assembleias, dos 13 concelhos do distrito; concorre em 221 órgãos de freguesia além de apoiantes da CDU integrarem mais seis listas de cidadãos eleitores a juntas de freguesia.

A DORBraga salienta ainda o facto de nos concelhos rurais de Amares e Celorico de Basto e nos mais desenvolvidos e populosos de Braga, Guimarães e Famalicão a CDU ter apresentado mais listas à assembleias de freguesia do que em 1989.

Nelas e Macedo de Cavaleiros

Manuel da Ascensão Moura, capitão do Exército na situação de Reserva, natural da Freguesia de Morais, concelho de Macedo de Cavaleiros, nascido a 3 de Maio de 1936, é cabeça de lista da candidatura da CDU - Coligação Democrática Unitária, à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, com o estatuto de independente.

O cabeça de lista para a Assembleia Municipal é Manuel de Jesus Fernandes, enquanto para as Freguesias são os seguintes os nomes apresentados pela CDU:

Bagueixe: Manuel de Jesus Fernandes.

Cortiços: Luís Mário Inocêncio Cepeda.

Macedo de Cavaleiros: Adalberto do Nascimento Fernandes.

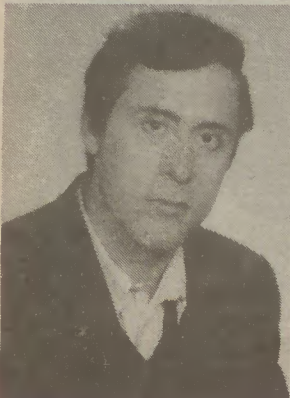
Olmos: Camilo Francisco Ventura Filipe.

Sezulfre: Alfredo Augusto Reis.

Nelas

Maria dos Prazeres Lopes Marques Rovisco é a 1ª candidata pela CDU à Câmara Municipal de Nelas. Tem 37 anos, casada, é professora e membro do Executivo da DORV do PCP e do Executivo do Sindicato dos Professores da Região Centro.

José António Saraiva Brinquete é o 1º candidato pela CDU à Assembleia Municipal de Nelas. Tem 40 anos, casado, é empregado de escritório e membro do Secretariado da DORV do PCP. Foi eleito na Assembleia Municipal de Nelas, no mandato de 1982/85, pela APU.



José A. Brinquete



Maria P. Rovisco

Actualização das pensões confirma política anti-social

O PCP considera numa nota do seu Gabinete de Imprensa, distribuído no passado dia 4, que os níveis de actualização das pensões são uma nova confirmação de uma política anti-social e de desprezo pelos pensionistas. O comunicado salienta:

1. Os níveis de actualização das pensões de reforma hoje aprovadas pelo Governo, cifrando-se em valores nuns casos aproximados e noutros abaixo da taxa inflação que o Governo diz prever mas que é muito provável venha a ser superior, são uma nova confirmação de uma política anti-social e de desprezo e insensibilidade pela grave situação e ásperas dificuldades em que se encontra grande parte dos reformados e pensionistas.

2. Sendo conhecida a situação social que se vive no país e o patente agravamento das condições de vida, é verdadeiramente lamentável e grotesco que, no exacto

momento em que acabava de anunciar aumentos de pensões da ordem dos 900, dos 1000 e dos 1500 escudos mensais, ou seja da ordem dos 30, dos 33 e dos 50 escudos diários, o ministro Silva Peneda tenha tido o descaramento de proclamar que com estes aumentos o Governo estava a aumentar o poder de compra dos pensionistas. Trata-se de uma desnecessária e inadmissível provocação que os reformados e pensionistas não merecem e que não deixarão de condenar indignadamente.

3. É indispensável recordar que os pensionistas vão ser atingidos por aumentos de renda de casa bastante superiores à taxa de inflação prevista pelo Governo e que em algumas situações poderão chegar aos 10%, que os pensionistas vão também ser atingidos pelo aumento dos impostos indirectos previstos na proposta de Orçamento de Estado para 1994 e que

os pensionistas, como todos os outros cidadãos, viram a sua participação no preço dos medicamentos sofrer, a partir de 1992, um agravamento de 50%.

4. Finalmente, é oportuno salientar que os valores de actualização de pensões de reforma hoje decididos pelo Governo significam que pela terceira vez consecutiva o Governo metê na gaveta o seu compromisso eleitoral assumido em 1991 de promover uma gradual aproximação dos valores das pensões ao salário mínimo nacional.

PCP desmente Macário

Uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, divulgada no passado dia 3, rejeita as acusações de destruição de propaganda feitas pelo candidato do PSD à CM de Lisboa. O texto sublinha:

1. O PCP rejeita frontalmente as acusações de destruição de propaganda que hoje lhe foram dirigidas por Macário Correia e que valem tanto como outras operações que tem no seu currículo assentes em falsificações hoje absolutamente comprovadas, como foi o caso das acusações à Câmara de Vila F. Xira a propósito do envenenamento de peixes no Tejo.

2. O candidato do PSD à CM de Lisboa, incapaz de se impor pelo valor ou acerto das propostas e afundado num clima de ridículo e de geral indiferença, busca manifestamente pretexto para ser falado e se tornar notado e atribui a si própria uma importância que ninguém lhe atribui, a começar pelos seus próprios correligionários.

3. Como se compreenderá, havendo desonestidade e má-fé suficientes, é muito fácil a qualquer partido anotar matrículas e tirar fotografias de viaturas e de pessoas envolvidas na colocação de propaganda de outro partido e depois acusá-lo da destruição ou deterioração da sua própria propaganda causada provavelmente pela natural passagem do tempo e pelos violentos temporais dos últimos dias que atingiram gravemente a propaganda de todas as forças concorrentes.

4. O PCP reprova firmemente actos de destruição de propaganda. O PCP aguardará serenamente o esclarecimento desta questão no âmbito da CNE. O PCP apela a todos os intervenientes na campanha eleitoral para que esta operação provocatória de Macário Correia não perturbe o necessário clima de civismo e respeito mútuo que deve caracterizar a propaganda das diferentes candidaturas.

Utentes da linha querem segurança

No decorrer de uma iniciativa promovida pelo PCP, no passado dia 2 na Câmara da Amadora, sobre segurança das populações, a Comissão de Utentes da Linha de Sintra voltou a chamar a atenção para a gritante falta de segurança originada quer pelo material circulante e infra-estruturas que se encontram obsoletos quer pela onda de violência física contra as pessoas e roubos que alastra naquele percurso ferroviário.

Um inquérito recentemente elaborado pela Comissão indicava que 15 por cento dos inquiridos tinham sido vítimas de agressões e roubos. No entanto, as diligências feitas junto da CP e do Ministério da Tutela tiveram apenas «tímidos resultados dado que a concepção dominante destes é regida por critérios de redução de custos».

Na linha mais saturada da Europa, utilizada diariamente por 270 mil pessoas, a Comissão de Utentes tem reclamado a necessidade de medidas que possibilitem mais tranquilidade e segurança aos passageiros.

Segundo indica a Comissão, recentemente começaram a fazer segurança na Linha de Sintra destacamentos da Polícia de Intervenção, com grande aparato, nas estações e composições. Contudo, tal foi «sol de pouca dura», uma vez que passado pouco tempo a polícia desapareceu. Mas não se trata só de polícia: «a nossa concepção de segurança é mais ampla pois contempla também os riscos que os utentes correm quanto são transportados em composições superlotadas e nem sempre nas melhores condições de conservação». A Comissão refere ainda o sistema obsoleto de sinalização automática e a falta de controlo automático de velocidade como motivos de grande preocupação e insegurança dos passageiros.

Rectificações

Por lapso, na listagem das candidaturas CDU que apresentámos a semana passada saiu truncada a identificação do cabeça de lista à Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Trata-se de Gilberto Vasco, químico, de 27 anos, técnico superior da Universidade de Aveiro, independente. Feita a necessária rectificação, apresentamos as nossas desculpas ao candidato e aos leitores.

Alijó

Como não há uma sem duas, também surgiu truncada a identificação do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Alijó, que também rectificamos, com as devidas desculpas. Trata-se de José Augusto Pinto, empregado de escritório, 72 anos, de S. Mamede de Ribatua - Alijó. É membro do PCP.

A cultura é um bem de primeira necessidade

— salientou Luís Sá, na Malaposta

«A cultura é um bem de primeira necessidade. Por isso tem de estar presente na gestão autárquica como um objectivo realmente importante».

Foi esta uma das ideias centrais salientadas pelo camarada Luís Sá, ao encerrar a sessão sobre o tema «A CDU e a arte e cultura nas autarquias», promovida pela Comissão para a Cultura Literária e Artística do PCP.

Tratou-se de uma riquíssima troca de experiências sobre a obra notável desenvolvida pelas autarquias de maioria CDU no domínio da arte e cultura, a que foi feita no passado sábado, dia 6, no Teatro da Malaposta, ele próprio um excelente exemplo dessa obra.

Os trabalhos desenvolveram-se em dois painéis. No primeiro, mais virado para a obra realizada, participaram (por ordem de intervenção): Manuel Gusmão, membro do CC do PCP, que coordenou, Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures, Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola, Fernando Pereira, vereador da Câmara da Ama-

dora, Carla Marina, vereadora da Câmara do Barreiro.

No segundo painel, mais virado para trabalho futuro, participaram: José Manuel Vargas, da Comissão para a Cultura Literária e Artística do PCP, que coordenou, António Mata, vereador da Câmara de Almada, Norberto Barroca, assessor cultural da Câmara da Marinha Grande, Jorge Pisco, director da Malaposta, e Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, que encerrou os trabalhos.

É impossível reproduzir, no espaço limitado de que dispomos, a vasta informação e as pertinentes reflexões trazidas pelas diferentes intervenções.

Anoto-se, por isso, brevemente, em relação ao primeiro painel, o alerta deixado por Demétrio Alves sobre as consequências no domínio cultural das medidas do Governo tendentes a agravar o estrangulamento financeiro das autarquias e também a chamada de atenção feita pelo presidente da Câmara de Loures para a contestação demagógica dos adversários da CDU aos

investimentos da autarquia na área cultural; a experiência originalíssima do campo arqueológico de Mértola, a sua importância para salvaguarda da identidade cultural das populações e o estímulo e o apoio que sempre lhe foi dado pela autarquia; a ampla e diversificada actividade cultural do Município da Amadora e a importância do factor cultural para a criação de uma identidade da cidade; os programas culturais e artísticos da Câmara do Barreiro, tendo sido conferida uma especial atenção na sessão ao programa na área musical.

Uma significativa ilustração deste programa esteve presente na própria sessão através do muito agradável actuação no intervalo, do conjunto de música de câmara Camerata Juvenil do Barreiro - constituído por nove jovens músicos daquela cidade.

Em relação ao segundo painel, anote-se com idênti-



ca síntese: o incentivo e o grande papel conferido pela Câmara de Almada ao movimento associativo e em geral às colectividades da cultura e recreio na acção cultural do concelho; o arranque e os novos projectos culturais da Câmara da Marinha Grande; o exemplo da Malaposta como única associação de municípios com objectivos culturais e os diversificados serviços que presta às populações.

Na intervenção de encerramento, Luís Sá salientou que as despesas *per capita* com a cultura das câmaras do Alentejo de maioria CDU são o triplo dos gastos dos municípios geridos por outras forças política noutras regiões do País. Noutro passo, pôs também em destaque que as autarquias CDU na Área Metropolitana de Lisboa dotaram as populações dos arredores da capital de direitos a que normal-

mente nunca teriam acesso. Lembrou, a propósito, que só há no País dois teatros públicos: um é o D. Maria, no Rossio, o outro é o Malaposta, na periferia da capital, já no concelho de Loures.

Finalmente, Luís Sá defendeu a necessidade de melhorar a articulação entre os eleitos e os técnicos culturais das autarquias com os criadores e animadores culturais, especialmente comunistas e activistas da CDU.

Tratamento da toxicoddependência

Petição recolhe 11 mil assinaturas

Uma petição lançada pelo Movimento Democrático das Mulheres foi entregue na passada sexta-feira ao Presidente da Assembleia da República solicitando «a criação de uma rede pública de centros de tratamento e reinserção social de toxicodpendentes com capacidade para assegurar, ao nível de diversos pontos do território nacional, possibilidades reais de tratamento para os muitos milhares de cidadãs afectadas pela tragédia da toxicodpendência».

A petição foi elaborada em Abril último e começou desde logo a receber numerosos apoios de entidades que se envolveram na recolha de assinaturas, nomeadamente autarquias, colectividades, organizações católicas, membros de organizações sindicais, entre muitos outros.

Da lista de personalidades que assinaram a petição destacam-se médicos, intelectuais, dirigentes sindicais e associativos, autarcas e deputados europeus.

Os promotores da petição, lamentando a inexistência de estatísticas, referem que a toxicodpendência deverá afectar entre as 50 mil e os 150 mil pessoas, consideram como «quase nulo o apoio do Estado» a estes «doentes» cuja «responsabilidade, em última instância, deve ser assumida pela sociedade organizada».

Desemprego feminino

A situação das mulheres trabalhadoras está a degradar-se rapidamente, segundo afirma um comunicado do MDM, cuja direcção esteve recentemente reunida para analisar a situação económica e social das mulheres.

O MDM cita como exemplo um levantamento efectuado no sector dos têxteis, vestuário e calçado, a um universo de 397 empresas de Norte a Sul do País, abrangendo 63 881 trabalhadores, dos quais mais de 70 por cento são mulheres, e que têm os empregos ameaçados ou não recebem regularmente os seus salários.

Ainda citando o estudo, o MDM afirma que 221 empre-

sas encerraram ou faliram, envolvendo 21 883 trabalhadores; 154 empresas estão com salários em atraso, afectando 26 852 trabalhadores e suas famílias; em 71 empresas que abrangem 24 261 trabalhadores, foram reduzidos 13 040 postos de trabalho; 17 empresas procederam a despedimentos colectivos abrangendo 2300 trabalhadores, enquanto que noutras 59, do mesmo sector 15 276 trabalhadores enfrentam uma grave situação económico-financeira, pelo facto de as empresas estarem em actividade laboral reduzida.

O movimento afirma ainda que a redução de postos de trabalho em grande parte dos casos tem sido feita à custa das reformas antecipadas e dos chamados acordos mútuos, verificando-se situações em que os trabalhadores são pressionados a aceitar as indemnizações com pagamento a prestações.

A direcção do MDM analisou ainda a situação da Saúde, considerando que o sector «atravessa a pior fase desde o 25 de Abril».

Porto

Intervenção da CDU na área da Educação

«No Porto são muitas as carências na área da educação, designadamente na educação pré-escolar e no ensino básico, embora não devam ser esquecidas as sobrelotações no ensino secundário e a escassez de equipamentos, designadamente ginnesportivos», assinalou a CDU do Porto, em conferência de Imprensa, na apresentação das suas propostas «Para a Intervenção do Município do Porto na Área da Educação».

Após circunstanciado levantamento das carências sofridas no Porto nesta área, a CDU apresentou o seu plano de acção, de que destacamos alguns pontos:

— Desenvolver uma rede de infantários, com preços sociais, onde os mais pequenos gozem de um ambiente sadio, estimulante e protector.

— Construir escolas infantis para acolher as crianças ainda não servidas, melhorar as instalações das escolas de que o município é responsável, dotá-las de can-

tinhas e reivindicar do Governo a construção das necessárias instalações do ensino preparatório, secundário e superior.

— Colaborar com as escolas do ensino básico na construção de centros de recursos a nível local, para apoio a escolas e colectividades.

— Dinamizar a criação de Concelhos Locais de Educação, com a participação, entre outros, de Professores e Autarcas das Freguesias e da Câmara Municipal, englobando quatro ou cinco Freguesias de cada zona da cidade, visando o apoio às actividades educativas a nível local, incluindo ocupação dos tempos livres, educação de adultos, educação ambiental, animação cultural e desportiva, etc.

— Criar e apoiar o Concelho Municipal da Juventude, ponto de encontro das diferentes organizações juvenis.

— Criar o Pelouro da Juventude e apoiar a realização periódica de um Festival da Juventude do Porto.

JCP critica «novo» IPJ

A JCP volta a reafirmar a suas críticas sobre a extinção do Instituto da Juventude e criação do Instituto Português da Juventude, cujo conselho de administração tomou posse na passada semana. Para os jovens comunistas, o novo Instituto vem «agrar ainda mais, os principais defeitos do extinto Instituto da Juventude».

A JCP condena a criação dos Foruns de Juventude em substituição dos Conselhos Consultivos Regionais uma vez que aqueles retiram «a possibilidade de participação das organizações partidárias e sindicais ao nível regional», desaparecendo, por outro lado, «no quadro das competências, o direito às organizações de dar parecer sobre a definição das políticas e sobre as formas de apoio a conceder pelo Instituto às Associações e agrupamentos do respectivo distrito».

A organização lamenta ainda que desapareçam os apoios do IPJ às infra-estruturas para as associações juvenis e apareça o IPJ como promotor de criação de infra-estruturas de apoio aos jovens e suas associações, o que significa «de novo o Instituto da Juventude a substituir-se ao associativismo juvenil».

A JCP critica ainda a centralização do Instituto que passa a funcionar em sete regiões com os respectivos directores regionais em detrimento dos 18 distritos e respectivos delegados, anteriormente existentes.

Por último, a organização juvenil repudia a redução do número de funcionários, «sendo despedidos exactamente aqueles que tinham um papel mais positivo, ou seja os que trabalham directamente com as associações juvenis. Com esta medida, o Governo parece apenas pretender contribuir para o engrossar da lista dos disponíveis e para lançar no desemprego mais algumas centenas de jovens que trabalham nas delegações do IJ por todo o País».

CAMARADA FALECIDO

MANUEL FAVA

Faleceu, recentemente, Manuel José Fava, de 82 anos, reformado da CP, que estava actualmente organizado na freguesia de São Sebastião (Setúbal).

Aos familiares e amigos do comunista falecido o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

GOVERNO MENTIU AOS BOMBEIROS

A escala indiciária que ordena os vencimentos dos bombeiros profissionais foi definida «de forma traiçoeira» pelo Governo no decreto-lei que publicou no passado dia 4 sem negociar nem ter em conta as propostas sindicais. A acusação é feita pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que dá nota de um aumento da contestação no Regimento de Sapadores Bombeiros. O DL 393/93, denuncia o STML, apresenta uma escala indiciária com níveis inferiores aos actuais, remete para posterior portaria o estabelecimento do valor 100 da tabela, e discrimina e tenta dividir bombeiros sapadores e municipais, aplicando-lhes vencimentos diferenciados. «Afinal, era mentira», comenta o sindicato, recordando que o secretário de Estado da Administração Interna garantiu, em Maio, na AR, que queria bombeiros profissionais bem pagos, dado o grau de exigência e esforço profissional que lhes é exigido.

IPSS

A regulamentação da prestação de trabalho nas Instituições Privadas de Solidariedade Social, que não é revista desde 1985, está hoje profundamente desactualizada, afirmam as organizações sindicais que apresentaram no final do ano passado uma proposta de convenção colectiva de trabalho às uniões de IPSS, misericórdias e mutualidades. As negociações, contudo, não têm avançado e a União das IPSS interrompeu unilateralmente as reuniões acertadas com os sindicatos. O Ministério do Emprego, cuja intervenção neste processo foi solicitada, não fez qualquer diligência para promover o diálogo, acusam as organizações dos trabalhadores, que realizaram no passado dia 6 encontros em Lisboa e no Porto para debaterem formas de acção para que os seus direitos sejam respeitados.

PETROGAL

Em Outubro deste ano, revertiam para o Imposto Sobre os Produtos Combustíveis 112\$50 por cada litro de gasolina super (vendido a 155 escudos) e mais de 64 escudos por litro de gasóleo (vendido a 105 escudos), denuncia a comissão central de trabalhadores da Petrogal, para quem «a parcela dos impostos engorda monstruosamente».

Nas «Dicas Informativas» que divulgou após a sua reunião de 22 de Outubro, a CCT da Petrogal manifesta-se ainda contra a «aberrante ideia» de, após o encerramento da refinaria de Cabo Ruivo, todo o transporte de produtos combustíveis entre Sines e Lisboa ser feito em carros-tanque. A comissão de trabalhadores reafirma a importância de avançar com a instalação de um *pipe-line* Sines-Lisboa, solução que propusera há mais de dois anos.

Estes e outros problemas dos trabalhadores e da Petrogal vão ser debatidos no encontro de representantes que a CCT promove no próximo dia 30.

EDP

«A expressão do conteúdo do voto da esmagadora maioria

dos trabalhadores é um claro sinal da vontade de defesa da EDP, como empresa única, e dos direitos e regalias conquistados», afirma o executivo do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP, num comentário às eleições realizadas no dia 4 de Novembro para a comissão de trabalhadores da Electricidade de Portugal.

Ainda sem estarem apurados os resultados totais, a lista A (unitária) passa de 6 para 8 mandatos, a lista B (identificada com o PS) desce de 4 para 2 mandatos e a lista C (identificada com o PSD e que contou com o apoio de hierarquias) mantém o único mandato que detinha.

TELECOMUNICAÇÕES

«Se estes projectos fossem para a frente, milhares de trabalhadores teriam o seu posto de trabalho em risco, não só nos TLP, como na Telecom e na Marconi», afirma o Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto num comunicado em que comenta as anunciadas intenções do Governo de fundir as empresas de telecomunicações para depois as privatizar.

Esta questão deverá ser discutida durante o 2º Encontro de activistas e dirigentes sindicais e das comissões de trabalhadores das comunicações, que a federação do sector (FCTA) promove em Lisboa no dia 18 de Novembro.

METALMECÂNICA

As administrações das empresas do grupo Senete estão a tentar limitar a actividade dos organismos representativos dos trabalhadores, denunciam estes numa resolução que aprovaram na semana passada. Reunidos na sede da federação dos Metalúrgicos, os ORTs denunciam o «corte de transporte e alimentação aos membros da CT da Metalsines», a «sonegação de dados referentes à situação mais geral das empresas» e a «grave violação do direito ao trabalho, com redução substancial dos efectivos, que são substituídos por trabalhadores sem vínculo contratual como forma de fuga ao fisco, particularmente na Sorefame, Mague, Sermague, Hidrosorefame, SMM, Metalsines e Mset.

Enfermeiros pararam pelo Estatuto

A adesão dos enfermeiros à greve da passada sexta-feira «é sem dúvida uma demonstração inequívoca de que os enfermeiros estão dispostos a lutar e que não se deixarão confundir por manobras de diversão de quem parece não querer responsabilizar-se pela resolução dos problemas» - afirma o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

O problema que levou mais de 50 por cento dos enfermeiros de todo o País a aderirem à paralisação chama-se Estatuto e deve regulamentar o exercício da profissão, definindo deveres, competências, direitos e área de actuação do pessoal deste importante sector. O SEP (que, com o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, convocou esta greve) apresentou em Março de 1990 um projecto de Estatuto Profissional e participou num grupo de trabalho que o Ministério da Saúde nomeou para estudar o problema. O grupo deu o seu trabalho concluído ainda em Agosto de 1990, mas o Ministério nunca mais fez tenção de voltar ao assunto.

Os enfermeiros, em diversas acções promovidas ou dinamizadas pelo SEP, têm alertado o Governo para a necessidade de abrir as negociações com os sindicatos, de forma a que seja possível avançar com o proces-

so de publicação oficial do Estatuto. A falta de resposta do Ministério levou à convocação da greve, medida decidida pelo SEP (e pelo SERAM) depois da recolha de milhares de assinaturas de enfermeiros e da população, da recolha e entrega no Ministério de 4 mil postais subscritos por enfermeiros e da realização em Setembro de um plenário descentralizado onde foi dado um prazo de um mês para serem iniciadas as negociações, ficando a direcção sindical mandatada para convocar uma greve em Novembro.

Além dos comentários ocasionais (e pouco felizes) do ministro Arlindo Carvalho quando calhou ser publicamente interrogado acerca do problema (nomeadamente em vésperas da greve), o Ministério manteve-se mudo e quedo no que tocava ao essencial e não deu, nestes últimos meses como nos mais de três anos que passaram após o SEP ter apresentado a sua proposta, qualquer sinal para iniciar as negociações do Estatuto Profissional dos Enfermeiros.

Às oito horas da noite de 4 de Novembro - com os serviços encerrados e a realização da greve do dia seguinte em marcha - chega à sede do SEP um fax do Ministério da Saúde anunciando que para daí a uma semana estava agendada



Dos números divulgados pelo SEP ao princípio da tarde de sexta-feira destacavam-se adesões de 100 por cento nos blocos operatórios de hospitais de Lisboa (Santa Maria, Egas Moniz, Pulido Valente), Almada, Montijo, Barreiro e Castelo Branco

uma reunião «para audição» do sindicato. Foi o pretexto para lançar a confusão e denunciou o SEP - o próprio gabinete de imprensa do Ministério chegou a «informar» que o sindicato tinha desconvocado a greve.

O SEP reagiu prontamente, ainda na manhã do dia da paralisação, reafirmando a disponibilidade para desconvocar a greve se o Ministério declarasse que a reunião marcada para 11 de Novem-

bro se destinaria a iniciar o processo negocial do Estatuto. Claro que, da Avenida João Crisóstomo, a resposta não veio, como se previa ao olhar para o procedimento do Ministério.

Acabou por vir dos enfermeiros que, afirma o SEP, «não se deixarão confundir por manobras de diversão de quem parece não querer responsabilizar-se pela resolução dos problemas».

Médicos

A greve e o desagravo

Na mesma semana em que representantes da Ordem dos Médicos, dos sindicatos e demais associações da classe decidiam realizar uma paralisação nacional durante os dias 18 e 19, houve 17 administradores de hospitais (dos tais que são nomeados pelo Governo e recebem geralmente a qualificação de comissários políticos) que escreveram ao ministro Arlindo Carvalho solicitando-lhe «firmeza».

Esclarecidos os posicionamentos, passemos aos factos.

Há falta de médicos em muitos hospitais do interior. Há falta de concursos públicos e de uma política dirigida a suprir essas faltas. Vêm aí eleições e o ministro lembrou-se de despachar a ida de médicos dos hospitais onde estão para outros. Assim, sem mais que nem porque, quer resolver o problema com simples e administrativas *guias de marcha*. O problema... dele e do seu partido, ou seja, marcar uns pontos na corrida eleitoral.

Porque, na opinião das organizações representativas dos médicos, o problema da falta de médicos no interior não se resolve assim. E, na opinião do Provedor de Justiça, a solução do ministro é mesmo ilegal, por assentar num destacamento compulsivo. Além de gerar proble-

mas como aquele de que, também esta semana, se queixaram os chefes de equipa da Urgência Geral do Hospital São Francisco Xavier: neste que foi a menina dos olhos de Leonor Beleza (e de Costa Freire, pois!), alertam aqueles responsáveis numa nota enviada ao director da unidade, a requisição de 4 assistentes eventuais inviabilizará o funcionamento da Urgência nos moldes actuais.

No sábado, o Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos decidiu mandar os dirigentes sindicais para avançar com as formas de acção necessárias a continuar o processo reivindicativo da classe (no qual a deslocação compulsiva está longe de ser assunto exclusivo). «A situação é de tal modo grave e vislumbram-se tão poucas soluções, que entendemos que a Comissão Executiva deve estar mandatada para agir a qualquer momento» - afirmava no final da reunião, à agência Lusa, a presidente da FNAM, Merlinda Madureira.

Domingo reuniu o Fórum Médico. Ordem, sindicatos e restantes associações decidiram apelar aos médicos para que paralisem o trabalho nos dias 18 e 19, quando terão lugar reuniões nos hospitais e centros de saúde para debater os actuais

problemas do sector e, simultaneamente, protestar contra os destacamentos compulsivos e exigir a abertura dos concursos públicos para preencher as vagas em aberto.

Os 17 administradores é que, a julgar pelos excertos da sua carta que foram tornados públicos, querem mesmo mostrar que acham que o patrão-ministro é que está certo. Não só solicitam a Arlindo Carvalho «firmeza na execução das medidas que visam a distribuição harmoniosa dos médicos pelas várias regiões», como lhe sugerem mais um dado para a argumentação a favor das *guias de marcha*: «Há hospitais no litoral onde o número de médicos chega a ser superior ao número de doentes internados», afirmam em bicos de pés.

Não dizem quais são os hospitais, não dizem que os administradores, aí, também foram colocados pelo Governo *laranja*, e tão-pouco dizem que é o PSD que, de há uma dúzia de anos a esta parte, tem estado à frente dos destinos da Saúde no nosso país. É que estes pormenores, realmente, não ajudam ao desagravo. E, verdade seja dita, falar neles agora só vai agravar o problema do ministro e do partido do Governo: a estes, o que lhes dá cabo da saúde é pensar na noite de 12 de Dezembro.

TRABALHADORES

Avolumam-se as razões para dar corpo ao protesto

Todas as lutas apontam para dia 18

Somam-se os motivos de descontentamento dos trabalhadores, enquanto o movimento sindical unitário prepara a realização do dia nacional de luta convocado pela CGTP-IN para a próxima quinta-feira

Aos problemas gerados pela sua política e a que não dá solução, o Governo do PSD junta todos os dias novos motivos de descontentamento dos trabalhadores: não reagiu à lista de 700 empresas com graves situações que no Verão a CGTP lhe entregou; mantém bloqueada a negociação colectiva para centenas de milhar de trabalhadores; pratica, permite e incentiva a intimidação e a violação de direitos; ao diálogo, que apregoa, prefere a repressão, que teve eco público com a violenta carga policial sobre o pessoal da TAP; apela à defesa do emprego mas os despedimentos continuam e mais são anunciados; depois da chantagem da «opção zero» para a função pública trouxe o autêntico pacote laboral contido na proposta de «acordo social»; a par de uma enorme pressão para conter os salários, decreta

miseros aumentos das pensões de reforma, que são até inferiores aos aumentos das rendas de casa que se anunciam; e agora surge com uma proposta de Orçamento de Estado em que se procura safar às responsabilidades, atirando-as para a situação internacional e procurando que os trabalhadores paguem a factura da sua política errada.

Contra esta política, a CGTP prepara a realização de um dia nacional de luta na próxima quinta-feira. Tendo nas palavras de ordem a defesa do emprego, o fim dos despedimentos e da destruição do aparelho produtivo, o crescimento real dos salários, a melhoria da Segurança Social e da protecção social, e a defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, aquela jornada concretizar-se-á em paralisações, concentrações, plenários e outras acções.

Num levantamento provisorio das formas de luta já decididas, a CGTP refere, entre outras iniciativas que terão lugar dia 18, a concentração de trabalhadores de Lisboa e Setúbal no Rossio, às 16 horas (anunciada no 5º Congresso da USL, como se refere na página 22), e que é antecedida de concentrações da administração pública (às 15 horas, junto do Ministério das Finanças), das comunicações (15 horas, frente ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações) e da hotelaria (15 horas, frente ao Palácio Foz); no Porto, os trabalhadores concentram-se na Praça da Liberdade; outras concentrações estão já anunciadas para Leiria (junto ao Governo Civil) e Aveiro.

Noutros distritos e sectores de actividade avança a preparação do dia nacional de luta. Com esse objectivo, foram convocados para

esta semana plenários de dirigentes e activistas sindicais nos distritos de Braga, Porto, Évora, e Beja, bem como de diversos sectores (administração pública, indústria alimentar, cimentos, gráficos, indústrias eléctricas), e decorrem também acções públicas, como a recolha de assinaturas em defesa da Segurança Social ou a distribuição de comunicados à população sobre os problemas dos sectores e a posição dos sindicatos.

Muitos sindicatos estão a apresentar pré-avisos de greve para a tarde de 18 de Novembro, de forma a permitir aos trabalhadores participar nas acções de rua do dia nacional de luta.



Os sindicatos, empenhados numa forte mobilização dos trabalhadores, pretendem fazer da jornada de dia 18 uma grande acção de luta pelo emprego, os salários e os direitos de quem trabalha (foto de um plenário recente na TAP)

Reformas e rendas de casa

Há aumentos e aumentos...

A CGTP acusou o Governo de ter dois pesos e duas medidas, pois «usa um critério no que respeita aos salários e pensões dos trabalhadores e outro quando se trata de aumentar os proventos dos patrões e senhorios». Num comunicado de imprensa que divulgou na semana passada, a central afirma que os novos valores das pensões anunciados para vigorar a partir de 1 de Dezembro «representam uma diminuição do valor real das pensões»: os aumentos (que não passam os 1500 escudos e 6,1 por cento nas pensões mínimas e se ficam pelos 5 por cento nas restantes) não cobrem a taxa de inflação registada em 1993 e não alteram as condições de vida da esma-

gadora maioria dos reformados e pensionistas.

A CGTP recorda que, «quanto ao valor das pensões mínimas, o Governo não respeita compromissos internacionais a que está obrigado, designadamente convenções da OIT e a recomendação nº 92/441 do Conselho da Comunidade Europeia sobre os critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de protecção social».

Comentando a notícia de que o Governo já teria assinado a portaria que fixa os aumentos das rendas de casa em 10,125 e 6,75 por cento (conforme os contratos datem de antes ou depois de 1975), a CGTP considera que esta é «uma decisão

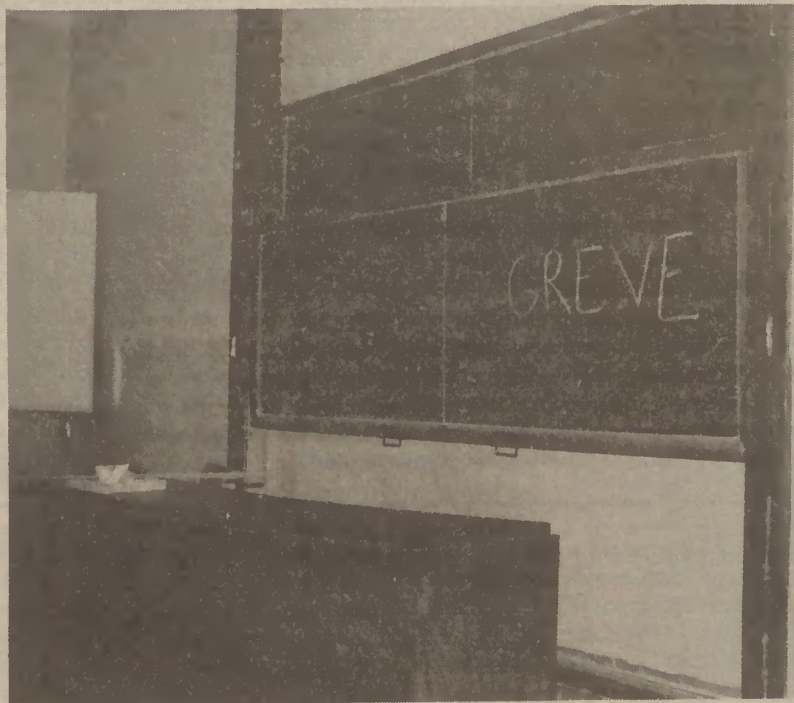
chocante, atendendo à campanha que vem sendo desenvolvida contra aos aumentos salariais». «Ao mesmo tempo que procura impor tectos salariais de 4 ou 5 por cento, que não cobrem sequer a inflação prevista para o ano que vem, o Governo não tem reboços em aumentar as rendas de casa acima da inflação deste ano», comenta a central, referindo ainda que tal decisão contrasta com a atitude do Governo face à actualização do salário mínimo: «não é ainda conhecido o valor do salário mínimo nacional para vigorar em 1 de Janeiro de 1994, nem foi ainda marcada qualquer reunião para discutir a sua actualização no Conselho Económico e Social».

Quadros contra precarização

As alterações mais recentes da legislação laboral têm provocado uma cada vez maior precarização dos vínculos laborais e tem vindo a ser alargado o conceito de justa causa para despedimento dos quadros. Preocupados com estes factos, que se juntam a outros num «quadro muito negro, mas que, infelizmente, corresponde à realidade», os participantes no debate sobre «Emprego e desemprego dos quadros em Portugal» - promovido pela Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, em Lisboa, no dia 29 de Outubro - mostraram-se favoráveis a que a legislação volte a ser alterada e afirmaram a necessidade de «lutar para que se dê início a um processo inverso, para tornar a legislação laboral mais humana, mais ade-

quada às necessidades dos quadros e dos restantes trabalhadores e a um desenvolvimento económico e social equilibrado», como se refere num balanço daquela iniciativa distribuído recentemente pela confederação.

Neste documento, regista-se um aumento do número absoluto de quadros superiores e da sua percentagem no conjunto da população activa e reafirma-se que, mesmo assim, ele é «manifestamente insuficiente». As empresas e a administração pública são criticadas porque, «de um modo geral, não atribuem ainda ao trabalho dos quadros a importância estratégica que efectivamente tem, já que ou não admitem quadros em número suficiente ou os marginalizam em quase todas as áreas da gestão».



Professores recusam horas extra e param no dia 19

Convocada pelos sindicatos da Fenprof, iniciou-se no dia 4 uma greve nacional de professores, que até ao final do mês se recusam a prestar qualquer serviço extraordinário. Os docentes respondem assim à confirmação de que o Governo vai mesmo pagar o trabalho extra, neste ano lectivo, por um preço que é inferior em cerca de 40 por cento ao praticado em 1992-93.

No âmbito da luta da administração pública, a Federação Nacional dos Professores decidiu ainda convocar uma greve nacional para todo o dia 19 de Novembro, colocando como reivindicações desta acção uma revisão salarial justa, mais verbas para a Educação no Orçamento de Estado para 1994 (em vez

do crescimento quase nulo pretendido pelo Governo) e a resolução de problemas específicos da classe docente (como o acesso ao 8º escalão e a contagem integral do tempo de serviço, estabilidade do emprego e segurança profissional, uma aposentação condigna, a revalorização material das carreiras).

O Secretariado Nacional da Fenprof reuniu a 3 de Novembro e considerou que a primeira reunião realizada neste ano lectivo com o ME, na semana anterior, «traduziu-se na manifestação inequívoca da falta de vontade política do Ministério da Educação para resolver as questões que há longo tempo mais inquietam milhares de professores».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acções do SIS violam a Lei e servem o Governo

PSD e CDS deverão recusar hoje (com a abstenção do PS) o pedido de inquérito parlamentar proposto pelo PCP às actuações do Serviço de Informações de Segurança. Em debate faz hoje oito dias, esta iniciativa parlamentar da formação comunista foi suscitada pela necessidade de esclarecer as acções de um serviço que tem pautado a sua intervenção não pelo respeito das atribuições a que está cometido pela Lei mas sim por práticas de mais que duvidosa constitucionalidade e legalidade.

Visados pelas acções do SIS, em concreto, têm sido associações e movimentos sociais de estudantes, trabalhadores, sindicalistas e agricultores que, no uso dos direitos de expressão, reunião e manifestação, como assinalou na ocasião João Amaral, têm expressado a sua discordância relativamente às políticas do Governo do PSD e criticado as respectivas opções político-partidárias.

Em causa está, pois, um "grave problema do Estado", como lhe chamou o parlamentar comunista, não pelas razões invocadas para a criação dos Serviços (recolha de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos lesivos do Estado), mas porque se trata de "um problema de defesa do Estado de direito democrático, de defesa da democracia, contra perversões de intimidação e controlo policíescos das oposições ao Governo".

Por outras palavras, com o seu pedido de inquérito, a bancada comunista pretendia antes de mais lançar um alerta sobre o que se está a passar com os Serviços Secretos portugueses e chamar a atenção para "os perigos que representa esta perversão inconstitucional e ilegal" e sobre o que significa - as palavras são ainda de João Amaral - "na construção de um aparelho de defesa e perpetuação antidemocrática do Estado laranja".

E não faltaram factos, situações e exemplos na linha de argumentação aduzida pelo deputado do PCP para demonstrar como são inconsistentes e destituídas de fundamento as dúvidas e reservas levantadas à realização do pedido de inquérito oriundas da bancada da maioria.

Protagonizada no debate por Ângelo Correia, que chegou a dizer "qual o mal de haver elementos do SIS a acompanhar manifestações de estudantes", esta oposição do PSD ao pedido de inquérito foi meticulosamente desmontada por João Amaral.

Dividindo-a em seis pontos, lembrou o deputado comunista não ser verdade que o inquérito representaria uma forma de desconfiança e confronto com o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, do mesmo modo que é falso que os relatórios entretanto elaborados por esta entidade «ilibariam» o SIS. João Amaral frisou ainda que a fiscalização, pelo facto de existir um Conselho, não deixa de estar nas competências da Assembleia da República e considerou caricato o argumento de "que vai tudo bem só porque não há queixas de particulares". Igualmente falsa - e este é o quinto ponto levantado por João Amaral - , é a informação de que existe um relatório da Procuradoria Geral da República considerando legítimas estas actuações do SIS. Por último, em relação à matéria de facto e à afirmação de que teria de ser o PCP a apresentar o ónus da prova, dada a gravidade das acusações, o parlamentar comunista observou que "seria espantoso que perante Serviços que se fecham como conchas se pretendesse fazer recair o ónus da prova sobre quem não tem possibilidades legais de investigar".

"O estado a que assim se chegou quanto às actuações dos Serviços de Informações é o resultado directo da forma descontrolada, prolixa e irresponsável como se deixaram constituir e evoluir os departamentos de informações dentro e fora do sistema da Lei", sublinhou João Amaral, antes de citar algumas "zonas de ilegalidades" nas actuações do SIS, que, em sua opinião, configuram "uma situação pantanosa, uma bagunça em que as vítimas são os cidadãos, os seus direitos pessoais" e em que os "exclusivos beneficiários" são o Governo e o partido que o sustenta.

"Diálogo social" é mera cobertura à política de injustiça social

— acusa o Grupo Parlamentar do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP expressou a sua total solidariedade com os trabalhadores da TAP, repudiando simultaneamente a situação existente na empresa, em particular o espancamento indiscriminado que há cerca de duas semanas atingiu os seus trabalhadores, acontecimento que reputa de "bárbara repressão" e que em sua opinião justifica "adequado inquérito e apuramento de responsabilidades ao mais alto nível governamental".

Proferidas pelo deputado Paulo Trindade, numa declaração política inteiramente

dedicada às questões laborais, estas palavras de solidariedade foram ainda acompanhadas por fortes críticas ao chamado "acordo social", matéria que analisou de forma detalhada, pondo designadamente em evidência as falsificações em que assentou a linha de argumentação do Governo.

Paulo Trindade preferiu mesmo chamar-lhe "operação de chantagem", desencadeada com vista a pressionar a assinatura de um acordo dito de «política de emprego», cujo conteúdo, advertiu, não deixa margem para dúvidas quanto à natu-

reza do «diálogo social» proclamado pelo Governo, ou seja, "uma mera cobertura para a sua política de injustiça social".

Uma política que, no entender do parlamentar comunista, tem como "receita" - base - e esta foi outra das críticas dirigidas ao Executivo -, a "penalização de quem trabalha, a redução dos salários reais, a liquidação de direitos e regalias, o aprofundamento de uma política visando o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, um novo aprofundado pacote laboral".

"Pacote laboral" que constituiu um dos entraves à celebração do "acordo social", como lembrou Paulo Trindade, já que era uma parte nele fundamental, com o seu rol de malfeitorias, desde as gravosas alterações à lei dos contratos a prazo até à maior flexibilização do horário de trabalho; da imposição da polivalência de funções (o que contraria o princípio da carreira profissional) à liberalização da passagem de trabalhadores de tempo inteiro a tempo parcial; do aceleração das declarações de falência à intensificação do saque à Segurança Social.

Reforma do Sistema Educativo Um rotundo fracasso do PSD

A situação da Educação voltou a ser tema em destaque na Assembleia da República, com o Grupo Parlamentar do PCP a acusar o Governo do PSD de ser incapaz de resolver "os atrasos e insuficiências do sistema educativo" e de pretender impor doutrinas políticas e económicas de cariz neoliberal que "são contrárias a uma política educativa democrática". Estava-se no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana e esta não foi a única acusação grave formulada pelo depu-

tado comunista Paulo Trindade, para quem o ministro Couto dos Santos não tem "credibilidade e competência" para o desempenho das importantes funções que lhe estão cometidas.

Na sua intervenção, em tom muito crítico, Paulo Trindade fundamentou o seu ponto de vista na realidade de um quotidiano onde abundam os exemplos reveladores, em sua opinião, de que o PSD não foi capaz de honrar as "promessas e compromissos" assumidos.

Recordados a este propósito foram o não alargamen-

to da rede de educação pré-escolar, a sobrelotação das instalações ("muitas das nossas escolas são verdadeiros armazéns", referiu o deputado comunista), a ausência de espaços para actividades extracurriculares, a degradação do parque escolar ou o reduzido investimento no sector da Educação.

Alvo da atenção de Paulo Trindade foi ainda a Reforma do Sistema Educativo, uma "reforma" que interpretou como um "rotundo fracasso do PSD na área da Educação" já que, disse, tem vindo a ser implementada

sem que o Ministério "tenha dotado as escolas de material didáctico adequado, sem quaisquer reforços nos orçamentos e sem as indispensáveis acções de formação de docentes".

"Nestas condições é inviabilizada a inovação, enquanto a desmotivação e o desencanto se generalizam", alertou Paulo Trindade, antes de concluir que "falar da Reforma do Sistema Educativo é o mesmo que falar da desorganização, da improvisação e da incompetência que têm sido timbre da equipa ministerial".



Lei da maternidade

O aditamento de novos artigos à Lei que estabelece as normas de protecção da maternidade e da paternidade (Lei 4/84) ocupou parte da agenda da sessão plenária de ontem. Em debate estiveram três projectos de lei, um deles dando nova redacção a alguns artigos do diploma (PS), os outros acrescentando novos artigos ao seu articulado (caso da iniciativa PCP e do projecto subscrito pelo deputado Mário Tomé).

Responder às preocupações dos pais dos recém-nascidos portadores de deficiência, em que se exige da mãe ou do pai uma maior disponibilidade de tempo, quer pela maior atenção que estas crianças requerem, quer pelos cuidados médicos acrescidos, constitui o grande objectivo da iniciativa do PCP.

Nesse sentido, a proposta dos deputados comunistas prevê uma redução de 10 horas semanais no horário de trabalho, durante os primeiros 12 meses de vida.



Erros na política agrícola

A Assembleia da República apreciou em plenário o Relatório final aprovado em Comissão sobre as responsabilidades do secretário de Estado da Agricultura na emissão de um despacho que permitiu um acréscimo

de subsídio para abate sanitário de gado. Esta questão fora despoletada pelo deputado António Campos (PS), que voltou a reiterar todas as acusações, considerando uma "farsa" as conclusões do Inquérito.

Apesar da "obstrução" levada a cabo pelo PSD no decorrer do Inquérito, visando impedir o cabal esclarecimento dos factos, como assinalou o deputado comunista António Murteira, os seus resultados não deixam de ser um alerta para a "degradação da situação na área da sanidade animal" e de constituir uma prova de que "na política agrícola se cometem falhas atrás de falhas, erros atrás de erros" que estão na origem de um "clima de falta de confiança entre os produtores e os consumidores".

Expressando de forma inequívoca a posição do PCP quanto à necessidade de os agricultores serem "devida, justa e atempadamente" compensados por abates sanitários, António Murteira não deixou de assinalar, porém, que no caso vertente "não houve capacidade ou vontade suficientes para conduzir correctamente o processo", facto que acabou por acarretar "prejuízos para o Estado e também para os agricultores".



Segurança Interna

O Grupo comunista acusou o Governo de ter uma "concepção retrógrada e inadequada da política de segurança interna e do papel que a Guarda deve desempenhar

na moderna sociedade democrática portuguesa". Formuladas pelo deputado João Amaral, estas críticas foram feitas no debate sobre a Lei Orgânica da GNR e sobre o Estatuto do seu pessoal, diplomas chamados à ratificação pelo PCP na passada semana.

Para o deputado comunista, este diplomas conservam "e até acentuam", no essencial, a "natureza militar da GNR", concepção militarista que do seu ponto de vista "não tem justificação válida actualmente", devendo por isso ser revista de imediato "à luz de uma concepção civilista da política de segurança interna, tal como a Constituição a postula".

Depois de desarticular os argumentos que tentam justificar a militarização da GNR (argumento histórico; direito comparado; necessidade de emprego militar nos estados de excepção), João Amaral sumariou aquelas que em sua opinião são as "verdadeiras razões" que sustentam a postura do Governo nesta matéria.

A primeira, disse, tem a ver com a "vontade política de reforçar a componente repressiva da política de segurança interna", ressaltando como segunda razão a necessidade de "manter os mesmos níveis de sobrecarga de trabalho sem compensações salariais e outras regalias". Como terceira razão, João Amaral recordou a "colocação de numerosos excedentes de oficiais das Forças Armadas", uma "razão", observou, "que não será despienda nos tempos que correm..."

«O bloqueio viola a própria Constituição norte-americana

— disse Isabel Allende ao «Avante!»

Esteve recentemente entre nós, a convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba, a vice-ministra dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Isabel Allende. Aqui transcrevemos a entrevista que a ministra cubana concedeu ao «Avante!». Uma entrevista realizada num momento particularmente oportuno — em vésperas de nova condenação, pela Assembleia Geral da ONU, do bloqueio norte-americano contra Cuba.

Av. - Tem-se vindo a assistir recentemente a uma clara contestação do embargo contra Cuba e da lei Torricelli, por parte de movimentos e de grupos de solidariedade norte-americanos. Poderemos considerar isto um sintoma de que algo está a mudar? Num plano mais imediato, que consequências poderá vir a ter o crescimento destes movimentos?

- A lei Torricelli é uma lei que agrava o bloqueio contra o nosso país, que já se dura há 34 anos. É naturalmente importante qualquer acção que ponha em causa esse bloqueio.

A vinda de um grupo de turistas norte-americanos a Cuba foi uma atitude de grande valentia. Soube mesmo, antes de sair de Havana, que alguns, no seu regresso aos EUA, tiveram problemas. A lei do bloqueio penaliza as pessoas que o rompem (nomeadamente através de um visita turística...). As penas são - ou 10 anos de prisão ou 250 mil dólares de multa. Claro que, na prática, estas penas não passam de forma de chantagem política.

Entretanto, nos EUA vai crescendo a consciência de

que o bloqueio é anacrónico, ilegal, injusto e objectivamente vai contra os interesses do povo norte-americano.

Av. - É a primeira vez que se verifica uma visita de um grupo de turistas norte-americanos a Cuba (naturalmente depois da imposição do bloqueio)? Vocês admitem que uma iniciativa deste género significa que há algum movimento nos Estados Unidos pelo fim do bloqueio?

- É de facto a primeira vez que 150 pessoas nos visitam como turistas. Mas não podemos ignorar o movimento de solidariedade com Cuba, em particular o Movimento dos sacerdotes pela paz, que nomeadamente tem organizado ajuda humanitária ao nosso país.

Ou seja - não é a primeira vez que se regista uma tentativa de romper o bloqueio.

Mas é a primeira vez que se rompe o bloqueio em defesa do direito que os norte-americanos têm de viajar livremente. Aliás o bloqueio viola de facto a própria Constituição norte-americana.

Av. - Vê-se neste momento alguma possibilidade

de, ao nível do governo norte-americano, de uma alteração de posição em relação ao bloqueio?

- As últimas declarações oficiais - pronunciadas num contexto específico, perante uma audiência de sectores reaccionários da imigração cubana (nem todos os cubanos imigrados são reaccionários) - indicariam não haver qualquer intenção por parte do governo americano de alterar a actual situação.

Mas eu pessoalmente considero que cada vez é maior o número de pessoas que compreende o carácter irracional do bloqueio, mesmo ao nível do poder.

Av. - Afirmou agora que, naturalmente, nem todos os cubanos que estão nos Estados Unidos são reaccionários. Há relações com outras colónias cubanas, que não as que estão ligadas a opções e sectores revanchistas?

- O ministro de Relações Externas de Cuba reuniu-se recentemente em Nova Ior-

encontro semelhante, desta vez em Cuba.

Av. - No que respeita às relações externas de Cuba com outros países, não se tem vindo a verificar uma posição mais aberta por parte de alguns países da América Latina?

- Sem dúvida. O estabelecimento de relações com a Colômbia, por exemplo, é um facto muito positivo. Há uma boa relação de Cuba com a América Latina.

Por outro lado, para os povos da América Latina, independentemente dos governos, a revolução cubana tem um profundo significado. A perda da revolução cubana seria desastrosa, não apenas para o povo cubano, mas também para todos os povos da América Latina.

Av. - Como interpreta o facto de neste momento haver uma melhoria de relações com alguns governos da América Latina?

- Penso que é um processo natural. Para os países da



vorável - também do ponto de vista económico - a Cuba.

- Sim, temos relações económicas positivas. Poderiam ser melhores, mas a própria situação económica a nível mundial dificulta o desenvolvimento das relações económicas.

Av. - No plano económico, que evoluções é que se registaram em Cuba, nomeadamente depois das últimas medidas tomadas?

- Ainda não há resultados das últimas medidas tomadas no plano económico-financeiro. Ainda é muito cedo para fazer uma avaliação.

Estamos entretanto numa situação económica muito difícil, e eu quero sublinhar - e nós não o ocultamos - que Cuba sofreu, como poucos países no mundo, com uma alteração total e brusca no seu comércio exterior. A que se somou um ano muito mau no que se refere a condições climáticas, de que resultaram perdas de cerca de mil milhões de dólares. As tempestades reduziram radicalmente a nossa capacidade de produção de açúcar e este ano temos a safra mais baixa de há muitos anos para cá.

A isto há que juntar a sensível diminuição da nossa capacidade de compra, pelo desaparecimento dos mercados constituídos pelos países que antes faziam parte do sistema socialista. Por outro lado, de há muito que não tínhamos novos créditos.

Por tudo isso, considerou-se necessário tomar novas medidas, encontrar a forma de tornar a nossa economia mais eficiente, tanto de um ponto de vista interno como de um ponto de vista externo.

No plano externo, já há algum tempo estamos abertos ao investimento estrangeiro, à criação de empresas mistas. Não com a rapidez que desejaríamos, porque o bloqueio também tem consequências negativas nesse plano, apesar de todas as facilidades e garantias que

estamos a dar aos capitais estrangeiros.

Av. - As medidas que estão a ser tomadas no plano económico, se por um lado devem contribuir para um desenvolvimento da economia, por outro poderão vir a ter consequências sociais, em termos de acentuação de desigualdades. Como se pensa dar resposta a esse problema?

- Na minha opinião não há no mundo sociedade mais igualitária que a cubana. Lutámos por esta igualdade em condições muito difíceis, num país ameaçado, sofrendo um bloqueio que já dura há 34 anos.

Muito se fez entretanto. São conquistas do socialismo.

O que significa, por exemplo, que a terra cubana, que em 1959 estava nas mãos de 114 proprietários, e um quarto nas de norte-americanos, é hoje dos os cubanos. Dos 80 mil camponeses ou do crescente movimento de cooperativas.

O que significa ainda que a mortalidade infantil baixou radicalmente. Ou que 1 em cada 15 cubanos tem um diploma universitário.

Claro que as medidas entretanto tomadas vão traduzir-se nalguma desigualdade, pois alguns poderão vir a ter mais possibilidades que outros. Mas a verdade é que vivemos num mundo mudado, um mundo de desequilíbrio.

E neste mundo temos de defender a existência do nosso país. Temos de defender o que representa a revolução cubana. Defender a nossa soberania e independência, o nosso direito à autodeterminação.

Assim temos que optar por tomar as medidas que em determinado momento surjam como a renúncia a um sonho de igualdade total. Mas nunca renúncia ao sonho fundamental - um projecto social de justiça e a demonstração prática de que é possível concretizar esse projecto.



que com uma delegação de 150 cubanos, que representavam distintos sectores da imigração cubana. Tiveram todos oportunidade de conversar sobre a situação em Cuba, informar-se sobre o que se passa no seu país (porque na verdade Cuba é o seu país e nós consideramo-los cubanos).

É uma imigração diferente desse outro sector - que não se localiza apenas nos Estados Unidos - profundamente reaccionário, que é contra a revolução e fomenta acções terroristas contra Cuba. E que tem pretensões de liquidar a revolução cubana, o que para nós é completamente inaceitável e inadmissível.

Da reunião de Nova Iorque resultou a decisão de, no primeiro trimestre do próximo ano, realizar outro

América Latina, seguir a política dos EUA corresponde a uma total ruptura de relações com Cuba. Como aconteceu nos anos 60. Mas o que é natural é que haja uma relação entre os nossos países. Cuba pertence à América Latina. Cuba tem, regra geral, um interesse fundamental para os povos, e mesmo para os governos da América Latina. E isto independentemente de qualquer diferença de carácter político. A verdade é que Cuba pertence ao continente latino-americano, e este continente tem também alguma responsabilidade na defesa da independência e respeito pela autodeterminação de Cuba.

Av. - É claro que essa melhoria de relações é fa-

ONU condena embargo

A Assembleia Geral da ONU condenou, pelo segundo ano consecutivo, o embargo norte-americano contra Cuba, em vigor há 34 anos.

A resolução foi aprovada por 88 países; quatro votaram contra (Albânia, Israel, Paraguai e Estados Unidos) e 57 abstiveram-se.

Uma resolução idêntica foi aprovada o ano passado, recolhendo então 59 votos favoráveis, três contra e 71 abstenções.

O texto da resolução exorta mais uma vez todos os países a absterem-se de promulgar e de aplicar leis contrárias à liberdade de comércio e de navegação e manifesta preocupação pela aplicação persistente por Washington de leis e regulamentos "cujos efeitos extra-territoriais constituem um atentado à soberania de outros Estados".

A questão do bloqueio económico a Cuba pelos Estados Unidos foi inscrita na próxima sessão da Assembleia Geral, em 1994.

A votação obtida foi valorizada por parte do ministério cubano dos Negócios Estrangeiros como um "sólido apoio contra o bloqueio" que "superou todas as expectativas".

Entretanto, várias organizações humanitárias anunciaram uma campanha para a defesa das pessoas punidas nos Estados Unidos por terem violado o embargo contra Cuba.

William Kunstler, defensor dos direitos humanos, disse que 60 dos 175 representantes da campanha "liberdade para viajar" ficaram sem passaporte quando levaram alimentos, medicamentos e outros produtos para Cuba.

INTERNACIONAL

Liberdades

A Federação Internacional de Helsínquia (IHF) denunciou graves violações à liberdade de expressão e opinião no Reino Unido, Grécia, Polónia, Jugoslávia, Turquia, entre outros países da Europa.

A denúncia da IHF foi feita em comunicado enviado à Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), que estudou entre 2 e 5 de Novembro, em Varsóvia, assuntos relacionados com os órgãos de comunicação social livres.

As violações incluem assassinios, prisões e outras medidas de perseguição de jornalistas e dissidentes, assim como a introdução nas constituições dos vários países de obstáculos legais à liberdade de expressão e opinião, refere a IHF, que vigia o respeito internacional da Acta Final de Helsínquia.

Polónia

O primeiro-ministro polaco, Waldemar Pawlak, expôs perante a Dieta (Parlamento) as linhas gerais do programa do seu governo, definindo como prioridades «as reformas feitas com o povo e para o povo» e a luta contra o desemprego.

Dirigindo-se aos deputados, Pawlak anunciou o prosseguimento da política com vista à integração da Polónia na União Europeia e à adesão à NATO e à União da Europa Ocidental e comprometeu-se a ratificar a Concórdia concluída com a Santa Sé pelo governo precedente.

O primeiro-ministro anunciou, por outro lado, que o Estado pretende investir na saúde, educação, ciência, cultura e protecção social e adiantou propostas de aumentos, embora modestos, para as pensões do próximo ano.

O programa do novo governo tem ainda como objectivos reduzir a inflação e conter o défice orçamental, de forma a não colocar em perigo os créditos destinados ao investimento, prosseguir as privatizações, promover as exportações e proteger o mercado agrícola contra a «concorrência desleal das importações».

Bolívia

Uma representação da oposição parlamentar na Bolívia iniciou uma greve de fome em protesto contra o despedimento de milhares de trabalhadores da administração pública.

O grupo é formado por cerca de dez deputados dos partidos Acção Democrática Nacionalista (ADN), Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), Consciência da Pátria (CONDEPA), Frente Revolucionária de Esquerda (FRI) e «Eje Pachacuti».

Entre Agosto e Outubro, o governo boliviano despediu cerca de dez mil trabalhadores de várias empresas estatais, no âmbito de um programa de saneamento da administração pública destinado a privatizações.

Jugoslávia

Cento e 40 bebés morreram nos primeiros seis meses deste ano em Belgrado por falta de medicamentos, segundo o Centro Municipal de Saúde, citado pelo jornal Borba.

As autoridades jugoslavas responsabilizam o embargo decretado pelas Nações Unidas contra a Sérvia e Montenegro pela actual deterioração da situação no domínio da saúde.

A taxa de mortalidade passou de 14 em cada mil em 1991 para 17 em mil em 1992, informou uma responsável do Centro, Liliane Sokal.

«A saúde das crianças deteriora-se seriamente nestes últimos meses e vários casos de tuberculose são detectados todas as semanas», lamentou, por seu turno, Dusan Scepanovic, director da Clínica Universitária Pediátrica de Belgrado.

Há um ano que o hospital sofre diariamente de falta de antibióticos, película para radiografias, material sanitário e equipamento, acrescentou considerando que regrediram 30 anos.

Índia

A capital indiana deu início a eleições locais em quatro estados do Norte da Índia, num acto eleitoral que se prolonga até 7 de Dezembro.

Cerca de 140 milhões de inscritos vão ser chamados a eleger novos governos locais nos Estados do Rajasthan, Himachal-Pradesh, Madhya-Pradesh, Uttar-Pradesh e Mizoram, no extremo leste da Índia.

Os Estados sob consulta representam cerca de 40 por cento da população indiana, contando com 154 deputados entre os 543 da Câmara baixa do Parlamento, sendo o Uttar-Pradesh o mais populoso da União Indiana.

Apesar de locais, as eleições surgem como um veículo à opinião popular num teste crucial ao futuro político do primeiro-ministro indiano, Narasimha Rao, líder de um executivo minoritário. O escrutínio vai ser disputado entre o Partido do Congresso (I), o poder, e o seu principal rival o Partido Bharatiya Janata (PBJ), formação ultra-nacionalista hindu.

Rússia

76.º aniversário da Revolução assinalado em várias cidades

Apesar da proibição das comemorações da Revolução de Outubro, o 76.º aniversário da revolução bolchevique foi assinalado nas ruas de Moscovo, Sampeetersburgo e outras cidades da Rússia.

Em Moscovo, alguns milhares de pessoas visitaram o túmulo de Lénine, enquanto as forças policiais impediam a concentração de algumas centenas de moscovitas da Praça Kaluga. Nos arredores da capital realizou-se uma concentração, em que foram feitos apelos ao boicote às eleições legislativas marcadas para 12 de Dezembro.

Em Sampetersburgo, onde as comemorações acabaram por ser autorizadas na condição de não decorrerem na praça do Palácio de Inverno, os manifestantes desfilarão até ao cruzador «Aurora», que há 76 anos deu o sinal para o início da revolução.

Entretanto, o mesmo espírito autoritário que levou à proibição pura e simples das

comemorações do 7 de Novembro, marca, de forma cada vez mais acentuada, a política de Ieltsin.

Recusando submeter-se a eleições presidenciais antecipadas, conforme anteriormente havia sido prometido, Ieltsin apresentou um projecto de nova Constituição — a referendar em 12 de Dezembro — que instaura na prática um regime presidencial.

De acordo com o projecto, serão reforçados os poderes presidenciais face às duas Câmaras da futura Assembleia legislativa federal (Duma e Concelho da Federação) e face às Repúblicas e Regiões russas.

As Regiões perdem parte da autonomia que a presidência federal acordara em dar-lhes em projectos precedentes.

Neste quadro, uma sondagem feita pela Televisão russa indica uma grande margem de indecisos — 35%, e uma abstenção da ordem dos 19 por cento.

O cariz autoritário da política da presidência russa manifesta-se igualmente nas decisões avançadas no plano social.

Boris Ieltsin decidiu proibir, por decreto, os vagabundos e mendigos. Medida que naturalmente nada irá resolver, mas poderá levar à criminalização dos pobres e desabrigados.

A verdade é que a política económica que tem vindo a ser implementada produziu milhões de pobres. Mais de 60 por cento da população vive abaixo do nível oficial de pobreza. A privatização das habitações pôs muitos russos na rua e a liquidação do anterior sistema de segurança social criou situações dramáticas e insustentáveis à maioria da população.

A resposta do presidente Ieltsin a esta realidade é a repressão.

O texto agora aprovado estipula o internamento compulsório de mendigos e vagabundos em «centros de reabilitação social», por pra-

zos até 10 dias. Os vagabundos detidos por pedirem esmola receberão também propostas de emprego (não se esclarecendo se terão outra opção se não aceitar o proposto...) ou subsídios únicos.

Caberá à polícia definir quem é vagabundo, enquanto a burocracia governamental terá o direito de decidir sobre os benefícios a atribuir e a quem os destinar.

Neste contexto repressivo e de degradação social, registam-se algumas lutas laborais, com destaque para a greve nas minas de carvão de Vorkouta, norte da Rússia, contra o não pagamento de salários há dois meses. Um protesto que passa também por uma greve de fome em que participam treze responsáveis sindicais.

A direcção do sindicato exige a vinda a Vorkouta de uma comissão governamental dirigida pelo primeiro-ministro, Viktor Tchernomyrdine, para examinar a situação social nas minas.

Arafat hoje com Carvalhas e Cunhal
Pela libertação da Palestina

Desde ontem em Portugal, o líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, prossegue um périplo por vários países, à procura de apoios políticos e económicos para o território palestino caso chegue a bom termo o processo negocial que leve, finalmente, o território para a auto-determinação.

Em Portugal o líder histórico da resistência palestina a Israel tem encontros agendados com o Presidente da República, primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e líderes partidários. Hoje, às 18 horas, uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, e pelo presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal, terá um encontro com Yasser Arafat.

O programa de Arafat para hoje inclui um pequeno-almoço de trabalho com diversas personalidades portuguesas, entre as quais os antigos chefes de Estado, generais Costa Gomes e Ramalho Eanes. Arafat reúne-se depois com empresários portugueses e desloca-se à residência oficial do primeiro-ministro português, Cavaco Silva.

De tarde, o chefe da OLP vai à Câmara Municipal de Lisboa, recebendo de noite o casal Soares, depois de um encontro com os jornalistas. Finalmente, logo à noite, Arafat terá um novo encontro com Mário Soares numa recepção num hotel de Lisboa.

Ontem, o líder palestino esteve ao almoço com Mário Soares e à tarde esteve na Assembleia da República onde se avistou com o presiden-

te da Assembleia da República e com os líderes parlamentares.

Antes desta visita, Arafat esteve em Bruxelas onde propôs a criação de uma força internacional para supervisionar a retirada das tropas israelitas dos territórios ocupados de Gaza e Jericó. Numa conferência de imprensa realizada após a estada de dois dias na capital belga, onde o líder da OLP manteve contactos com os órgãos da Comunidade Europeia, Arafat considerou desejável o envio para a futura Palestina de um contingente militar, eventualmente sob a égide das Nações Unidas, especialmente para controlar o corredor que liga Gaza a Jericó.

De acordo com as negociações mantidas com Israel, a partir de 13 de Dezembro próximo a segurança de Gaza e Jericó passa a competir às autoridades palestinas. No entanto, as negociações continuam num impasse em relação a todo um conjunto de questões e, nos territórios ocupados, têm-se registado graves incidentes entre colonos israelitas, forças da ordem e palestinos, noticiando as agências nas últimas semanas diversos aten-



Yasser Arafat visita o nosso país pela segunda vez, depois da sua estada em 1979

tados que resultaram em vários mortos.

Na última reunião entre os negociadores palestinos e israelitas, terminada terça-feira no Cairo, o comunicado conjunto afirma que «na sequência de discussões intensivas, foram obtidos progressos sobre certas questões e ficou decidido prosseguir as negociações na próxima semana», não se dizendo a altura e local onde irá ocorrer essa nova ronda negocial.

A reunião do Cairo era destinada a ultrapassar problemas que levaram à suspensão das conversações anteriormente mantidas em Taba, também no Egipto, sobre a autonomia dos territórios ocupados, mas o laconismo do comunicado e a falta de informações sobre o que se passou anteontem no Cairo não permitem concluir qual a evolução real do processo negocial.



Comício do PCP em Lisboa Discurso de Carlos Carvalhas

O PCP honra sempre os seus compromissos de grande partido democrático e nacional

A vida política nacional aparece agora claramente dominada por dois grandes temas que estão no centro das atenções, e das preocupações dos cidadãos: por um lado, o patente agravamento da situação social e económica do País e designadamente a impiedosa ofensiva governamental contra as condições de vida, os interesses e direitos essenciais dos trabalhadores e da população e, por outro lado, a aproximação das eleições autárquicas que, para além da sua enorme importância específica, terão seguramente importantes reflexos sobre a próxima evolução de toda a situação nacional.

Honrando os seus compromissos de grande partido democrático e nacional, inteiramente devotado à grande causa dos interesses do povo, da democracia e de Portugal, o nosso Partido intervém neste importante momento da vida nacional com um firme e combativo empenho na resistência e na luta contra a política de direita, coloca na primeira linha do seu pensamento e da sua acção as dificuldades, os dramas, as carências, os sofrimentos e inquietações do povo português e trabalha, com grande dinamismo, ao lado do Partido Ecologista "Os Verdes", dos companheiros da Intervenção Democrática e de milhares de democratas independentes para que as eleições autárquicas se saldem por uma grande vitória da democracia, por uma séria derrota do PSD e por um grande êxito do PCP e da CDU.

A confiança que se respira e o trabalho desenvolvido

Muitos amigos e camaradas têm-nos perguntado nos últimos dias sobre o andamento da nossa pré-campanha para as autárquicas. Pelas iniciativas onde estivemos e pelas notícias e informações que nos chegam, podemos aqui informar que a campanha se está a desenvolver com grande dinamismo e determinação, que há uma grande corrente de simpatia e de reconhecimento geral acerca da gestão autárquica da CDU, que aumentam as adesões, nomeadamente da juventude, pelo que podemos dizer com objectividade e sem triunfalismo que estamos em condições de atingir os objectivos a que nos propusemos. E isso será bom para as populações, para o poder local, para a democracia portuguesa e para Portugal.

O que se respira é uma grande confiança, alicerçada no trabalho desenvolvido, no grande património de realizações, no cumprimento dos progra-

mas, no perfil e garantias oferecidas pelos candidatos, no reconhecido prestígio granjeado pela Coligação Democrática Unitária que se pode justamente reivindicar dos atributos do trabalho, da honestidade e competência, e que pode afirmar alto e bom som que a CDU é de confiança!

Os candidatos da CDU são homens, mulheres e jovens com provas dadas, enraizados no meio e creio, camaradas, que é de valorizar e destacar em relação à composição das listas a elevada percentagem de jovens, de mulheres e de independentes.

A CDU é a força com maior percentagem de mulheres nas suas listas. Na Área Metropolitana de Lisboa a participação feminina é de 24,8% e no país somos a força política com maior número de mulheres cabeças de lista em municípios, o que é também um testemunho da forma como encaramos a concretização do princípio da participação em igualdade!

Ao contrário das outras forças políticas, rejeitamos as promessas irrealistas, a criação de falsas expectativas e a demagogia e dirigimo-nos à inteligência e à sensibilidade dos portugueses e das portuguesas procurando debater os gran-

des problemas das populações, apresentando as soluções e alternativas no quadro da área autárquica, ouvindo com ouvidos de ouvir as sugestões críticas e incorporando-as nas nossas propostas globais e sectoriais.

O PSD anda por aí a prometer que vai "ganhar o futuro", para evitar debater o presente, para fugir às suas responsabilidades no agravamento da situação económica e social, no desemprego, no sistemático corte de verbas às autarquias, no autoritarismo e na governamentalização do Estado.

Substitui o debate democrático, o confronto de ideias, projectos, realizações e resultados pela guerra dos cartazes, dos slogans, das T-shirts, dos "raios laser", numa campanha de grande ostentação de recursos financeiros, tudo à mistura com as visitas e promessas de fim-de-semana do sr. Primeiro-Ministro e respectivos ministros a que se junta aqui e ali a entrega de cheques com o dinheiro de todos nós, através dos sacos azuis do Orçamento.

A isto chama o sr. Primeiro-Ministro não estar em campanha eleitoral... mas sim em simples visitas de trabalho. É uma refinada hipocrisia.

Por sua vez, o PS, nesta campanha eleitoral, para além das promessas do estilo da concretização imediata do metropolitano em Vila Nova de Gaia, no Porto, em Loures e certamente também em Freixo de Espada à Cinta, numa espécie de metropolitano a pataco, tem também adoptado a postura do camaleão.

Para dirigentes e candidatos do Partido Socialista, os mesmos problemas económicos e sociais - desemprego, desenvolvimento, desertificação, falta de habitação, insegurança - são da responsabilidade do Governo quando se verificam em municípios PS mas já são da responsabilidade das autarquias quando se trata de municípios de maioria da CDU! É um fartote de demagogia e eleitoralismo.

O candidato do PS em Almada, por exemplo, tem três cartazes profusamente colocados, com os slogans, "mais emprego", "mais segurança", "mais habitação", de tal maneira que se fica sem saber se é candidato à presidência da Câmara ou se é candidato a primeiro-ministro!

Ou será que o PS não se dá conta que, por exemplo, o município de Setúbal a que preside é o que apresenta a maior taxa de desemprego, o maior número de encerramento de empresas e a menor percentagem de cobertura de saneamento básico de todo o distrito? E o que dizer dos municípios do Vale do Ave também servidos pelo PS? E que dizer do facto de entre outros municípios que mais população perderam entre os dois últimos censos estarem precisamente três municípios de maioria PS e doze de maioria PSD?

A verdade é que as autarquias CDU, no âmbito das suas competências e muitas vezes assumindo responsabilidades e encargos que deviam pertencer ao Governo, têm dedicado às questões do desenvolvimento, da habitação, da situação social uma enorme atenção, que não teme qualquer comparação com as autarquias geridas pelo PSD e pelo PS e que se mede em amplos apoios à autoconstrução com infra-estruturas, terrenos, máquinas e projectos, apoios às cooperativas de habitação, à reabilitação urbana e à recuperação de loteamentos clandestinos, parques e zonas industriais, com lotes e preços aliciantes, feiras industriais, comerciais e de serviços, apoios aos trabalhadores e à reconversão industrial, participação activa na luta contra a destruição do aparelho produtivo e dos postos de trabalho, diálogo aberto e solidário com trabalhadores, agricultores e empresários. É da obra realizada nas

Assim se vê a força do Pê Cê!

Não foi por acaso que o conhecido slogan "Assim se vê a força do Pê Cê!" fez tremer várias vezes o Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, durante o Comício-Festa promovido na passada sexta-feira pelas Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP, no quadro da pré-campanha eleitoral. Uma multidão entusiasmada transbordou, literalmente, do amplo edifício, construindo um comício memorável onde a afirmação e a vitalidade políticas foram as notas dominantes. Quando Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas usaram, sucessivamente, da palavra para as intervenções que encerraram a iniciativa, já o Pavilhão estava literalmente ao rubro.

A Brigada Victor Jara começou às 21.30 por lançar a multidão na dança, particularmente à boca do palco, onde muitas centenas de jovens, acometidos de energia inesgotável, não pararam quietos um bocadinho. Uma hora depois iniciou-se o Comício, já o Pavilhão Carlos Lopes de tal modo rebentava pelas costuras, que os apresentadores **Fernanda Montemor e Moraes e Castro** se viram forçados a pedir aos presentes que se "apertassem" mais um bocadinho.

Um gigantesco diaporama apresentando um calcidoscópio da vasta obra autárquica da CDU, ao som contagiante da "Carvalhesa", abriu espectacularmente a sessão, seguindo-se a interpretação, ao vivo, do novo hino da campanha, "Acordamos as manhãs em cada dia", com a participação do

seu autor, **Nuno Gomes dos Santos**, de **Luísa Basto** e **João Fernando**, entre outros.

Abrem-se as luzes e sobem ao palco os cabeças de lista da CDU a todas as Câmaras e Assembleias Municipais dos Distritos de Lisboa e Setúbal, chamados um a um e recebidos por uma permanente ovação. **José Casanova**, membro da Comissão Política do PCP, preside ao Comício e apresenta a mesa, que integra dirigentes do PCP, independentes das Coordenadoras Distritais da CDU dos dois Distritos, representantes do Partido Ecologista "Os Verdes", da Intervenção Democrática e da JCP. O slogan "Assim se vê a força do Pê Cê!" atoa de novo na sala, são lidas saudações enviadas e recebidas no Comício, a luta dos trabalhadores da TAP e da Administração Local e o 5º Congresso da USL (a decorrer nesse mesmo dia) mobilizam de novo os entusiasmos.

Seguem-se as intervenções. Fala, em primeiro lugar, um candidato da Margem Norte, **Demétrio Alves**, presidente da Câmara Municipal de Loures, depois uma candidata da Margem Sul, **Maria Emília Sousa**, presidente da Câmara Municipal de Almada, e a JCP surge na voz de **Álvaro Cunhal**, presidente do Conselho Nacional do PCP, e **Carlos Carvalhas**, Secretário-Geral, encerraram a iniciativa com intervenções que transcrevemos na íntegra nestas páginas.



Comício do PCP em Lisboa

Discurso de Carlos Carvalhas

autarquias, nas infra-estruturas, saneamento básico, defesa do património, cultura e desporto, acessibilidades e da postura do PCP em todas as esferas da vida nacional que nos vem a serena confiança e tranquilidade face ao julgamento das populações.

E esta é a forma de estar que assumimos também na Coligação Com Lisboa e o trabalho aí está, à vista de todos para bem de Lisboa e da população certamente com defeitos e insuficiências, mas infinitamente melhor e superior ao que foi feito pela direita ao longo de uma década e sobretudo fazendo romper um grande e promissor processo de mudança alicerçado numa visão rasgada das necessidades e do futuro da capital do país.

Saudando os trabalhos e o esforço dos eleitos das outras componentes da Coligação Com Lisboa, é justo que saudemos os vereadores do PCP e os eleitos do PCP e do PEV que nas freguesias da cidade, estão associados ao que de melhor se tem feito em Lisboa e com a sua tenacidade e experiência, estamos certos que prosseguirão uma obra valiosa que não só continuará a prestigiar o património autárquico da CDU e o seu carácter unitário e democrático, como será um grande contributo para o bem-estar da população e para a modernização e preservação da nossa cidade de Lisboa.

E não há nenhuma contradição pelo facto de em Lisboa estarmos ligados com o PS e no resto da área metropolitana estarmos em concorrência democrática. Como é sabido, se não estamos juntos em mais autarquias, designadamente em muitas onde importava derrotar o PSD, a responsabilidade não nos pode ser assacada, mas sim ao sectarismo e às pretensões hegemónicas da direcção do PS que prevaleceram mesmo sobre as aspirações unitárias das suas bases.

E sobre a nossa posição em relação ao Partido Socialista, creio que é necessário pôr os pontos nos is.

As manobras de mistificação

Com a aproximação das eleições autárquicas, têm vindo a desenvolver-se duas manobras de mistificação em torno da nossa atitude e do nosso relacionamento com o PS.

A primeira manobra é a que resulta de o PS, ao mesmo tempo que, como já referimos, por exemplo, na Área Metropolitana de Lisboa, conduz uma campanha perfeitamente desonesta contra a CDU, se armar, entretanto, em vítima e se queixar de estar a ser tratado pelo PCP como "inimigo principal".

A segunda manobra, complementar da primeira, é a que resulta do facto de alguns órgãos de comunicação social, bem conhecidos pela devoção que têm pelo PS, não desprezarem nenhuma oportunidade para dar vida artificial a uma espécie de folhetim sobre uma pretensa escalada na conflitualidade política entre o PCP e o PS, sempre acusando o PCP, sem qualquer fundamento sério, de andar a meter o PS e o PSD no mesmo saco».

Estas manobras não resistem ao simples respeito pelos factos e pela verdade.

E a verdade é que não há na nossa postura e na nossa atitude em relação ao PS qualquer alteração significativa.

Como toda a gente sabe e muito poucos se atreverão a contestar, não há em Portugal partido que combata mais o PSD, a sua política e o seu governo que o PCP e, mais do que isso, como todos igualmente sabem embora muitos o procurem esconder e silenciar, se há acção política, trabalho parlamentar e intervenção social que causem maior mocha à política e aos planos do PSD e do seu governo são a acção, o trabalho, a intervenção e a luta do PCP.

A verdade é que, de há muito, a nossa postura face ao PS se pode resumir nestas ideias centrais: somos pela persistente procura de diálogo, de entendimento e de cooperação com o PS em torno de tudo o que possa ser favorável aos interesses populares e a uma alternativa democrática e, ao mesmo tempo, somos pela crítica firme e activa diferenciação em relação a todas as orientações e posições do PS que consideramos serem prejudiciais aos grandes e essenciais objectivos da luta democrática. Estamos activamente empenhados na convergência das forças democráticas e, ao mesmo tempo, procedemos a uma inabalável afirmação da nossa própria autonomia, independência e identidade, a uma firme valorização da nossa acção, das nossas propostas, do nosso projecto e do nosso indispensável papel para uma mudança de política e para uma real alternativa democrática.

Assim tem sido e, estamos certos, assim continuará a ser, não apenas porque a nossa coluna vertebral não suporta arreatas, não apenas porque somos suficientemente crescidos para não andarmos pela mão de outros, não apenas porque nos lideramos a nós próprios e dispensamos lideranças alheias, não apenas por termos uma concepção da vida democrática que acolhe com naturalidade a diversidade e a pluralidade de opiniões e o seu confronto, mas também e sobretudo porque é essa atitude que mais dificulta o alargamento dos consensos entre o PSD e o PS, que mais favorece a necessária separação de águas, que mais favorece a afirmação dos valores de esquerda e que mais favorece a convergência democrática para uma nova política e para uma alternativa à direita.

Não pode haver qualquer dúvida que, para nós, é o governo do PSD que é o principal, o maior e o mais destacado responsável pelo agravamento dos problemas nacionais e pelos duros golpes que estão atingindo os interesses essenciais de vastas camadas da população.

Mas, exactamente em nome da eficácia do combate à políti-

ca de direita e em nome da luta por uma nova política, é inteiramente justo que chamemos a atenção para que esta ofensiva da direita não poderia ter ido, nem tão longe, nem tão fundo, sem as facilidades, sem as cumplicidades, sem as convergências que o PS ofereceu ao PSD em ocasiões e em matérias fundamentais e decisivas, com destaque para a revisão da Constituição de 1989, que indiscutivelmente constituiu a grande plataforma dinamizadora do avanço do ataque global da direita a grandes realidades e valores da revolução de Abril.

Nessa época, bem advertimos o PS que abrir as portas à total reconstituição do poder do grande capital, através da privatização do Sector Empresarial do Estado, teria não apenas graves consequências económicas, não apenas graves prejuízos para o interesse público e para o interesse nacional, mas também para as condições de vida e os direitos dos trabalhadores, na medida em que a reconstituição do poder económico do grande capital significaria dar-lhe acrescidos meios de influência sobre o poder político, alterar a seu favor a correlação de forças no plano social e conceder ao grande patronato condições e meios para o reforço considerável de exploração e a liquidação de importantes direitos e regalias de quem trabalha.

O PS não nos quis ouvir, os resultados estão à vista e a realidade fala por si.

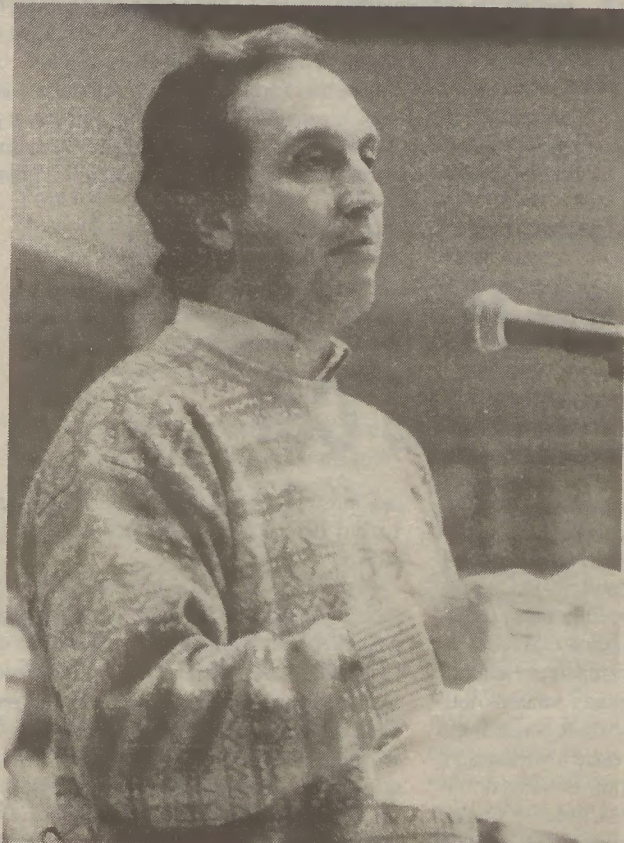
Nessa época, bem advertimos o PS de que a substituição da referência constitucional ao carácter gratuito do Serviço Nacional de Saúde por uma referência ao seu carácter "tendencialmente gratuito" só serviria para facilitar a injusta e crescente imposição de novos encargos para os cidadãos com a saúde e para abrir caminho a uma perigosa espiral no sentido de um Serviço Nacional de Saúde cada vez mais "tendencialmente pago".

O PS não nos quis ouvir, os resultados estão à vista e a realidade fala por si.

Há muito tempo, seja nos debates sobre o Mercado Único, seja na discussão em torno de Maastricht, bem advertimos o PS de que a sua sintonia com o PSD nas questões fulcrais da "construção europeia" - tais como a subordinação aos critérios da convergência nominal de Maastricht, à precipitação da liberalização dos movimentos de capitais e a precipitada adesão do escudo ao SME teriam devastadoras consequências para a indústria e para a agricultura nacionais, para o conjunto do aparelho produtivo e para o emprego dos portugueses.

O PS não nos quis ouvir, os resultados estão à vista e a realidade fala por si.

Naturalmente que somos os primeiros a valorizar que, no



plano político e partidário, haja uma pluralidade de vozes e de acções que se levantam contra a desastrosa política do governo do PSD.

Naturalmente que não só somos os primeiros mas, significativamente, também somos os que mais insistentemente sublinham que a derrota do PSD, do seu governo e da sua política exigem imperiosamente a convergência das principais forças democráticas.

Mas ninguém tem o direito nem de exigir nem de esperar que um partido como o PCP, que consagra o melhor das suas energias à resistência e ao combate à política de direita, patrocine pelo seu silêncio projectos que, embora com outra etiqueta e com outros protagonistas, representassem a continuação, no essencial, da política de direita.

Ninguém tem o direito de exigir ou de esperar que um partido que trabalha dedicadamente para que o justo descontentamento com a política do PSD encontre a saída positiva da concretização de uma nova política e de uma alternativa democrática viesse dar o seu apoio a orientações que correspondessem à manutenção das principais políticas que estão na raiz desse des-



contentamento, viesse colaborar na montagem de uma grande ilusão, viesse tornar-se co-responsável pela frustração de toda uma imensa aspiração a uma mudança democrática.

Assim como ninguém tem o direito de exigir ou de esperar que um partido como o PCP, que faz da coerência entre as suas palavras e os seus actos um importante elemento da sua identidade política, venha desistir do seu legítimo apelo aos cidadãos para que, designadamente na hora de importantes opções eleitorais, confrontem palavras com actos, ajuízem não apenas sobre estilos, personalidades ou nuances mas sobre as políticas propostas, julguem não apenas promessas para o futuro mas também responsabilidades passadas e presentes.

Algumas propostas para a Área Metropolitana

Somos uma Coligação com conhecimento dos problemas locais, com propostas e com soluções, para lhe darmos resposta, com uma visão integrada do desenvolvimento, com um projecto autárquico e com uma concepção de exercício do poder que lhe é inerente, que possui características que o marcam e que o diferenciam das outras forças políticas e que o devem diferenciar cada vez mais. O trabalho e a dedicação aos interesses do povo, a garantia de uma gestão democrática, aberta, transparente e participada, a informação e a comunicação entendidas como um direito dos cidadãos e um dever dos eleitos do Poder Local. A compreensão da interligação dos fenómenos urbanísticos e do isolamento e o de que a elevação da qualidade de vida e o equilíbrio funcional da Área Metropolitana de Lisboa impõe entre outras condições, a modernização do sistema de transportes, a criação de uma rede viária que permita melhorar as condições de acessibilidade e circulação, a par com o combate à crescente terciarização de zonas históricas das cidades. Mas é necessário com grande determinação continuar a dar resposta aos graves problemas dos equipamentos colectivos da responsabilidade autárquica (ensino, assistência, cultura, desporto...) melhorar a imagem e a qualidade dos espaços verdes e dos espaços urbanos no quadro de um planeamento municipal e intermunicipal.

Por isso, é nosso entendimento que a necessária articulação de políticas e dos investimentos deverão também assegurar um conjunto de acções e medidas tendentes:

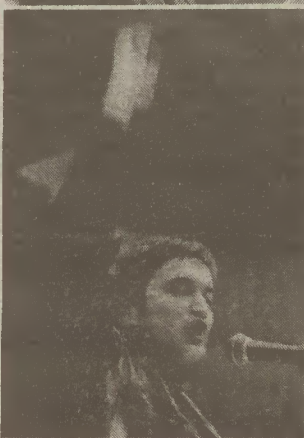
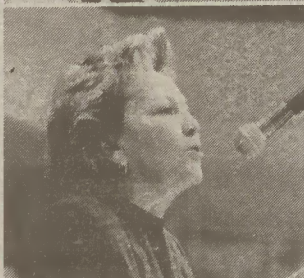
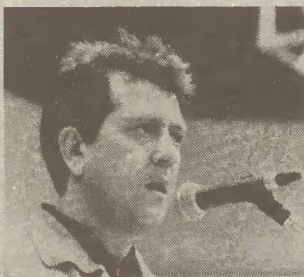
- a dar corpo a uma rede de verde na área metropolitana assente numa estrutura em anel que aproveite e valorize as principais manchas de verde (Arrábida, Sintra...) e preserve da ocupação urbana extensas áreas não construídas (várzeas, lezírias, tapadas, reservas ribeirinhas...);

- à valorização dos estuários do Tejo e do Sado e dos ecossistemas, assegurando através de nova rede de Tratamento de Águas Residuais a despoluição dos estuários que permita não só a preservação das principais espécies que os povoam, como a devolução das zonas ribeirinhas para usufruto lúdico e seguro pelas populações.

Também qualquer política integrada na área metropolitana de Lisboa não se pode revelar insensível face à dimensão das carências habitacionais agravadas em recente operação do Governo no sentido de transferir o conjunto do problema sem a plenitude dos meios para as autarquias, confirmando a pouca seriedade no tratamento da questão que não deve permitir nem traduzir-se na desresponsabilização do Governo.

A capacidade que as autarquias demonstraram, não apenas no equacionamento e programação da resposta a dar ao nível da construção como ao nível da integração social, não pode deixar de ser acompanhado pelo esforço financeiro que cabe à Administração Central. O Governo não pode continuar a alienar as suas responsabilidades, as suas responsabilidades constituído-

**CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR
NAS AUTARQUIAS**



nais em áreas tão fundamentais como a habitação, o ensino e a saúde.

Nós nunca aceitaremos a política do "quem quer saúde que a pague", "quem quer ensino superior que o pague" e "quem quiser pagar menos impostos que se torne mais rico"!

A segurança das populações

Uma outra questão sensível da actual situação social nomeadamente na área metropolitana é a da segurança das populações. O Governo não pode lavar as mãos como Pilatos face a esta situação.

O PSD e o seu governo são os grandes responsáveis pelas causas sociais da insegurança e pelo aumento do tráfico de droga e da marginalidade que lhe está associada e são responsáveis pelo caldo da sua cultura: a competição exacerbada, o individualismo feroz, a acentuação das desigualdades e a desvalorização da solidariedade.

Como os especialistas destas matérias têm evidenciado, a chamada "reestruturação das Forças de Segurança", as superesquadras sem meios à Hill Street, o encerramento de esquadras e postos, a aposta nas medidas repressivas, no desinvestimento, no cerceamento das liberdades dos agentes, na militarização e governamentalização das Forças Policiais têm aberto caminho ao surto de violência e criminalidade no tecido social.

Mas o PS também aqui não está isento de responsabilidades, pois, durante anos, teve, no essencial, a mesma política e ainda hoje alguns dos instrumentos jurídico-legais mais obsoletos nestas matérias datam do consulado PS na Administração Interna, dos tempos do "bloco central". Consideramos também a sua última proposta como desadequada e ineficaz e que só seria concretizável após revisão constitucional.

A estas políticas o PCP tem contraposto e proposto, desde há muito e não só agora, quando certos estados de opinião dizem ser um problema muito sentido pelas populações, uma concepção humanizada de segurança dos cidadãos, apoiada em instrumentos preventivos, assegurada por forças policiais civilistas e dotadas de meios e servidas por profissionais com plenos direitos de cidadania.

O PCP propôs na Assembleia da República, através de um projecto de lei, a criação de Conselhos Municipais de Segurança dos cidadãos, que assegurariam a coordenação e o inter-relacionamento entre as autarquias, as comunidades, as populações, os professores e as Forças de Segurança com vista a melhores capacidades de resposta. Estamos convictos que era um passo bem positivo para a segurança das populações.

Nós dizemos não à repressão, não às falsas soluções e sim à criação de condições que cortem as raízes dos flagelos sociais que são a principal causa da insegurança e da marginalidade.

Uma grave crise económica e social

Estas eleições autárquicas e o mandato de futuros eleitos vão decorrer num quadro de uma grave crise económica e social, pelo que é da máxima importância a escolha de cidadãos que dêem garantias de que estarão nas autarquias não para se servirem a si próprios mas para servirem as populações, para resolverem os seus problemas dentro da esfera das atribuições autárquicas e para procurarem, por todos os meios, minimizarem as consequências de uma política errada e injusta.

Nós acusamos e responsabilizamos o Primeiro-Ministro e o Governo de prosseguirem uma política de concentração da riqueza, de uma política de clientelas e da entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao capital estrangeiro.

Mas também daqui lhe dizemos que pode contar com a nossa oposição, com a oposição do PCP e da CDU, firme e determinada, quer nas instituições quer fora delas.

Nós acusamos e responsabilizamos o Primeiro-Ministro e o Governo pelos dramas e angústias vividos pelos mais de 335 mil trabalhadores dados oficialmente como desempregados e pela situação aflitiva em que se encontra a maioria dos reformados, dos pensionistas, dos idosos e dos deficientes e pela aceleração do crescimento das situações de pobreza, de marginalização e exclusão social.

Mas também daqui, neste comício, dizemos ao PSD e ao Primeiro-Ministro que não lhes daremos tréguas, na denúncia, no desmascaramento da sua demagogia e da sua hipocrisia e que tudo faremos para impulsionar a luta contra esta política.

Nós, homens e mulheres do PCP e da CDU, acusamos o Governo de estar a levar a cabo uma política de desindustrialização, de ruína da nossa agricultura e das nossas pescas, de criação de graves dificuldades para os pequenos e médios empresários da indústria e do comércio e, por isso, também daqui apelamos às populações para, sem desvirtuar as eleições autárquicas, usarem também o seu voto para mostrarem o seu descontentamento e desaprovação face a uma política que, ao serviço dos grandes senhores do dinheiro e das actividades especulativas e parasitárias, os lesa profundamente, lhes dificulta e agrava o presente e lhes compromete o futuro.

Pela nossa parte, tudo faremos para que esta política seja invertida e derrotada. Pela nossa parte, tudo faremos para mobilizar as populações e os trabalhadores que sabem que podem contar com a CDU e com o PCP nas horas boas e nas horas más, nas pequenas e nas grandes lutas.

Estamos e estaremos com os trabalhadores no seu combate contra o desmantelamento e desmembramento de empresas como é o caso da Quimigal, da Portucel, da E.D.P. e da R.N., sujeitos à redução de efectivos e à retirada de direitos, contra o desemprego, contra a diminuição dos seus salários reais e a liquidação de direitos e regalias duramente conquistados.

Estamos e estaremos com os agricultores contra a liquidação da agricultura portuguesa e a sua venda por «trinta dinheiros» às multinacionais da agro-indústria americanas e europeias.

Estamos e estaremos com os pescadores, com os produtores e criadores, contra a política de penalização da actividade produtiva, em benefício das actividades especulativas e parasitárias, em benefício da produção estrangeira que aceleradamente está a substituir a produção nacional levando à ruína empresários, agricultores, comerciantes e industriais.

Estamos e estaremos solidariamente activos com todos os trabalhadores em luta contra uma política prepotente e arrogante, contra uma política de acentuação das desigualdades, geradora de desemprego, de insegurança e marginalização social.

Por isso, certamente todos estaremos de acordo que, em nome do PCP e da CDU, daqui saúde os trabalhadores da TAP manifestando-lhes a nossa inteira solidariedade, que daqui saúde a luta dos enfermeiros e os trabalhadores da CARRIS, da Metalomecânica, da Indústria vidreira, das Alfândegas, que daqui manifeste a nossa solidariedade com os trabalhadores da Mague e da Sorefame que lutam contra os objectivos da multinacional Seneti de destruir o sector nacional da metalomecânica pesada e centenas de postos de trabalho.

Solidariedade com os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local em luta contra a lei dos Disponíveis e por aumentos salariais dignificados.

Solidariedade aos trabalhadores ferroviários que resistem à coacção das reformas compulsivas, aos despedimentos encapitados e à pulverização da CP.

Solidariedade aos trabalhadores da Siderurgia Nacional, da Lisnave e da Setenave ameaçados pela redução drástica de milhares de postos de trabalho.

Solidariedade aos trabalhadores das Telecomunicações que fazem frente à ameaça destabilizadora do Presidente do Conselho de Administração e dirigente do PSD que quer promover a rescisão forçada a milhares de trabalhadores.

Solidariedade às dezenas de milhares de trabalhadores dos sectores da metalurgia e das Indústrias Eléctricas sujeitos ao lay-off e aos salários em atraso.

Solidariedade aos agentes da PSP sujeitos à repressão disciplinar e à limitação das liberdades sindicais. Solidariedade para com as lutas da juventude estudantil e para com a sua luta contra o brutal aumento das propinas.

Solidariedade aos trabalhadores do sector bancário e segurador que não se conformam com a redução dos seus salários e dos seus direitos.

Daqui saudamos as vigorosas acções da classe operária e dos diversos estratos sociais que só por si são um espelho fiel das graves e dramáticas situações que hoje atingem milhares e milhares de cidadãos e suas famílias.

O Governo e o Primeiro-Ministro continuam a escamotear as reais causas da crise atribuindo-as em exclusivo à evolução internacional e àquilo que despudoradamente designam como "privilégios adquiridos" pelos trabalhadores assalariados.

O que a realidade mostra é que as razões fundamentais da recessão e da crise radicam em razões de ordem interna, numa política que não procurou superar as vulnerabilidades do aparelho produtivo e que, pelo contrário, o tem conduzido à desestabilização e destruição. E hoje já não podendo esconder a grave situação com a propaganda do "Portugal está na moda no estrangeiro" ou com a célebre teoria do "oásis", o Governo, com a repressão e chantagem procura que a factura da crise seja paga pelos trabalhadores e pelas classes e camadas mais desmunidas.

E foi nesse sentido que o Governo, utilizando a pressão, a chantagem e a ameaça, procurou que as centrais sindicais assinassem a mistificação de um autodesignado Acordo Social, designando os que se lhe opuseram como inimigos dos interesses dos trabalhadores.

Cinismo e hipocrisia em torno do "Acordo Social"

Nos discursos do Primeiro-Ministro e do Governo já tínhamos anteriormente essa pérola de autoritarismo e inadaptação democrática que consistia na apresentação dos partidos da oposição como inimigos do progresso do país.

Agora passámos a ter essa outra pérola da falta de escrúpulos e de vergonha que consiste em apresentar as organizações sindicais como inimigos da defesa do emprego e como responsáveis pelo aumento do desemprego.



Comício do PCP em Lisboa Discurso de Carlos Carvalhas

Trata-se do culminar de uma despudorada encenação que o Governo vinha a preparar há muito tempo.

Com efeito, o Governo começou por pretender minimizar e mesmo negar o aumento do desemprego, chegando ao ridículo de considerar mais credíveis os números do INE (baseados num sistema de sondagem) do que os números do IEFP (baseados em inscrições concretas para pedidos de subsídios de desemprego).

Logo a seguir, o Governo percebeu que, continuando nesta linha, entrava em rota de colisão frontal com a realidade social e com as crescentes preocupações dos cidadãos com o emprego, pelo que tinha de inventar outra coisa qualquer.

E o que é que inventou? Inventou este monumento de hipocrisia que consiste em um governo, que sempre se recusou e se recusa a rectificar ou abandonar as suas orientações de política económica e social que estão na base do crescente desemprego, se passar a apresentar como o grande campeão da luta contra o desemprego e pela defesa do emprego.

E foi no contexto deste passo de magia que, já em final de Agosto, todos vimos Cavaco Silva no Algarve a clamar, de forma fingidamente lancinante, pela união de todos em defesa do emprego.

E é também no quadro desta manobra que foi mentirosoamente baptizado de "Acordo de Política de Emprego" um acordo de concertação social que, tirando promessas vagas e declarações de intenções que não valem um tostão furado, tirando algumas medidas de mera gestão social do desemprego, o que tem é uma acentuada redução dos salários reais e novas medidas de agravamento da precariedade e da insegurança no emprego e de ataque aos direitos dos trabalhadores.

Cavaco Silva e o Governo pretendiam iludir os trabalhadores com a ideia falsa de que a sua política e as suas propostas iriam no sentido de que "mais vale um pássaro na mão (o emprego) do que dois a voar (o emprego e os salários)" mas são os primeiros a saber que a sua verdadeira política vai no sentido de pôr os dois pássaros a voar - os salários e também o emprego - sem que nenhum deles fique nas mãos dos trabalhadores. E, por isso, são também os primeiros a saber que, com a continuação da sua política, o desemprego tenderá a continuar a crescer.

Daí as duas manobras fundamentais que o Governo sucessivamente lançou em torno do chamado acordo social:

- primeiro, a operação de chantagem visando que as organizações sindicais no fundo dessem tudo - redução dos salários reais, aumento da precariedade e da insegurança, gravosas alterações da legislação do trabalho - em troca de nada;

- e, depois, fracassando esta operação, castigar quem teve o atrevimento de não se associar ao Governo na ofensiva contra os interesses dos trabalhadores, responsabilizando-os por todas as desgraças que a política do Governo efectivamente provoca e causa.

Permitam-nos, camaradas e amigos, ainda mais duas observações sobre a questão do "Acordo Social".

- A primeira, para sublinharmos que, sendo positivo que, desta vez, um pouco à tangente, o Governo não tenha conseguido obter a assinatura do seu interlocutor sindical preferido, isso não deve fazer esquecer que, se para o Governo o "diálogo social" fosse algo de sério, em vez do desesperado esforço para tentar obter a assinatura dessa organização, devia atender sim às justas reclamações e propostas de quem tem a maior representatividade e influência entre os trabalhadores portugueses.

- A segunda, para saudar a justa e combativa posição assumida pela CGTP-IN, a única central sindical que, contra silêncios e discriminações, apresentou propostas válidas de defesa dos salários, do emprego e dos direitos dos trabalhadores, a única central sindical que não deu credibilidade à mentira governamental do 1% de benefício com a actualização dos escalões do IRS, a única que chamou a atenção e denunciou que o acordo proposto pelo Governo, para além de uma redução de salários reais, incorporava uma nova escalada contra os direitos e regalias dos trabalhadores.

O ridículo aumento das pensões

Ainda não se tinha desvanecido da memória dos portugueses a insuperável demagogia e hipocrisia das últimas declarações do Primeiro-Ministro sobre o fracasso do seu "acordo social", e já ontem a opinião pública era bombardeada com a notícia de um aumento das pensões de reforma aprovado pelo ministro do Emprego como se tratasse de uma generosa atitude do Governo em relação aos sacrificados reformados e pensionistas.

Para fazer a demonstração de que, neste caso como noutros, os governantes do PSD cada vez mais se afundam na mentira, no cinismo, na falta de escrúpulos e na falta de respeito pelos cidadãos, não é necessário fazer muitos comentários. Basta abandonar o jogo dos números abstractos e das percentagens e lembrar aqui o que realmente significam as actualizações das pensões ontem decididas pelo Governo.

Significam exactamente aumentos nominais de 1500, 1000 e 900 escudos mensais, ou seja de 50, 33 e 30 escudos por dia.

O ministro Silva Peneda veio dizer que, como 6,1% era um aumento superior à taxa de inflação prevista pelo Governo, 1994 seria mais um ano de aumento do poder de compra dos pensionistas.

Pois bem: façamos de conta que em 94 a inflação se ficará em 5,5% como diz o Governo e não em mais como muitos especialistas apontam; façamos de conta que muitos reformados não vão ser atingidos por aumentos de renda de casa de 10%; façamos de conta que os reformados, como todos os cidadãos, não vão sofrer o previsto aumento dos impostos indirectos; façamos de conta que a partir de 1992, a comparticipação dos pensionistas, como a de outros cidadãos, no preço dos medicamentos não sofreu aumentos de 50% e de 25%.

Pois bem: se tudo isto não existisse - como existe - que aumento de poder de compra é que resultaria da nova comparação de aumentos de pensões de 6% e de uma taxa de inflação de 5,5? 0,5% precisamente.

E 0,5% quanto seria em aumento de poder de compra para os pensionistas?

Nada mais nada menos, camaradas e amigos, do que a formidável fartura e a inesquecível benesse governamental de 125, 83 e 75 escudos por mês, ou seja, de 4 escudos, vinte e sete e vinte e cinco tostões por dia.

Estamos certos que os reformados e pensionistas lutarão contra esta afronta, não se esquecerão deste insulto e não perdoarão este desprezo do Governo pela sua grave situação e enormes dificuldades de vida.

No momento do voto CDU é de confiança

Apesar de ser evidente para toda a gente que o grosso da campanha autárquica do PSD, sob a fachada do exercício das suas funções oficiais, está a ser feita pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros com constantes deslocações e inaugurações pelo País, com continuadas distribuições de cheques e de promessas, o PSD, receoso da derrota que o espera, grita a toda a hora que dos resultados das autárquicas não se poderá retirar qualquer ilação sobre o Governo e a sua política.

Mas há uma coisa que os portugueses não devem esquecer e de que se devem lembrar constantemente até ao dia 12 de Dezembro.

É que, se porventura, o PSD conseguisse escapar à séria derrota eleitoral que merece, o Primeiro-Ministro, que agora sempre declara que as eleições autárquicas não são nenhum julgamento da política do governo, não deixaria de, logo na noite de 12 de Dezembro, aparecer na televisão a proclamar que afinal os resultados eleitorais não tinham comprovado que o descontentamento com a sua política fosse tão grande como se dizia, a proclamar que os resultados traduziam um expressivo apoio à política do Governo, a proclamar que o rumo até aqui seguido iria ser implacavelmente mantido e a anunciar uma imediata intensificação da sua desastrosa política.

No momento do voto, é isto que não deve ser esquecido por todos os portugueses e portuguesas que justamente se sentem agredidos e se indignam com a ruína da nossa agricultura e das pescas, com a crise da nossa indústria, com a redução dos salários e com os aumentos de impostos, com a saúde e o ensino cada vez mais caros, com as exclusões de milhares e milhares de jovens do ensino superior público, com o aumento da idade da reforma das mulheres, com as piores formas de cálculo das reformas, com as pensões de miséria, com os despedimentos em massa e com o desemprego crescente, com a liquidação de direitos e regalias sociais dos trabalhadores, com o escandaloso saque dos bens públicos e dos recursos nacionais a favor do grande capital, com a extrema ampliação das injustiças e desigualdades sociais, com o autoritarismo e os golpes e planos contra a democracia política, com o sacrifício da soberania e da independência nacionais.

Em 12 de Dezembro, para uma gestão eficaz, séria e competente das autarquias locais, para novos avanços na obra do poder local democrático, para novos passos na resposta aos problemas das populações, não há, em toda a parte, voto melhor e mais útil que o voto na CDU.

Mas também em 12 de Dezembro, para castigar o PSD e a sua política, para defender no imediato as condições de vida, os interesses e os direitos dos trabalhadores e do povo, para protestar contra o ruinoso caminho para onde o PSD e o seu governo empurram Portugal, para forçar a abertura de uma nova esperança e de uma nova política e para aproximar a alternativa democrática, não há, em toda a parte, voto melhor, voto mais útil e voto mais seguro que o voto na CDU.

Viva a luta dos trabalhadores!
Viva a CDU!
Viva o Partido Comunista Português!

Discurso de Álvaro Cunhal Estamos confiantes!

Camaradas:

Com a aproximação das eleições autárquicas, a ofensiva contra o nosso Partido e contra a CDU adquire nova violência. Como se tudo fosse permitido. Mentindo, inventando, caluniando, provocando.

Nós actuamos de outra forma. A nossa campanha avança firme, segura, serena e confiante.

Há razões para tal.

Porque a vida cada dia nos dá razão.

Porque, como sempre, estamos com os trabalhadores, com o povo, com os seus interesses, necessidades e aspirações.

Porque a CDU, tal como a Coligação "Com Lisboa", tem obra feita que o povo reconhece.

Porque o PCP, em vez de estar em declínio, dividido, isolado e prestes a morrer como alguns freneticamente anunciavam, está vivo, unido, actuante e ligado às massas.

E porque, por todas essas e outras razões, estamos não só esperançados mas confiantes em que em 12 de Dezembro alcançaremos uma significativa vitória nas eleições autárquicas.

O valor da unidade dos democratas

Camaradas:

A luta pela unidade dos democratas não é uma atitude nova ou conjuntural mas uma atitude política de fundo que sempre caracterizou a actuação do PCP. Assim também na batalha das eleições autárquicas. A nossa participação em coligações significa a determinação de actuar em comum com outros democratas para a realização de um programa comum e na base de relações de respeito e confiança recíproca.

A CDU é um projecto unitário prestigiado e provado pela obra notável realizada nas autarquias. Damos grande valor aos nossos aliados na CDU, ao Partido Ecologista «Os Verdes», à Intervenção Democrática, aos militantes de outros partidos que em alguns concelhos e freguesias fazem parte das listas CDU, e aos muitos milhares de democratas sem filiação partidária, democratas independentes, que integram as listas CDU e que em muitos casos assumem as mais altas responsabilidades em Câmaras, Juntas e Assembleias.

De todos enalteçemos a valiosa intervenção e a todos aqui saudamos neste comício que, sendo do PCP, queremos que, com a sua presença, o sintam também como seu.

Damos também grande valor à Coligação "Com Lisboa" e à participação de todos aqueles que, além de nós, comunistas, a compõem. Diferenças de opinião sobre a política nacional e sobre a política autárquica, justas críticas às formas diversas de colaboração do PS com o PSD, à agressividade anticomunista primária de alguns dirigentes do PS e de candidatos do PS contra a gestão CDU nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, essas nossas justas críticas não invalidam o valor que damos ao trabalho comum e obra comum de comunistas, socialistas e outros democratas na gestão municipal da capital do país, o valor e alto significado político desta experiência que, no caso concreto, mostra que a unidade e a acção comum permitiram derrotar e afastar a direita do poder e realizar uma reconhecida obra positiva em benefício das populações.

A obra extraordinária realizada pela CDU nos concelhos e freguesias onde tem maioria e o êxito da Coligação "Por Lisboa" dá inteiro fundamento às perspectivas que apontamos (e que nem os partidos de direita contestam) de que no dia 12 de Dezembro os votos na CDU e os votos na coligação "Com Lisboa" confirmarão uma confiança renovada e fortalecida das populações.

Confirmar a força da CDU na Área Metropolitana de Lisboa

Neste comício, realizado em Lisboa, merecem particular referência as posições maioritárias do PCP e da CDU na Área Metropolitana de Lisboa. Compreendemos que para outras forças políticas seja difícil conformarem-se com o facto de que no total de 18 Câmaras Municipais, além da Coligação "Com Lisboa" em que participam o PCP e o PS, a CDU detém maioria em 11 Câmaras, o PSD em 4 e o PS apenas em 2. E com o facto natural e decorrente desta situação de que caibam a eleitos do PCP as mais altas responsabilidades nos órgãos da Área Metropolitana.

Mas, meus caros senhores, essa é uma expressão da vontade democraticamente expressa do eleitorado. Se a CDU tem maioria em tantos municípios é apenas porque as populações têm manifestado confiança nos eleitos e candidatos da CDU e porque os eleitos da CDU com a obra realizada têm confirmado essa confiança.

O PCP dinamizador das campanhas unitárias

Em relação à Coligação "Com Lisboa", anotamos, como é justo anotar, o trabalho realizado pelos eleitos do PCP, não deixando que ele possa ser esquecido por quem queira fazer esquecê-



lo. Ao contrário do que certa propaganda procura fazer crer, a Câmara de Lisboa não é uma Câmara do PS, mas da maioria PCP-PS e outros democratas. Sublinhando o trabalho realizado pelos eleitos comunistas sublinhamos também o valor e o alcance do trabalho realizado em comum e do trabalho que em comum a Coligação se propõe realizar.

Foi mal escolhido o momento para que alguém com responsabilidades do PS na região de Lisboa tenha vindo dizer que o PCP sozinho podia ganhar as eleições, acrescentando que o PCP se não quer ser marginalizado tem de perceber que tem de ter um papel subalterno, tem de aceitar ser uma peça subalterna de apoio ao PS.

Quem tem de perceber o que ainda não percebeu não é o PCP mas quem assim fala.

Como "peças subalternas de apoio ao PS", há de facto alguns que, tendo virado as casacas, são agora candidatos ou propagandistas do PS às eleições autárquicas. Mas só quem pense fora da realidade portuguesa ignora que o PCP não é um partido que se possa subalternizar. O PCP é um grande partido nacional, um partido com uma história de luta sem paralelo, com raízes profundas e indestrutíveis nos trabalhadores e nas massas populares, um partido com a sua identidade própria, um partido que cada dia se confirma como um partido necessário, indispensável e insubstituível ao povo, ao país, à democracia.

É um tal partido, o PCP - empenhado na unidade, aberto ao diálogo, com plena consciência do que é e do que representa -, que está inteiramente empenhado, ombro com ombro com todos os seus aliados, em alcançar uma grande vitória nas próximas eleições autárquicas.

Crise económica, social, política e cultural

Estas eleições terão lugar quando o país atravessa uma grave crise que toca todos os sectores da vida nacional.

As campanhas da "democracia de sucesso", do "oásis", do "milagre português", das pretensas lições que Cavaco Silva se gaba de dar à Europa, seriam motivo de riso se não correspondessem a uma trágica situação do país.

Encerramento de empresas. Crise na agricultura, na indústria, nas pescas. Falências. Destruição do aparelho produtivo. Crescente dependência

externa. Despedimentos em massa, desemprego, liquidação de direitos fundamentais, reformas de miséria, saúde para os ricos e doença para os pobres, mulheres discriminadas, juventude lutando por um futuro incerto, zonas de pobreza e miséria contrastando com grandes pólos de riqueza acumulada e a acumular-se.

Esta é uma face da situação. A outra é a movimentação e a luta da frente social atingida em direitos vitais pela política do Governo. São trabalhadores, são agricultores, são intelectuais, são estudantes, são mulheres, são professores, são médicos, são magistrados, são pequenos e médios empresários, são militares, são agentes da PSP, são reformados, são deficientes.

Nós concentramos nas eleições autárquicas grande parte das nossas energias. Mas continuamos incessantemente a actuar noutras direcções - na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, noutros órgãos e instituições - e também, como uma das prioridades na luta de massas em toda a ampla frente social.

Aqui, neste comício está bem vivo em todos nós o apoio às lutas em curso - hoje com referência especial aos trabalhadores da TAP com os quais o PCP é inteiramente solidário e à CGTP e às lutas dos trabalhadores que conduziram à recusa da assinatura do Pacto Social que o Governo queria impor.

É típica a reacção do Primeiro-Ministro à bárbara repressão da polícia de choque no aeroporto de Lisboa. O Primeiro-Ministro em Bruxelas, na altura, apareceu na televisão com um sorriso, se assim se lhe pode chamar, achando apropriado dizer que, coincidindo os acontecimentos da TAP com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, a situação bem merecia que se bebesse

se uma taça de champanhe!

As lutas de massas determinantes na defesa de interesses vitais ensinam também a quem nelas participa que, por um lado, Cavaco, o PSD, a direita são os responsáveis directos pelos graves problemas existentes, e que, por outros, o PCP e a CDU são os seus melhores amigos e defensores. Em toda a vida nacional. Também nas autarquias.

Derrota do PSD, êxito da CDU, caminho para uma alternativa democrática

Esta atitude do Primeiro-Ministro vem na pegada de várias outras suas decisões e atitudes, dizendo-se e desdizendo-se, a revelar que por detrás de uma pose de presunção, e pretendida superioridade e invulnerabilidade, crescem o nervosismo, a inquietação e a insegurança.

Há menos de um mês, Cavaco Silva, certamente por temer os resultados nas próximas eleições, veio declarar que "é uma eleição local, não é nacional" e que portanto as eleições autárquicas não contam para a acção do Governo.

É curiosa esta afirmação quando em anteriores eleições, admitindo um avanço do PSD, afirmava que "quando ocorrem eleições autárquicas a meio de um período legislativo é praticamente impossível impedir ilações a nível nacional".

Pois bem. Seguindo tal consideração agora esquecida pelo Primeiro-Ministro, "será impossível" não tirar "ilações a nível nacional" de uma derrota do PSD nas eleições autárquicas.

Atenção, porém. Para que se criem condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta pelo afastamento de Cavaco Silva e do Governo PSD não basta que o PSD sofra uma derrota nas eleições autárquicas: É necessário que a CDU saia vitoriosa das eleições. Porque o portador de uma verdadeira alternativa à política do PSD nas autarquias, tal como no Governo e na Assembleia da República, não é o PS, comprometido até à ponta dos cabelos com a política do Governo, mas a CDU. Além do voto na Coligação "Com Lisboa" e das coligações do PCP nos Açores, é necessário em todo o país ganhar ainda maior número de eleitores para a consciência de que o voto útil, seguro, necessário e certo para a democracia é o voto na CDU.

Uma mesma política autárquica - situações concretas diferentes

Defendemos e aplicamos, na prática, nas autarquias uma política democrática cujas linhas fundamentais são comuns a todo o território nacional. O exercício do poder para servir as populações e resolver os seus problemas. A defesa do poder local democrático como valioso elemento do sistema do poder político. O aprofundamento de formas de intervenção popular e de democracia participativa.

Os objectivos fundamentais e o eixo fundamental da campanha são os mesmos em todo o país. No concreto, os programas nos vários concelhos e freguesias são necessariamente diferentes porque as situações e os problemas são também objectivamente diferentes.

O valor da obra realizada, as provas dadas e o prestígio alcançado pelos eleitos da CDU, confirmado no mandato que agora termina, o crédito que merecem os candidatos apresentados, o papel do indivíduo e o valor da equipa, a composição diversificada das listas, a elevada participação das mulheres, nomeadamente a eleger para os mais altos cargos numa afirmação da igualdade dos seus direitos e do seu valor, a viva intervenção da

juventude, com relevo para a JCP e a Juventude CDU numa corrente vigorosa de caudal crescente, a arrumação das forças sociais e políticas, a atitude dos outros partidos, nomeadamente do PSD e do PS, devem ser necessariamente considerados na campanha de forma correspondente à situação concreta em cada caso.

Mas, segundo princípios políticos e morais diferentes dos de outros partidos. Assim, por exemplo, a nossa campanha por uma alternativa democrática nos órgãos autárquicos onde o PSD, o CDS e o PS têm maioria (ao contrário do que fazem agora sem vergonha dirigentes e candidatos do PS, do PSD e do CDS contra maiorias CDU) não consiste em acusá-los de não resolverem problemas que cabe ao Governo resolver. Isso seria falsear a verdade e a nossa acção, sendo viva, incisiva e acutilante assenta no respeito pela verdade.

A nossa campanha contra a gestão do PS, PSD e CDS consiste em indicar como, na esfera das competências e meios dos órgãos autárquicos, se mostram incapazes de resolver os grandes problemas das populações, como em muitos casos são efectivos apoios do Governo contra o poder local, como com frequência dão exemplo de uso e abuso do poder e de corrupção em alta escala.

Por outro lado, há que dar resposta às acusações, às mentiras, às calúnias que outros candidatos bolsam contra o PCP e a CDU. Mas não devemos deixar que consigam, com tais meios, desviar a nossa campanha do essencial, das valiosas credenciais da CDU, ou seja: a notável obra realizada, a íntima ligação às populações, às suas necessidades e aspirações, o valor dos candidatos, os programas que a CDU apresenta e que (ao contrário dos de outros partidos) não são promessas para enganar o eleitorado mas reais programas em que os eleitos CDU, sempre junto das populações e com as populações, se empenharão com trabalho, honestidade e competência em realizar inteiramente.

Falamos ao eleitorado olhando-o olhos nos olhos

As naturais e necessárias diferenças da campanha nas várias regiões, concelhos e freguesias, inserem-se numa aberta afirmação política num quadro unitário conscientemente assumido.

Ao contrário do que propagandeiam alguns, a CDU (tal como a Coligação "Com Lisboa") não é um biombo para ocultar ou disfarçar a opção política de nenhum dos seus participantes. Muitos menos do PCP.

Há tempos, especialistas de marketing, em consulta a órgãos de comunicação social, teriam dito que, para ganharem votos, os candidatos da CDU, incluindo os comunistas, deveriam afastar-se o mais possível da sua identificação com o PCP porque, a não fazê-lo, reduzir-se-ia o apoio eleitoral.

Compreende-se a intenção, mas certamente não acreditavam que alguém viesse a seguir o conselho. Porque o PCP não precisa de biombo para se apresentar ao eleitorado. Seguro, firme, com a consciência política tranquila, com obra realizada, com gente válida, objectivos claros para cumprir, o PCP apresenta-se às eleições olhando o eleitorado olhos nos olhos e a sua intervenção clara e directa é determinante para o voto na CDU e também na Coligação "Com Lisboa".

Os numerosos democratas independentes que participam nas listas CDU afirmam-se independentes porque na verdade não têm filiação partidária. Os candidatos do Partido Ecologista «Os Verdes» intervêm como tal. Os candidatos da ID assim se afirmam. Os candidatos dos outros partidos que em alguns casos participam nas listas da CDU, nomeadamente da UDP em alguns concelhos, não figuram como tal no plano jurídico, mas de forma alguma escondem o partido a que pertencem. Na Coligação "Com Lisboa" o PS e os outros partidos intervêm no quadro unitário com a sua identidade própria.

O mesmo faz o PCP. O PCP e os seus candidatos não só não têm qualquer razão para não aparecerem como tal, como têm razões bastantes para intervirem, como intervêm, com a sua identidade comunista, com consciência plena do que representa o PCP nas coligações em que se integra, na promoção e dinamização da unidade dos democratas para uma vitória eleitoral, na gestão dos órgãos autárquicos e na vida nacional.

A identidade comunista do nosso Partido, enriquecida com a experiência e a reflexão, é um elemento determinante da ligação indestrutível à classe operária, aos trabalhadores, às massas populares, um elemento que confere ao PCP um papel de relevo na luta sem descanso, dedicada e isenta pela unidade dos trabalhadores, a unidade do povo, a unidade dos democratas.

É credencial do nosso Partido a luta ao longo de toda a sua existência pela liberdade, a democracia, o progresso social e a independência nacional.

É credencial do nosso Partido a luta por uma sociedade libertada da exploração e dos flagelos do capitalismo, por uma sociedade socialista definida tendo em conta as experiências das derrotas mas não deixando esquecer e valorizando as grandes vitórias, realizações e conquistas revolucionárias que transformaram o mundo a partir da revolução russa de Outubro de 1917 - data que dentro de dois dias comemoraremos como um marco histórico no caminho da libertação do homem, caminho marcado pela luta heróica de gerações e gerações de comunistas, caminho que apontado ao futuro continuará aberto pela luta dos povos.

A par da luta de todos os dias, tais credenciais dão-nos razão, força, convicção para, luta que continua. Neste momento e no concreto para, unidos a outros democratas na CDU e na Coligação "Com Lisboa", travarmos a grande batalha das eleições autárquicas, não para perdê-la, mas para ganhá-la.

Viva a CDU!
Viva a Coligação "Com Lisboa"!
Viva a JCP! Viva a Juventude CDU!

Do Orçamento de Estado para 1994 Mas haverá alguma redução do IRS em 1994? **DEFINITIVAMENTE NÃO!**

Aí está mais um Orçamento de Estado. Desta feita, o Orçamento para 1994. Ainda está bem presente o completo irrealismo das projecções macroeconómicas subjacentes ao orçamento apresentado para o ano corrente que, entre outras consequências, gerou a inevitabilidade de um orçamento suplementar que duplicou o défice inicialmente previsto.

Tendo sido apresentados simultaneamente o Orçamento Suplementar para 1993 e o Orçamento para 1994, o mínimo que se exigiria do Governo era que no orçamento para o próximo ano as previsões macroeconómicas se mostrassem mais próximas da evolução previsível da economia nacional, da realidade, e que não fossem repetidos erros crassos do passado recente. Mais uma vez, a expectativa saiu gorada. A estulta arrogância do Governo não lhe permite aprender, sequer, com os próprios erros.

Se não, vejamos.

Para 1993, o Governo admite (agora), e optimisticamente, que o consumo privado deverá crescer à taxa de 1,5 a 2%.

Para 1994, o Governo prevê, no seu próprio relatório do orçamento, que o crescimento nominal e real dos salários será inferior ao registado no corrente ano, bem como já decretou uma estagnação real das pensões e reformas. Simultaneamente, o Governo admite e aceita uma diminuição dos postos de trabalho e a continuação do aumento do desemprego. Tal como considera que as taxas de juro vão baixar alguma coisa, o que reduz os rendimentos pessoais provenientes dos juros dos depósitos.

Em suma, o Governo admite, aceita, projecta e promove uma evolução real dos rendimentos da generalidade dos cidadãos portugueses, inferior à que se registou em 1993. Mas, sem a mínima justificação, o Governo não retira destes parâmetros as ilações lógicas e inevitáveis. Pelo contrário: o Governo afirma a **desaceleração** do crescimento dos rendimentos e, incompreensivelmente, prevê uma **aceleração** do consumo privado!

Identicamente para o investimento. O Governo admite para este ano uma estagnação (mais uma vez é optimista). Mas para o próximo ano, sem explicar porquê, prevê uma taxa de crescimento real entre os 3,5 e os 5%. Quando não se vê qualquer luz ao fundo do túnel da crise e da recessão, como esperar, realisticamente, um aumento sensível do investimento? Desde quando os empresários investem num contexto de crise? Aqui o Governo parece ter uma explicação: o crescimento do investimento público (do PIDDAC) atingirá os 15% em termos reais. Lê-se nos documentos apresentados pelo Governo. Lê-se mas não se acredita face aos números apresentados. Lê-se mas o Governo não o consegue (porque não pode) provar e demonstrar, como já lhe foi requerido formalmente.

Na verdade, trata-se de um sofisma. O Governo alterou a forma de inscrição orçamental do investimento público (passando agora a integrar a participação comunitária e a de outras entidades) para tentar baralhar, confundir e propagandear a «verdade» mentirosa. Mas são documentos dos próprios departamentos governamentais que desmontam a trama. Segundo o Departamento Central do Planeamento, em documento elaborado em Fevereiro passado, o investimento total potenciado pelo PIDDAC em 1993 atinge cerca de 839 milhões de contos. No Orçamento para 1994 diz-se que esse investimento total atingirá os 872 milhões de contos. Isto é, mais 4% em termos nominais. Como o Governo «prevê» uma taxa de inflação de 5%, isso significa que o investimento total gerado pela Administração Central não aumentará em termos reais 15%, antes diminuirá 1%!

Então como poderá crescer o investimento no País, às taxas previstas no Orçamento de Estado?

É escusado perguntar ao Governo e a Cavaco Silva porque eles não sabem (porque não podem) responder!

Mas porquê este autismo, esta persistência doentia do Governo no irrealismo das suas previsões?

A psiquiatria poderá dar um contributo muito

importante para responder a esta questão. Mas duas razões, aliás interligadas, podem ser desde já adiantadas.

Por um lado, e mais uma vez, o Governo pretende incutir na opinião pública que não existe qualquer recessão económica no nosso país. É a aposta no jogo das «expectativas». Se o Governo repetir até à exaustão que não há crise, espera que os cidadãos acreditem e interiorizem que a crise não existe, e assim julga que a crise desaparecerá...

Só que a crise para desaparecer exige medidas de política... que o Governo não toma. Aliás, os portugueses continuam a senti-la diariamente, quer com o crescimento do desemprego quer com a pressão sobre os salários.

Por outro lado, e como corolário, resulta que se o Governo considera que não há crise (ou que já saímos da crise) então o Orçamento não necessita de dar qualquer contributo específico e reforçado para sair da crise (que segundo o Governo não existe ou já não existe).

E aí temos um Orçamento cujas despesas globais não aumentam em termos reais! Nem as despesas correntes nem, como já se viu, as despesas de investimento. De facto, designadamente no contexto de uma recessão económica, o congelamento ou diminuição real das despesas públicas consubstancia um orçamento restritivo. Contrariamente ao que o Primeiro-Ministro afirmou em recente entrevista televisiva, o orçamento de Estado para 1994 não favorece a saída da crise através do aumento das despesas. No mínimo, o OE contribui para prolongar a crise e a recessão.

Mas não é apenas em relação às despesas que o Primeiro-Ministro mente. Ainda no último fim-de-semana o vimos e ouvimos (a ele, Primeiro-Ministro) afirmar que o Orçamento do Estado para 1994 apresenta «a maior redução do IRS alguma vez realizada».

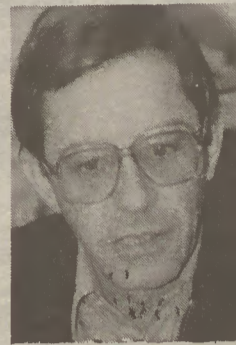
E tudo isto porque o Governo propõe uma actualização dos escalões do IRS de 8%, quando a inflação por ele prevista é de 5%.

A falta de vergonha ultrapassa todos os limites!

Mas haverá alguma redução do IRS em 1994? **DEFINITIVAMENTE NÃO!!**

E não se trata de mera afirmação nossa contra a afirmação de Cavaco Silva. A nossa afirmação comprova-se.

Em primeiro lugar, com os próprios valores orçamentados para o IRS: aumentam 5% em relação aos cobrados em 1993. Tanto quanto o Governo admite que aumentem as remunerações salariais nominais. Acresce que a segunda grande fonte do IRS, a seguir aos salários, são os juros dos depósitos. Mas como já o dissemos anteriormente, o Governo prevê que as taxas de juro baixem e, por isso, também o IRS decorrente dos juros tenderá a **decrecer**. Onde está, então, a «maior redução do IRS?» Nos salários certamente que não!



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

Em todos os níveis de rendimento (e considerando os irrisórios aumentos salariais pretendidos pelo Governo), os trabalhadores pagarão mais IRS em 1994 que em 1993.

Em segundo lugar, e mais clara e concretamente, mostra-se com o cálculo do IRS pago em 1993 por cada contribuinte, e o que irá pagar em 1994.

Em recente comunicado da Comissão Política do PCP apresentado em conferência de imprensa, anexou-se uma longa relação dos rendimentos de uma família portuguesa (para o efeito considerando um casal com um filho), com rendimentos a variarem, com um intervalo de 5 contos, desde os 96 até aos 1000 contos mensais. Isto é, uma listagem que abrange os níveis de rendimentos de quase 100% da população portuguesa sujeita a IRS.

E os resultados não são de molde a deixar qualquer dúvida.

Em todos os níveis de rendimento (e considerando os irrisórios aumentos salariais pretendidos pelo Governo), os trabalhadores pagarão mais IRS em 1994 que em 1993.

Por outro lado, os «ganhos» de IRS decorrentes da actualização dos escalões em 8% e não nos 5% da inflação são «extraordinários»: as famílias com rendimentos mensais até 203 contos (mais de 50% das famílias) terão um ganho de zero; os rendimentos familiares entre os 208 contos e os 369 contos terão um «benefício» de 385\$00 por mês; os mais «beneficiados», os rendimentos mensais entre os 900 e os 1000 contos ficarão muito mais ricos, pois «ganharão» 2300\$00 por mês!!!

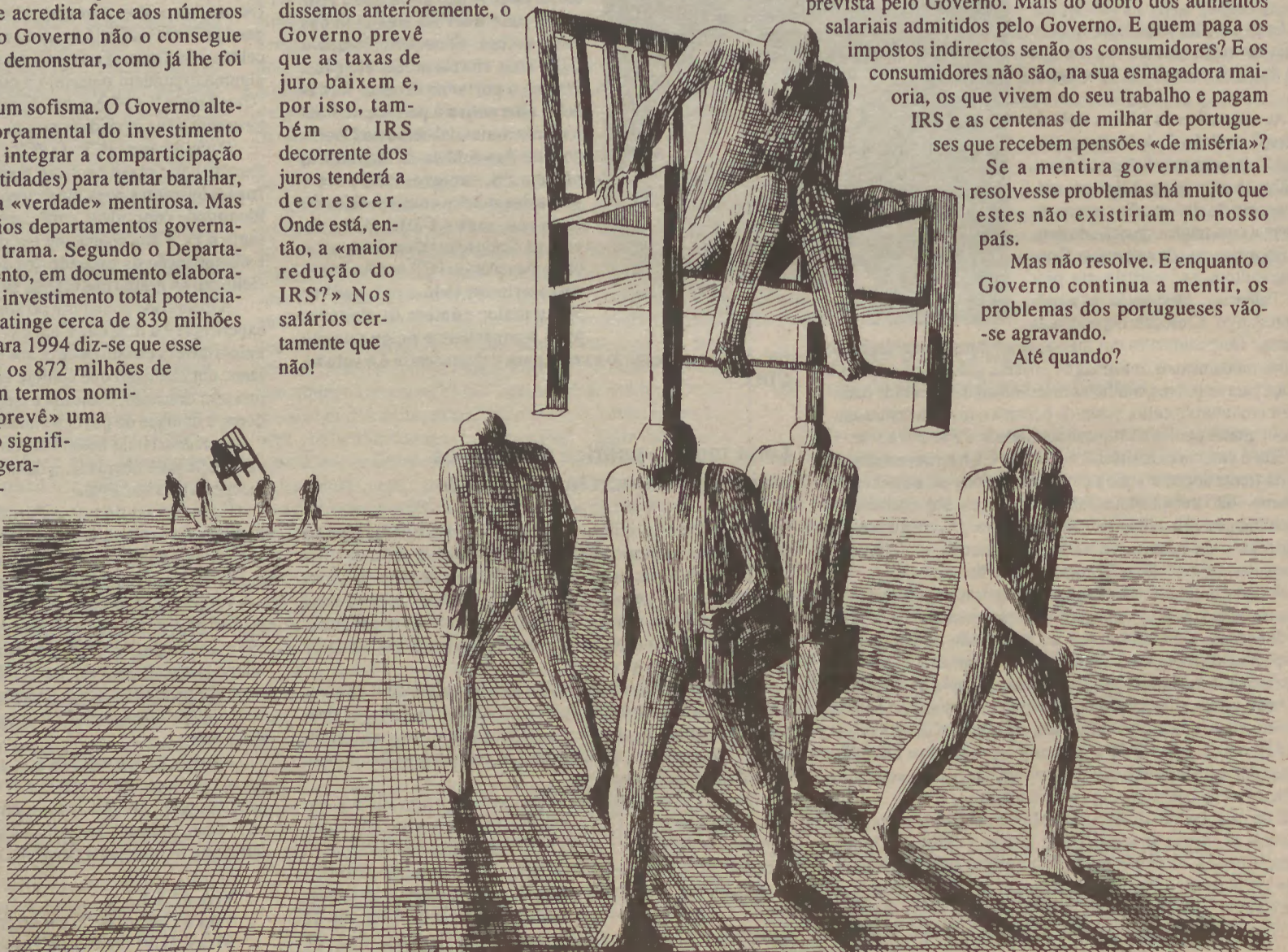
Tenha um mínimo de pudor, senhor Primeiro-Ministro...

Tanto mais quanto é certo que o Governo prevê no orçamento de Estado que a cobrança de impostos indirectos em 1994 crescerá 12%. Mais do dobro da inflação prevista pelo Governo. Mais do dobro dos aumentos salariais admitidos pelo Governo. E quem paga os impostos indirectos senão os consumidores? E os consumidores não são, na sua esmagadora maioria, os que vivem do seu trabalho e pagam IRS e as centenas de milhar de portugueses que recebem pensões «de miséria»?

Se a mentira governamental resolvesse problemas há muito que estes não existiriam no nosso país.

Mas não resolve. E enquanto o Governo continua a mentir, os problemas dos portugueses vão-se agravando.

Até quando?



PCP apresenta Programa de Desenvolvimento Orientação democrática para o Ensino Superior

Contribuir para «a análise dos principais problemas e estrangulamentos» que se verificam no Ensino Superior e para «a formulação de linhas programáticas para uma política de orientação democrática» para o sector, foram os objectivos enunciados por Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, na apresentação, domingo passado, do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior. Um documento que surge na sequência de um trabalho desenvolvido pelo Partido nos últimos anos, no âmbito da sua Comissão do Ensino Superior, cuja expressão pública incluiu a elaboração de projectos de lei apresentados na Assembleia da República sobre o sistema de acesso, avaliação e acompanhamento, e sistema de acção social no Ensino Superior. Tal como esses projectos de lei, a apresentação deste Programa de Desenvolvimento é resultado de aprofundados debates internos, enriquecidos por múltiplas iniciativas de debate aberto, como a realizada em Fevereiro passado intitulada «Que política para o Ensino Superior?», ou a secção dedicada ao sector no Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, realizado em Junho passado.

O documento distribuído aos jornalistas começa por caracterizar a actual situação do sistema, depois de sucessivas modificações a que foi sujeito nos últimos anos, apontando as grandes questões que neste momento se colocam, que vão da revolução científica e técnica à internacionalização ou à degradação do ensino público, imposta governamentalmente.

Edgar Correia, na intervenção proferida nesta apresentação do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, diria que «o quadro de modificações verificadas não só não correspondem à indispensável evolução e modernização do sistema, à resposta às aspirações dos portugueses, às neces-

sidades de desenvolvimento do país - na linha dos princípios, valores e objectivos da política educativa proclamados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo - como desemboca numa situação de crise generalizada, cujas expressões são, cada dia que passa, mais patentes».

É público e notório o generalizado descontentamento que hoje se vive entre estudantes, muitos professores e órgãos escolares, a propósito da tentativa de imposição de medidas como a PGA ou o aumento substancial das propinas, a manutenção do *numerus clausus* ou a agravada asfixia financeira das universidades públicas. «Num sector cujas convulsões pareciam definitivamente remetidas para a memória honrosa da resistência antifascista e anticolonialista; esmagados - estudantes e professores - por mecanismos de agravada competitividade e individualismo; desenvolvidos esquemas de interferência governamental na vida das escolas e narcortizada a sua própria autonomia; triunfantes concepções e políticas neoliberais que tudo ameaçavam submeter; eis senão quando (...) o mal-estar, o descontentamento, a crítica, a resistência e a luta, foram-se instalando e marcam de novo a consciência e a intervenção de milhares de estudantes, de muitos professores e a posição de órgãos escolares de algumas das mais importantes universidades». Um extracto da intervenção de Edgar Correia, que define algumas das consequências de uma política levada a cabo por sucessivos Ministérios da Educação da responsabilidade do PSD.

Preocupações foram manifestadas pelo anúncio feito pelo Ministro da Educação de, até Dezembro, fazer publicar um pacote legislativo de «reforma estrutural» das Universidades. Edgar Correia disse que esse conjunto de Leis foi «elaborado nas costas das Universidades e, segundo veio a público, dos serviços competentes do próprio Ministério da

Educação». Daí não ser difícil prever um agravamento das tensões existentes no sistema de Ensino Superior, até porque as «mexidas» do ministro vão envolver questões tão sensíveis como a alteração da Lei da Autonomia Universitária, o sistema de financiamento, a avaliação do Ensino Superior, acesso e propinas.

«Importa sublinhar, porém, que a nova ofensiva que se avizinha é lançada num momento de particular fraqueza do ministro da Educação e do Governo no seu conjunto», diria Edgar Correia.

Esta será pois uma boa oportunidade para apresentar um contributo para um debate sério e aprofundado em torno destes problemas, «em termos de investigação de causas da situação, do reconhecimento da necessidade nacional de uma nova política de orientação democrática para o Ensino Superior e da formulação de linhas programáticas que a consubstanciam». As mais de sessenta páginas apresentadas no Domingo passado à comunicação social serão pois um ponto de partida para que algo mude, de facto e para melhor, nas Universidades e Institutos Politécnicos portugueses.

O trabalho, apresentado nas suas grandes linhas pelo professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Sousa Lopes, define objectivos estratégicos e medidas essenciais para uma política democrática para o Ensino Superior para, depois, especificar catorze pontos de intervenção para o desenvolvimento do sistema: função social do sistema de Ensino Superior; financiamento; acesso; acção social escolar; avaliação dos estabelecimentos de ensino; ensinos universitário e politécnico; ensinos particular e cooperativo; pessoal; quadros e carreiras; organização pedagógica; investigação científica e tecnológica; abertura ao meio social; internacionalização; quadro institucional e autonomia do ensino superior; organização e gestão.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Uma contribuição para o debate necessário

Com a apresentação pública do «Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior» procuramos dar uma contribuição, para o debate necessário e urgente sobre uma área determinante para o desenvolvimento do país e para o aprofundamento da democracia portuguesa.

Não se trata de um ponto de chegada, de obra feita e completa, com ideias cristalizadas ou definidas. Trata-se sim do resultado de longos meses de trabalho, de debate, de reflexão, de abertura de pistas e propostas de solução que hoje colocamos à discussão pública.

A ausência de medidas estruturais, a descoordenação e o improvisado, o corte indiscriminado de despesas com o ensino e o sacrifício da escola pública, associado à continuada tentativa de imposição de um sistema de gestão antidemocrático das escolas, têm sido as grandes linhas de intervenção do PSD e do seu Governo.

Para o PCP os gastos na educação, que devem ser criteriosos, como todos os gastos públicos, não podem nem devem ser considerados como uma vulgar despesa, mas como um investimento estratégico a que se deve conferir a maior de todas as prioridades.

Mas o programa que hoje apresentamos é também um contributo para uma nova política educativa, por uma escola de qualidade, por uma escola do nosso tempo, uma escola do saber, do civismo e da democracia.

Reafirmamos que a educação é uma questão estratégica. E é-o de forma acentuada nas circunstâncias actuais de Portugal.

Mas o princípio de uma educação e uma formação contínua para o desenvolvimento e a modernização não podem subestimar a dimensão e os objectivos culturais dos processos educativos, falta de diálogo crítico e criador desempenhando um papel insubstituível na formação de cidadãos activos, intervenientes, solidários e fomentadores do progresso, da democracia e da civilização. (...)

PSD há catorze anos na Educação

Como se afirma no «Programa», desde 1979, há catorze anos, que o PSD assume

inteiramente a responsabilidade pela pasta da Educação e há traços fundamentais que podem ser apontados com nitidez:

- a crónica asfixia orçamental do ensino superior público;
- a notória falta de planificação e de coordenação no desenvolvimento de novos pólos e cursos de ensino superior;
- os impedimentos colocados à expansão do ensino superior público;
- a autorização e o apoio activo à proliferação de estabelecimentos e cursos privados;
- a tentativa de aumento brutal das propinas nos estabelecimentos públicos do ensino superior;
- o baixíssimo nível em que se processa a acção social escolar;
- o crescente ataque do Governo à autonomia universitária, não conduzindo a uma afirmação do ensino, como uma variável estratégica. (...)

O sistema de ensino superior deve ser considerado como sistema único.

A política de ensino superior deverá reconhecer a validade de formas diferenciadas de aprendizagem e a flexibilidade de percursos escolares.

As condições de trabalho e a qualidade de ensino nos subsistemas universitário e politécnico devem ser aproximadas e equiparadas.

O desenvolvimento do sistema de ensino superior público deverá ter em vista constituir uma rede nacional equilibrada, respeitar a autonomia científica e pedagógica e a criatividade das instituições de ensino, sejam universitárias ou politécnicas, e apoiar-se na dinâmica dos agentes sociais, procurando satisfazer as necessidades educativas e culturais das populações residentes. (...)

Por uma democracia cultural

No seu Programa, o PCP assume como objectivo fundamental a construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI. Uma democracia que, em ideal e em projecto, concebemos em quatro vértices inseparáveis - a política, a económica, a social e a cultural.

As questões da educação, da ciência e da tecnologia, assumem no contexto mais geral da concretização dos nossos principais objectivos programáticos e atravessando horizontalmente todas as suas dimensões, um papel particularmente importante.

E como é bem sublinhado no programa hoje aqui apresentado «um papel muito especial cabe ao ensino superior, seja pelas funções complexas que desempenha no interior do sistema educativo e em relação à investigação científica e tecnológica, seja pela resposta às necessidades quantitativas e qualitativas de quadros e aos parâmetros económicos, sociais e culturais de um desenvolvimento integrado».

Na nossa luta fundem-se duas direcções fundamentais. A linha de resistência social e política à acção do governo do PSD, responsável pela profunda crise existente no ensino superior e pela desadequação deste sector às necessidades do desenvolvimento nacional. E a demonstração de que é indispensável e possível realizar outra política educativa, na linha dos princípios, valores e objectivos consagrados na Constituição e na lei de Bases do Sistema Educativo, acompanhada pela construção qualificada, e num quadro de diálogo e de debate aberto à sociedade das suas principais linhas programáticas.

O papel da crítica das políticas sectoriais do Governo e a refutação fundamentada da sua inevitabilidade, conjugada com a apresentação de políticas alternativas de natureza democrática, que configuram globalmente «outra política», constituem valiosas expressões da actividade política directa do Partido, do seu impulso transformador e da sua ligação profunda à sociedade portuguesa.

Mas para além da sua função no domínio da afirmação pública do Partido e da dinamização da intervenção das suas organizações, ela desempenha uma função não menos importante em relação à abertura, viabilidade política e ideológica das movimentações sociais de resistência e ao alargamento dos sectores envolvidos na luta contra a política do Governo.

Na abordagem que avançamos em relação

à defesa e ao aperfeiçoamento das autonomias das universidades e dos estabelecimentos do ensino superior politécnico, sublinhamos em particular a criação de um quadro regulamentar que garanta a suficiência do seu financiamento e da sua adequada gestão financeira, as condições para uma mais profunda abertura ao meio e uma maior responsabilização social das instituições, e para o seu permanente auto-aperfeiçoamento no quadro de uma acrescida participação dos corpos docente e discente e dos funcionários não docentes.

Esta nossa abordagem corresponde, em primeiro lugar, à compreensão de que não é possível aprofundar análises, mobilizar forças e encontrar respostas nacionais para uma realidade tão complexa, multifacetada e em acelerada transformação como é o ensino superior, **fora do quadro do reforço da autonomia democrática das suas instituições e da sua interacção dialéctica com a sociedade, e de um amplo e participado debate ao nível do País.**

Mas este nosso modo de ver tem também uma inspiração mais geral que decorre da apreciação do que se passa em muitos outros domínios da sociedade portuguesa, da reflexão que fazemos em relação à organização e ao exercício dos poderes na sociedade e da importância que, neste contexto, atribuímos ao desenvolvimento dos processos de democracia participativa para os quais visivelmente têm vindo a emergir condições objectivas favoráveis.

Este Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, como é, aliás, sublinhado logo na sua introdução, não pretende propor uma visão total e muito menos fechada da realidade complexa que é o ensino superior, nem constituir um documento acabado.

Na expressa vontade da Comissão do Ensino Superior do PCP, que o elaborou, trata-se de um contributo para um debate, quer no plano da caracterização e da investigação das causas da crise que actualmente atinge o ensino superior, quer da formulação de linhas programáticas que configurem uma nova política nacional, de orientação democrática, para o ensino superior. (...)

Sindicatos de Lisboa afirmam a força da União

Decorrendo sob o lema «A Força da União», o 5º Congresso da USL analisou a actividade sindical no distrito desde 1990 e apontou as linhas de intervenção para os próximos 3 anos.

No plano da acção imediata, foi sublinhada a importância de mobilizar os trabalhadores para a jornada de 18 de Novembro: o dia nacional de luta convocado pela CGTP será assinalado em Lisboa com greves da parte da tarde e uma concentração no Rossio cerca das 16.30 horas. Esta decisão resulta de uma moção que foi aprovada no segundo dia de trabalhos do órgão máximo da União dos Sindicatos de Lisboa e que reflecte bem a forma como decorreu, ao longo de meia centena de intervenções na sexta-feira e no sábado, o debate do passado e do futuro da USL.

No período dedicado à votação dos documentos do congresso - Relatório de Actividades em 1990-93, Programa de Acção para 1993-96, Carta Reivindicativa Imediata e moções - viu-se uma discussão aberta, franca e rica, voltada para a realidade do distrito e os problemas dos trabalhadores e do País e apontada para a intervenção, em unidade, pela defesa do emprego, dos salários e de uma vida melhor.

Na forma como decorreu o debate, e também no resultado das diversas votações ficou bem patente «a força da União»: quase todos os documentos foram aprovados por unanimidade (contando-se, num ou noutro caso, 1 voto contra ou 1 abstenção) e a lista única para o Conselho Distrital recebeu 209 votos num total de 225.

Assim, não surpreendeu que Florival Lança, na intervenção de encerramento, se mostrasse menos preocupado com especulações teóricas sobre a crise do sindicalismo (considerando esta uma «discussão lateral») do que com a acção distrital e regional dos sindicatos neste tempo de crise (apelando à continuação do debate sobre a forma de rentabilizar as estruturas sindicais já existentes e que actuam neste campo).

A «unidade conseguida» no congresso, as ideias a reter para posterior aprofundamento e a «qualidade do

debate, com empenho e consciência de classe» foram também realçadas por Manuel Carvalho da Silva. Falando no final do congresso, o coordenador da CGTP referiu as recentes lutas de trabalhadores em diversos países europeus para sublinhar que «o movimento sindical é cada vez mais necessário». Afirmando que «não abdicamos dos nossos princípios e valores», defendeu que o movimento sindical unitário deve ter «independência e autonomia, mas não indiferença» face a questões políticas.

Esta questão fora suscitada no debate da moção em que se apela ao voto, em 12 de Dezembro, «naqueles que, ao longo dos anos, têm dado provas de empenhamento efectivo na resolução dos problemas das populações e dos trabalhadores e que, nas mais diversas frentes da acção política, têm desenvolvido com honestidade um trabalho coerente na defesa desses mesmos interesses». Carvalho da Silva aproveitaria para dizer que, perante uma «ofensiva global» contra os trabalhadores, se coloca com grande pertinência a necessidade de uma actuação solidária dos sindicatos e que o movimento sindical precisa de «assumir opções de conteúdo político», não partidário, mas de sociedade. «Sabemos a sociedade que queremos, a utopia da sociedade sem exploradores nem explorados é justa e é antiga, mas sempre renovada», sublinhou.

Numa intervenção recheada de referências aos acontecimentos na TAP e à necessidade de continuar a



combater os objectivos que o patronato e o Governo expressaram na proposta de «acordo» chumbada na Concertação, Carvalho da Silva recordou as iniciativas desenvolvidas pelas estruturas da CGTP desde o Verão (destacando o grande impacto da estafeta da solidariedade) e apelou a que o dia nacional de luta convocado para 18 de Novembro tenha «um conteúdo reivindicativo forte, que só se obtém com a ampla participação dos trabalhadores».

Nesse objectivo se mostraram empenhados os sindicalistas do distrito de Lisboa, que saudaram com a palavra de ordem «A luta continua» os 54 membros do novo Conselho Distrital da USL.

De tudo isto se faz a força da União.

■ DM

2.º Congresso do STAL decide referendar adesão à CGTP-IN

Os 48 mil associados do STAL vão ser chamados, já no primeiro semestre de 1994, a pronunciarem-se sobre a adesão do maior sindicato português à CGTP-IN. Esta decisão foi aprovada por maioria, no passado sábado, no final dos trabalhos do 2º congresso do STAL que decorreram durante três dias na Escola de Hotelaria em Bicesse, no Estoril.

Os mais de 520 delegados debateram durante três dias a situação existente na Administração Local e Regional, debruçando-se em particular sobre as privatizações e as consequências para os trabalhadores, a ameaça de desemprego, os baixos salários do sector e a crise económica no País e na Europa, da qual «os grandes grupos económicos e os sectores mais retrógrados da sociedade se procuram aproveitar para cercear importantes direitos conquistados pelos trabalhadores».

Assistiram aos trabalhos do congresso várias delegações sindicais nacionais e estrangeiras, destacando-se a presença de Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, que interveio na manhã de sexta-feira, bem como de José Carreira, dirigente da ASPP, que foi calorosamente saudado pelos delegados.

Carvalho da Silva, na sua intervenção, deteve-se longamente na proposta de «acordo social» apresentada aos parceiros sociais explicando as razões da não assinatura pela central sindical. O coordenador da CGTP-IN salientou ainda a importância do STAL no quadro do movimento sindical português e, referindo-se à perspectiva da adesão à central, afirmou ser esta organização «um espaço aberto», na qual «o STAL encontrará o seu lugar, se por tal optar».

Carreiras com 40 anos

O sistema de carreiras profissionais no sector foi alvo de muitas críticas, já que com mais de 40 anos, tendo apenas sofrido alterações pontuais, se encontra ultrapassado.

Como refere a Carta Reivindicativa aprovada no Congresso, com o Novo Sistema Retributivo o Governo «não só não revalorizou nem dignificou as carreiras como criou novos problemas, nomeadamente aos milhares de trabalhadores que viram a sua carreira esgotada devido a já estarem posicionados no último escalão; aos trabalhadores posicionados em categorias superiores ou de chefia que ficaram com salários inferiores aos trabalhadores que chefiam; aos milhares que viram o seu salário diminuído em 10 514 escudos mensais por

força do baixamento do salário de ingresso na carreira; aos bombeiros profissionais que não viram aplicado o NSR».

Neste sentido, os presentes aprovaram um extenso documento que é acompanhado em anexo por uma proposta detalhada sobre as carreiras profissionais, e que apresenta as principais reivindicações em áreas como a revisão salarial; estabilidade de emprego; subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco; correcção ao NSR; subsídio de Insularidade; reestruturação e revalorização das carreiras; aposentação, sobrevivência e pensões; ADSE; doenças e incapacidades profissionais; higiene e saúde no trabalho; horário de trabalho; férias; classificação de serviço; formação profissional; negociação colectiva. O Congresso analisou ainda os direitos sociais dos trabalhadores da Administração Local no contexto euro-

peu, notando que o Governo português se tem afastado das orientações e princípios comunitários quanto a questões fundamentais como os direitos sociais e os direitos dos trabalhadores.

No que respeita aos salários, o 2º Congresso do STAL frisou que «nos restantes países da Europa, são, em média, o dobro dos salários portugueses, as nossas carreiras estão completamente desactualizadas em relação às carreiras profissionais nas restantes autarquias da Comunidade, não existe um Plano de Formação Profissional, e, só recentemente o Governo iniciou a audição aos sindicatos (sem negociação)».

O congresso considerou ainda de «primordial importância o reforço e a cooperação das Organizações de Trabalhadores da Administração Local e Regional da Europa, pelo que se empenhará numa cada vez maior intervenção da UEFPC e na diversificação das relações internacionais».

■ CN



Que verdade haverá no esplendor desta igreja?

■ Jorge André

João Paulo II fez publicar, recentemente, «O Esplendor da Verdade», nova encíclica em que, no seu estilo característico, se confundem o teológico e o social. Esta carta pontificia surge na esteira da divulgação do «Catecismo da Igreja Católica», documento central aparentemente destinado a durar e a orientar efectivamente as práticas da igreja universal.

Longe vão, pois, os tempos dos prolongados silêncios do Vaticano. Em termos de mensagens pessoais, a nova carta pastoral constitui a décima missiva que o actual papa enviou à sua igreja e fez integrar na doutrina social católica, ao longo dos quinze anos que leva de pontificado. Mas, para além disto, a preocupação comunicadora de João Paulo II vai mais longe e tem transparecido, com o seu cunho inconfundível, nos éditos e nos comunicados divulgados pelas diversas Comissões Pontificias, sobretudo pela poderosa «Congregação da Fé».

Deve reconhecer-se, no entanto, que «O Esplendor da Verdade» traz algo de novo aos caminhos inflexíveis da Santa Sé.

O ensinamento moral da igreja

Chama-nos a atenção a vastidão dos temas ponderados nesta encíclica. Sob pretexto da necessidade de uma reflexão sobre o conjunto do ensinamento moral da igreja (e não, já, sobre o ensino da moral da igreja), João Paulo II aborda matérias tão díspares como as da liberdade do homem perante a lei, a contracepção e o aborto, os problemas da obediência de bispos e teólogos, a imutabilidade dos princípios morais católicos, o materialismo consumista em alternativa aos perigos do comunismo ou, ainda, a questão essencial da polémica possibilidade de existência de um espaço para o pensamento «relativista» na igreja.

Na leitura das cerca de duas centenas de páginas da encíclica, nada permite concluir que o Vaticano esteja minimamente disposto a consentir recuos nas posições fundamentalistas que tem sustentado em relação aos grandes problemas da igreja e do mundo.

A contracepção e o aborto à sejam quais foram as condições sociais e humanas que os determinam à são definidos nesta encíclica como «intrinsecamente» maus, não obstante, como se sabe, serem regularmente praticados por milhões de casais católicos, em todo o mundo.

As liberdades dos homens devem aceitar como limites últimos uma indefinida «lei de Deus».

Os bispos são chamados a exercer uma vigilância mais apertada sobre as obras dos teólogos liberais e sobre os estabelecimentos de ensino da igreja: «É dever dos bispos, em comunhão com a Santa Sé, reconhecer ou retirar, nos casos de graves incoerências, a designação "católico", às escolas de universidades, clínicas ou serviço médico-sociais que se reclamam da igreja». Para além da contracepção e do aborto, a igreja reafirma a sua condenação global do divórcio, da homossexualidade, da eutanásia, das relações pré-matrimoniais, etc.

Perante o catastrófico panorama das injustiças sociais, da arbitrariedades e da prática generalidade da corrupção que cresce em todo o mundo católico, a encíclica moral de João Paulo II é bem mais evasiva. Limita-se a verificar ser cada vez maior o sentimento de humilhação e a reacção indignada de «muitíssimas pessoas oprimidas», tomando-se, deste

modo, «sentida» a necessidade de «uma radical renovação pessoal e social, capaz de assegurar a justiça, a solidariedade, a honestidade, a transparência».

Mas o arquitecto que projectou a «Nova Ordem Mundial» omitiu, nesta encíclica, qualquer proposta alternativa subscrita pela igreja para correcção de tais injustiças. «O Esplendor da Verdade» constitui um documento vincadamente pessimista em relação à evolução histórica e à vida, talvez reflectindo o desencanto que a hierarquia católica começa a experimentar após os seus envoltimentos na conspiração anti-socialista.

Esta questão, aliás, é de passagem citada pelo papa quando, ao referir «a queda, em muitos países, de ideologias que vinculam a política a uma concepção totalitária», João Paulo II acrescentou que hoje os perigos não são menos graves, visto existir o risco de «uma aliança entre a democracia e o

grada pelo inamovível cardeal Ratzinger, pelo mais íntimo conselheiro pessoal do papa à o padre fundamentalista polaco Tadeusz Styzen - e por três membros destacados do Movimento «Comunhão e Libertação», formação integrista de cuja existência em Portugal ainda não temos conhecimento.

Após uma certa encenação bíblica, os grandes temas da encíclica acabam por surgir quando se aborda a questão da situação interna da igreja católica. «A própria comunidade cristã» à refere João Paulo II à «vive uma situação nova, vindo alastrar no seu seio numerosas dúvidas de natureza psicológica e humana, social e cultural, até, teológica, no que se refere aos ensinamentos morais da igreja. O assunto deixou de ser, apenas, objecto de dissensões pontuais ou ocasionais para passar a pôr em causa, global e sistematicamente, a doutrina moral tradicional, com base em determinados pressupostos antropológicos e éticos». E o papa conclui, em seguida, pela adopção de posições canónicas muito firmes: «A harmonia entre a fé e a vida não deve ser prejudicada: a unidade da igreja é atingida, não só pelos cristãos que rejeitam as verdades da fé como, também, por aqueles que desrespeitam os deveres morais para os quais são chamados pelo Evangelho».

Verifica-se, pois, que no interior da igreja católica a separação das águas não tem deixado de se fazer. E é aí que se situa, sem qualquer dúvida, o núcleo central das grandes preocupações da hierarquia da igreja. Afinal, não foi para relembrar batalhas perdidas à como as da concepção ou do aborto à que o Vaticano se deu ao trabalho penoso de vir a público confessar as angústias que o afligem...

João Paulo II procurou dar a «volta por cima» a esta pouco invejável situação da igreja chamando ao banco dos réus (como, aliás, tem sido expediente seu ao longo deste pontificado) os teólogos católicos mais avançados. E, para tentar justificar a sua atitude, João Paulo II nem sequer hesitou em autocitar-se: «A teologia é ciência eclesial, porque cresce na igreja (...) Está ao serviço da igreja devendo, portanto, sentir-se dinamicamente inserida na missão da igreja, particularmente na sua missão profética».

«O Esplendor da Verdade» arruma, então, os teólogos em diferentes categorias (pragmáticos, proporcionalistas, consequentialistas, etc.), atribuindo a alguns a prática do pecado capital daquilo a que se chama, na encíclica, «relativismo moral».

O texto não é explícito quanto ao sentido exacto desta última expressão. Mas fácil será encontrá-lo se ligarmos esta passagem a outros pensamentos que João Paulo II regista na encíclica. A «pertença» à igreja exige obediência e respeito pela sua unidade interna. As normas morais da igreja são universais e imutáveis. Assim, os católicos e sobretudo os teólogos católicos são obrigados pela fé a calarem as suas opiniões, desde que esta colidam com os dogmas e com as orientações centrais.

Em tudo isto está presente o fundamentalismo puro.

Uma «novidade»

Os jornais deram relevo à publicação desta encíclica e muito pouco destaque às reacções por ela provocadas entre a hierarquia católica à qual, no entanto, ela foi exclusivamente dedicada.

Houve, naturalmente, um acolhimento entusiástico por parte dos bispos mais conservadores, sobretudo pelo lado dos homens da «Opus Dei». Mas, regra geral, caiu um pesado silêncio em torno de «O Esplendor da Verdade». E, entre os bispos ingleses, falou-se mesmo em «atitude cismática» de João Paulo II.

Com efeito, quanto a nós a grande «novidade» desta encíclica consiste em ser dirigida, com clara agressividade, por um grupo da hierarquia católica aos outros membros da hierarquia.

A situação é nova. Quando se verificou a grande ofensiva conservadora contra as conquistas do Vaticano II, logo se compreendeu que a hierarquia consentia no afastamento dos seus membros mais liberais. A repressão, então lançada, dirigiu-se contra formações católicas de base, contra leigos e contra sectores do baixo clero. Mas, globalmente, a hierarquia manteve-se unida em torno do Vaticano e de João Paulo II.

Agora, é o episcopado «ultra» que se destaca do corpo hierarquia e impõe aos outros Bispos as normas da igreja fundamentalista. Como nos tempos do apogeu da Companhia de Jesus: «Se Roma disser que o preto é branco, tu deves aceitar que assim é!»

A Cúria Romana vive cada vez mais isolada da vida e apoia-se, com frequência crescente, apenas nas suas próprias posições. A igreja de João Paulo II à cada vez mais poderosa no mundo dos negócios e nos corredores da política à ao tem o «esplendor» que o papa recorda nesta encíclica. A igreja dourada dos bispos da «Opus Dei» não é hoje senão uma heresia do cristianismo nos nossos tempos.



relativismo ético que tira à convivência civil qualquer ponto seguro de referência moral e, mais radicalmente, priva-a da verificação da verdade».

Por outras palavras: a encíclica levanta uma ponta do véu com que se tenta ocultar a situação real em que a igreja católica mergulhou com consequência de um longo período de orientações materialistas e aventureiras.

A carta pastoral de João Paulo II tem, pelo menos, este mérito.

As críticas centrais que o Vaticano faz

Segundo se afirma, esta encíclica à agora fulminantemente traduzida para português! à estaria a ser organizada e escrita desde há seis anos. Além de João Paulo II, que, como se sabe, figura como autor, a equipa redactora terá sido inte-

PCP comemora Outubro

"Creio, camaradas, que celebrando a Revolução de Outubro, é justo evocar os ideais libertadores da construção de uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem", disse o camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP, no convívio comemorativo do aniversário do 7 de Novembro que, como já é de tradição, mais uma vez se realizou na sede do Partido, em Lisboa, e em que participaram Carlos Carvalhas, Álvaro Cunhal e muitos outros dirigentes e militantes do PCP.

"É justo", continuou o camarada, "evocar a combativa e exaltante epopeia de massas que foi a Revolução de Outubro, mostrando que a revolução social e a edificação da nova sociedade exigem não apenas o apoio, mas a participação permanente, consciente e entusiástica das próprias massas. É justo evocar o papel determinante da classe operária na revolução bolchevique, sublinhando o ponto de vista do nosso Partido, expresso no XIV Congresso, de que as profundas alterações na situação da classe operária e na sua composição, não enfraquecem, antes confirmam o seu lugar central no processo emancipador. É justo evocar o partido bolchevique, nascido da ruptura com o oportunismo reformista, profundamente democrático, com uma orientação e uma direcção únicas, com uma teoria revolucionária, partido que foi o instrumento decisivo da vitória. É justo evocar Lénine e a sua extraordinária contribuição para o desenvolvimento criativo do marxismo na época do imperialismo, de tal modo que justamente afirmamos que é impossível separar Lénine e Marx, e que a base teórica do PCP é o marxismo-leninismo".

Falando mais adiante das tentativas de apagamento da importância histórica de Outubro, e reafirmando o seu carácter de autêntica revolução, Albano Nunes sublinhou que "a Revolução de Outubro foi sem dúvida o maior acontecimento revolucionário do nosso século. Não foram apenas, na feliz expressão de John Reed, os «dez dias que abalaram o mundo». Foram também dias que transformaram profundamente o mundo. A nível dos povos da Rússia, temos presentes as extraordinárias conquistas no plano económico, social, cultural, técnico, científico, que transformaram num curto espaço histórico a velha Rússia czarista atrasada numa grande potência mundial. Mas foi também decisiva a contribuição do socialismo e da sua edificação na União Soviética para a defesa da paz, a derrota do nazifascismo, para a conquista da independência de numerosos povos oprimidos, para as próprias conquistas sociais dos trabalhadores nos países capitalistas desenvolvidos, para a contenção da política de exploração e de guerra do imperialismo e a defesa da paz mundial".

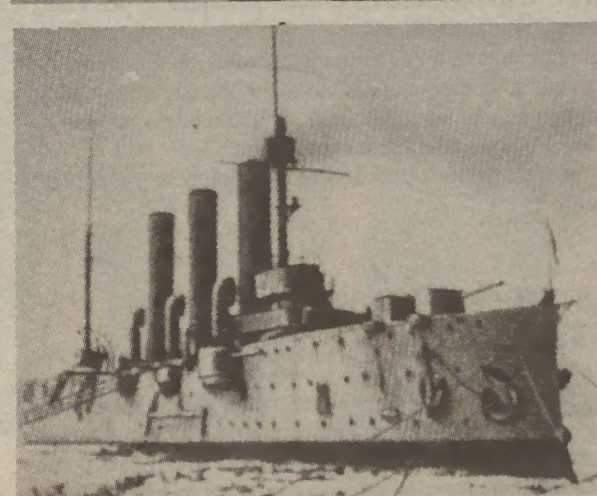
Falando mais adiante da situação que hoje se vive na Rússia, o dirigente comunista, que lembrou a repressão das celebrações do 7 de Novembro em Moscovo e outros lugares do país, afirmou:

"Aquilo a que assistimos na Rússia, e que Cavaco Silva, tal como o Partido Socialista, chamam de «processo democrático», é precisamente a antítese do processo democrático, libertador, progressista, da Revolução de Outubro. Não é a «revolução democrática» de que nos falam, mas uma contra-revolução e, como tal, necessariamente violenta, revanchista e espoliadora. O golpe de 21 de Setembro, a repressão sangrenta da resistência do Parlamento, onde morreram centenas de pessoas, o poder ditatorial de Ieltsin já instalado (anunciando agora que, afinal, as eleições presidenciais ficarão para as calendas gregas), a mascarada de eleições que prepara, tudo isto, que conta com o apoio do imperialismo, inscreve-se na tentativa de instaurar na Rússia um regime ditatorial, capaz de reprimir a resistência popular, de levar até ao fim a destruição do que ainda resta do poder soviético, de assegurar a brutal exploração do povo russo pela nova classe de capitalistas e o esbulho, pelo imperialismo, das imensas riquezas deste país. É um processo à revelia das exigências do desenvolvimento histórico. E é por isso mesmo que, ao contrário da Revolução de Outubro e do entusiasmo e da mobilização de massas que suscitou, se caracteriza pela concentração do poder, pela repressão contra as massas que sofrem e irão sofrer ainda mais as consequências do desmantelamento da URSS e do socialismo. Creio, por isso, adequado, camaradas, dirigir daqui uma palavra de solidariedade para com o povo russo, os trabalhadores, os comunistas, exprimindo a convicção de que acabarão por retomar o caminho libertador da sua grande Revolução de 1917".



7 DE NOVEMBRO

Uma Revolução inesquecível



Da esquerda para a direita

O cruzador «Aurora» que deu o sinal para o arranque da Revolução

Patrulha de guardas vermelhos nas ruas de Petrogrado, nos primeiros dias da Revolução

Destacamento de guardas vermelhos em Petrogrado, 1917

Lénine na clandestinidade em Agosto de 1917

Voltámos à «estaca zero»?

■ Francisco Costa

Todos estarão certamente lembrados do escândalo que, em Agosto último, constituiu a transmissão, em directo, pelo **Jornal de Sábado do Canal 1**, de largos excertos do chamado «discurso do Pontal» por Cavaco Silva - naquilo que, então, com esforço e artifício foi qualificado pela RTP como a «*rentrée* do ano político».

Esta intolerável submissão ao Governo por parte dos mais altos responsáveis do «canal público» de televisão despertou de imediato a reacção firme dos partidos da Oposição (a começar pelo PCP) e os mais vigorosos comentários críticos da imprensa escrita e dos analistas políticos, o que levou a RTP a ensaiar um recuo conjuntural na sua continuada estratégia de colagem ao Poder.

Assim, nos meses que até agora se seguiram, toda a gente percebeu que, sem abandonar no fundamental o seu cíclico desvelo pelas actividades do PSD e do seu Governo, a estação da 5 de Outubro não teve outro remédio senão fazer deslocar o seu dispositivo técnico e os seus repórteres a iniciativas que, com maior ou menor projecção de massas, eram, no seu entender, susceptíveis de se equivar ao impacte desproporcionado daquela transmissão. Foi o que aconteceu com as imagens «em directo» do grandioso comício de encerramento da Festa do «Avante!», com alguns excertos dos discursos de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas, e, mais recentemente, com a presença da RTP no «comício-dito-à-espantosa» do PS e na chamada «convenção autárquica» do CDS, também com a transmissão «ao vivo» de alguns momentos dos discursos dos respectivos líderes, António Guterres e Manuel Monteiro.

Pareceria, assim, que a RTP - embora emendando tardia e insuficientemente a mão - pretendia ir atenuando, de algum modo, a colossal grosseria cometida no passado Verão.

Eis senão quando, de súbito, a propósito do comício de apresentação no Porto de António Taveira (candidato *rockeiro* do PSD àquela câmara), a RTP vai de novo, pressurosa, fazer mais uma desmedida cobertura do evento no passado **Jornal de Domingo** - não para apresentar as imagens e os sons da notícia, em natural pé de igualdade com congéneres iniciativas de fim-de-semana de outras forças políticas, mas para mais uma vez «em directo» transmitir, em doses cuidadosamente preparadas, a nova arenga de Cavaco Silva à Nação.

Quer dizer: o primeiro-ministro (enquanto tal, e não como presidente do PSD) resolve sem qualquer vergonha «dar o dito por não dito» em relação à importância menor e local das próximas eleições autárquicas - e logo a RTP vem em seu socorro para que S. Ex.^a aproveite o jornal televisivo de maior audiência para procurar retomar o fôlego perdido pelos desaires e fracassos dos últimos tempos! E tudo com o ar de previamente ensaiado e combinado, com Cavaco a entrar no palco sincronizado com o arranque do **Jornal de Domingo** e com sucessivas ligações directas em momentos escolhidos da sua intervenção - como a matraqueada e patética repetição dos ataques à Oposição ou a insistência nas «novíssimas» promessas e benesses governamentais para os próximos tempos.

Não deixando de significar isto a indistigável desorientação e o tremendo desespero do PSD e do seu Chefe, para recuperar o terreno perdido e tentar minimizar o crescente ceticismo e negativismo da opinião pública, o facto é que, objectivamente, a RTP reincide na sua subserviência aos mandos autoritários e arrogantes de Cavaco - uma postura inqualificável a que é necessário voltar a exigir cobro, de uma vez por todas.

Ora agora viras tu, ora agora viro eu

A exemplo do que já fizera em Agosto, também a SIC retomou agora a compita dos «directos de Cavaco». Desta vez com a particularidade de não esperar pela cobertura noticiosa do evento no seu principal serviço informativo - o **Jornal da Noite** - mas interrompendo a sua emissão regular (a transmissão da notável série brasileira *Anos Rebeldes*) para ligar ao Porto e ali ficar, uma primeira vez, nada mais nada menos do que 8 minutos seguidos!

Dir-se-á que - ao contrário do «serviço público», privada como é, e peça importante nos jogos políticos de pressão dos vários grupos económicos - a SIC pode permitir-se com naturalidade escolher a proximidade ou a distância face às forças políticas e aos protagonistas que (umas vezes uns, outras vezes outros) em «alternância» constituem o seu aconchego - o que nos leva à curiosa constatação de que a apreçoada «alternativa» do seu projecto televisivo mais uma vez se apresenta como pura ficção para enganar os incautos...

Não vale a pena voltar a repisar o óbvio: toda a gente já percebeu que o surgimento da SIC sacudiu, no plano informativo, o panorama televisivo em Portugal - arrastando consigo a própria RTP, e depois a TVI, para espaços de informação que voltaram a dar a voz aos cidadãos, à denúncia das injustiças e das carências, ao retrato implacável das chagas sociais e da sobrançeria e arbitrariedade do Poder. Mas não alimentemos cómodos alibis. Só os distraídos parecem esquecer-se que, na génese da criação das televisões privadas, estão os interesses de grupo, fundamentais, da alta política e da alta finança. Mesmo que, em função da conjuntura, haja que sacrificar, selectivamente, os políticos...

Convém a este propósito esclarecer que, nesta matéria, mesmo os operadores privados de televisão têm obrigações legais de observância do pluralismo informativo e da transmissão de um retrato correcto da realidade nacional. Pluralismo que não pode limitar-se, por exemplo, às oportunas entrevistas com os dirigentes dos principais partidos portugueses, mas que é de esperar seja igualmente respeitado e prosseguido em relação à sua actividade política corrente. De todos eles.

Pluralismos...

Será que se respeita esse pluralismo informativo quando, além daquela transmissão directa, a SIC ocupa mais de vinte minutos do seu **Jornal da Noite** divididos por uma longa passagem da parte «visionária» e «futurista» do discurso de Cavaco, e por mais uma entrevista a Taveira, e ainda por uma peça sobre os bastidores do acontecimento, seguida dos habituais «jogos florais» de um pretenso debate-a-dois? Nada mais terá acontecido, na política nacional, que merecesse tais honras de notícia?

Claro que, numa primeira análise, é fácil argumentar que o trabalho elaborado pela SIC a propósito do comício do Porto foi tudo menos favorável à imagem do primeiro-ministro. O desmascaramento da reviravolta de Cavaco quanto à sua participação na campanha eleitoral, a habitual ironia mordaz dos textos das reportagens, a «candura» das entrevistas aos passantes e aos participantes anónimos, foram elementos que sem dúvida funcionaram como contraponto à presença esmagadora do objecto noticioso.

Mas não será esta, precisamente, a corrosiva e burguesa roupagem técnica (e estética) utilizada também em certa imprensa - como, por exemplo, no *Independente* - para, como quem não quer a coisa, beliscar um determinado Poder fazendo passar a mensagem ideológica, precisa, identificável, de uma outra «sensibilidade» do mesmo Poder?

E, bem vistas as coisas, no *deve* e *haver* das personalidades políticas e das forças partidárias, quais são as que, na SIC, habitualmente são objecto de semelhante tratamento? E quais são as poupadas? Qual será, amanhã, o «bombo da festa»?

Mais ainda, em termos deontológicos, será que compete ao jornalista-repórter transformar-se, aqui, em protagonista da notícia ou, ali, adiantar opinativamente a crítica política? Será legítimo que um *pivot* de um jornal noticioso (como foi o caso de César Camacho) exprima com toda a naturalidade, a meio de uma pergunta, a sua opinião peremptória sobre a impossibilidade de eleição de Taveira? Não competirá isso aos políticos ou aos comentadores e analistas da política?

Sem dúvida que, no estúdio, estiveram a fazer a sua costureira rábula de «analistas independentes» os comentadores com assinatura fixa no **Jornal da Noite** dos domingos. Mas, mais uma vez, ali continuaram a ser debitadas, exclusivamente, as posições do PSD e do PS. Não haverá, para os editores da SIC, mais nenhuma corrente de opinião política que seja considerado oportuno ouvir?

... e silenciamentos

As questões que aqui levantamos conduzem à inevitável conclusão de que os dois tipos de cobertura do comício de Cavaco, que hoje analisámos, são o espelho da extrapolação, para a política informativa das nossas televisões, da pretensa «bipolarização» política que se pretende impor como realidade indelével à opinião pública portuguesa. Ao histórico «monolitismo» da RTP, outrora livre de concorrência, suceder-se-ia agora a «bipolarização» sem quartel entre duas estratégias editoriais. O que conduz às mais arbitrárias exclusões e discriminações - um outro ingrediente subjacente à distração que constitui a «informação-espectáculo».

Recordemos, a propósito, um outro episódio recente da vida política nacional.

Faz hoje precisamente oito dias, a agenda dos trabalhos parlamentares da Assembleia da República incluía a discussão do inquérito parlamentar proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP às actuações dos S.I.S. (Serviços de Informações e Segurança). Tratava-se, naturalmente, de matéria de relevante importância política, como é devidamente salientado em outro local desta edição do «Avante!». Mas, nas vésperas dessa discussão, o deputado do PSD, Álvaro Barreto, resolvera ter uma birra e abandonar a votação do Orçamento Suplementar, sendo contemplado pela direcção do seu Grupo Parlamentar com multa destinada a castigar a incómoda heresia. E logo as câmaras de todas as televisões (sem excepção), se precipitaram nessa quinta-feira, em afanosa correria, para espolhar os meandros da reunião

dos social-democratas, transformando em clamorosa manchete o pretenso ajuste de contas entre irmãos desavindos! Resultados?

No **Telejornal**, no **Jornal da Noite** ou no **Informação 4**, os espectadores portugueses não viram uma imagem, não leram um grafismo, não ouviram um som, relativos aos trabalhos do plenário. Apenas o «caso Álvaro Barreto» fora julgado digno, por todas as editoriais, de figurar no relato da actividade parlamentar do dia.

Consequências?

No plano político - com a subalternização de uma iniciativa tendente a chamar ao debate político mais um aspecto das graves distorções do regime democrático e a discutir a eventual inconstitucionalidade das actuações dos «serviços de informações», com a consequente subversão da transparência do Estado de Direito - atropelou-se a Ordem do Dia da AR, através da infundável interrupção dos trabalhos parlamentares para que tivesse lugar uma reunião da «família PSD» em que se tratava de dirimir os conflitos de interesses e as contradições entre os seus vários «barões» e «grupos».

No plano da informação televisiva, ocuparam-se longos minutos com reportagens mais ou menos sensacionalistas à volta daquela reunião e chamou-se a primeiro plano uma ocorrência que (constituindo, embora, um indelével «facto político») jamais poderia sobrepor-se, nem fazer excluir ou silenciar, uma iniciativa política de alcance nacional que tem a ver com a liberdade dos cidadãos!

Em última análise, mais uma vez submergido aos ditames da «política-espectáculo», o telespectador ficou arreado do verdadeiro debate político.

Mas quer o leitor ainda um último, significativo e simbólico exemplo?

Há três dias, no programa «Tostões e Milhões», da SIC, o seu responsável António Perez Metello pretendia, segundo disse, aprofundar as consequências da recente não-assinatura do Acordo de Concentração Social. No estúdio, para discutir com ele, o espectador viu, sem surpresa, os inefáveis Nogueira Simões da CIP e Agostinho Roseta da UGT.

Mas, subitamente cuidadoso, Metello fez questão de em nota prévia fazer um importante esclarecimento. E que disse ele? Citemos:

«Em primeiro lugar, gostaria de ter aqui também a Dra. Manuela Ferreira Leite, incansável negociadora do Governo nesta matéria. A Secretária de Estado agradeceu o convite, mas declinou-o, por indisponibilidade de agenda. Quanto aos outros parceiros sociais, a sua ausência aqui significa, apenas, que não se encontravam, até ao fim, no centro da discussão, que acabou por não levar a nada, contrariamente à CIP e à UGT.»

Será que nos querem fazer passar por parvos? Será preciso acrescentar mais alguma coisa? Não será claríssimo que - depois de uns arremedos de arejamento da informação televisiva - voltámos à «estaca zero»?

A resposta cabe ao leitor.

(Pode entrar, ó doutor
pode entrar...)

Tá da hora!



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

A amigo de grande empenho
confiado perguntei:

— Aos vinte escudos que tenho
que bom destino darei?

— És um felizardo, em suma
(ele diz, sem demorar)
Empata isso tudo numa
empresa a privatizar...

O oásis

Lá vem o oásis!
Outra vez o oásis!
E que não faltasse o oásis!
Não se esquecem do oásis.
Tinha de vir o oásis.
Sempre o oásis!
Por que raio falei eu no oásis
havendo tantas bases
sabendo tantas frases
sofrendo de tantos gases
e tanto, tu, amor, me abrases?

Pronto. Emigro para o oásis.
Façamos as pazes:
não se fala mais no oásis...

O famigerado 6,1

A ironia tem leis
que pouca gente adivinha.
Aquele 1, ao pé do 6,
sempre dá uma gracinha...

Não tem pão, quem tem pensão
tão baixa. Como vai ser?
Se antes não havia pão
continua a não haver...

Propaganda? De espavento.
Limão verde? Só as raspas.
Afinal o tal aumento
é um aumento... mas entre aspas...

A multa

Mas que ingratos, Barreto, mas que ingratos!
Foste, por eles, chato e percevejo.
A fome semeaste no Alentejo
deste, sem penas, o celeiro aos ratos.

Mas que ingratos, Barreto, mas que ingratos!
Tu foste com os agrários no cortejo.
Contigo, o celelósico realejo
tocou de nojo os solos e os regatos.

Hoje, em paga das noites que trouxeste,
e, como a um lacaio quanto investe
com súbitas maneiras imperfeitas
no salão onde o compadrio avulta,

agridem-te hoje, pregam-te uma multa
e tu, igual a ti, submisso, aceitas...

■ IGNOTUS SUN

Ao lado
do déspota

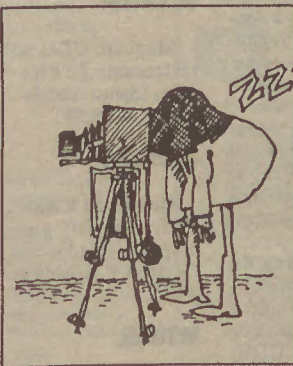
Carlos Fino tem-se
distinguido como o mais
rancoroso anticomunista de
todos os correspondentes da
comunicação social



portuguesa em Moscovo.
Regozijou-se, como nenhum
outro, com cada revés do
poder soviético e dos
comunistas. Festejou
descaradamente o
desaparecimento da URSS.
No passado dia 3 de
Outubro, quando os
manifestantes apoiantes do
Parlamento ganhavam nas
ruas de Moscovo tremeu de
medo, como se viu nos
ecrãs. Mas no dia 4
rejubilava com o
esmagamento sangrento da
Casa Branca moscovita.
O Fino, ao lado de Ieltsin
como se fizesse parte do seu
corpo de segurança, tem

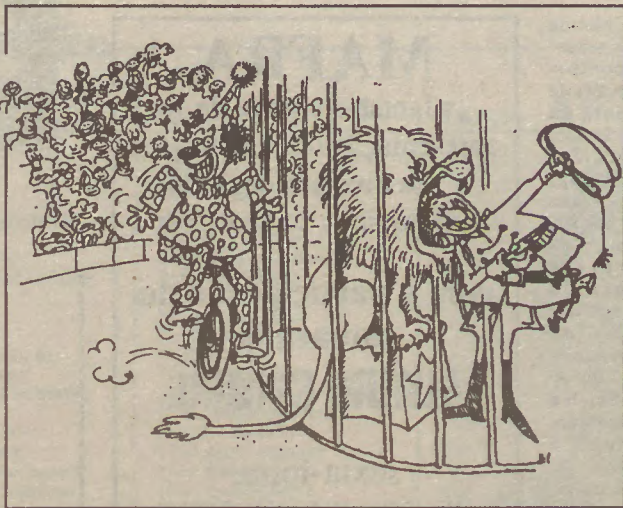


aplaudido o processo que
visa a opressão do povo
russo, mas sempre com a
democracia nos lábios.
Desde há dias, no entanto, já
medida que Ieltsin
institucionaliza a ditadura,
Fino, meteu a democracia no
saco e começou a
propagandear um "regime de
transição" de "despotismo
esclarecido".
Não tarda que o ouçamos
preconizar a necessidade do
fascismo. Tudo para
defender a democracia,
claro... Para já, está ao lado
do déspota.



As fissuras

Os "mimos" que os
deputados do PSD trocam
nas reuniões do seu Grupo
Parlamentar, já nada ficam a
dever aos que costumavam
dirigir aos deputados da
oposição, a avaliar pelos
minuciosos relatos que
aparecem na imprensa



diária.
Registava esta há dias o
seguinte desabafo de Álvaro
Barreto: "Silva Marques
fez-me ataques soezes, mas
não tem categoria para me
achincalhar."
Ao que Silva Marques
respondeu: "O senhor
deputado Álvaro Barreto
está a querer introduzir
fissuras no Grupo
Parlamentar do PSD."



As fissuras vão aparecendo
até nas votações no interior
do grupo. Uma moção da
d direcção sobre o
regulamento de
funcionamento contou com
15 abstenções de braço no
ar. Se fosse por voto secreto,
como esteve para ser, há



quem pense que a direcção
tinha caído.
Na véspera, Cavaco Silva
declarava: "Ainda por cima
parece que temos deputados
no nosso Grupo Parlamentar
que não nos querem ajudar."
Teria Cavaco dito o mesmo
se soubesse que eram
tantos?...

Macário
e o conto do vigário

Macário Correia, muito
abandonado pelo seu partido
e pela Comissão Política
Distrital, de Isaltino Moraes,
quis dar uma chicotada



psicológica na sua apagada
e ridicularizada
candidatura.
Reuniu o staff, de outros
antigos MRPPs inteligentes
como ele, e descobriram
um verdadeiro conto do
vigário.
Nada melhor do que armar
uma grande cena em que o
candidato se apresentasse
como vítima da perseguição
atroz dos comunistas,
exibindo fotos, testemunhos,
matrículas de carros, tudo
documentando o terrível
massacre da sua democrática
propaganda.
Havia de resultar, era o que
outros tinham feito,
rejubilavam o antigo
secretário de Estado e os
apoiantes, da mesma força
de ideias.
Só que com ele não
aconteceu nada, salvo num
ponto: a candidatura caiu
ainda mais no ridículo.
Quanto aos comunistas,
podemos afiançar que não só
não tiram, mas até punham,
se não parecesse mal, mais
cartazes e pendões da
candidatura de Macário
Correia, pois ela tem o
atributo de alguns produtos,
que quanto mais se
propagandeiam, mais se
enterram.

Antropófago

O colega de Macário no
Porto, o também ex-
secretário de Estado,
António Taveira, tem sido
muito mais apoiado pelo
PSD, até pelo Cavaco no
recente comício, mas não
tem muito mais cabeça.
Ao transpor para
o plano político o
grito de guerra
futebolístico do Porto "até
os comemos", este Taveira
revelou-se
um verdadeiro
antropófago, não só no
domínio dos votos, mas
sobretudo no campo das
ideias.

frases
da
Semana

"Domingos, meu
querido amigo,
peço-te que retires a
tua moção."

☞ (Ángelo Correia a
Duarte Lima, durante a
«crise» do grupo parla-
mentar do PSD -
«Público», 5/11/93)

"Silva Marques
fez-me ataques soe-
zes, mas não tem
categoria para me
achincalhar."

☞ (Álvaro Barreto,
na «crise» - «Públi-
co», 5/11/93)

"Ó Álvaro, quem é
o deputado Silva
Marques?"

☞ (Ángelo Correia,
idem)

"Duarte Lima quer
mostrar que não me
dá confiança."

☞ (Álvaro Barreto,
idem)

"Nada está ga-
nho."

☞ (Cavaco Silva, no
Porto - «Público»,
8/11/93)

"O presidente rus-
so disse já que,
sejam quais forem
os resultados das
eleições parlamen-
tares de Dezembro,
o seu governo refor-
mista-liberal deve-
rá continuar, e ele
próprio — ao con-
trário do que che-
gou a prometer —
não se irá submeter
a qualquer votação
antecipada, deven-
do manter-se no
cargo até final do
mandato, em 96."

☞ (Correspondente
da RTP em Moscovo
- «Jornal de Domín-
go», 8/11/93)

"Na ausência de
um consenso políti-
co amplo, a tensão
permanece muito
alta e parece dar
razão àqueles que
pensam que a pas-
sagem do totalita-
rismo para a demo-
cracia, sobretudo
nas condições da
Rússia, exige um
período de despotis-
mo iluminado."

☞ Idem

"Salazar era anti-
fascista"

☞ (Título de «O
Diabo», 9/11/93)

ALCÁÇER DO SAL

Concerto Rock da Juventude CDU - sábado às 17.00.

ALCOCHETE

Apresentação dos candidatos CDU, com a participação do camarada Luís Sá. Magusto. Sábado às 21.30.

ALMADA

Magustos e convívios CDU com a participação de candidatos: no sábado, em Almada (frente ao CT do PCP), Cova da Piedade (na Coop. Piedense), ambos às 16.00; Costa da Caparica (frente ao CT do PCP), às 15.00; Trafaria (junto à Soc. Recr. Musical), às 16.30; no domingo, na Charneca da Caparica (na Soc. Recr. do Bairro da Bela Vista), às 17.00.

Apresentação pública dos programas eleitorais da CDU para o concelho de Almada: 3ª feira, dia 16, às 19.00, na Charneca da Caparica, com a presença de Luís Sá e Maria Emília de Sousa e José Manuel Maia.

ALTER DO CHÃO

Candidatos da CDU contactam os eleitores em todo o concelho nos dias 13 e 14 (sábado e domingo).

AMADORA

Almoço-convívio de apoiantes e candidatos CDU de todo o concelho com a participação do camarada Álvaro Cunhal: no Pavilhão Polivalente da Brandoa, sábado a partir das 13.00.

ARRAIÓLOS

Sessão com Reformados, com a participação de candidatos: em Santana, sexta-feira às 15.00.

BARREIRO

Assembleia da Organização dos Trabalhadores nas Autarquias do Barreiro: sábado às 15.00, com a participação do camarada Blanqui Teixeira.

Sessão CDU dedicada às Mulheres: em Sto André, sábado às 15.30.

Apresentação dos candidatos à freguesia de Lavradio: sexta-feira às 21.30.

Sessão de esclarecimento no Alto do Seixalinho. Sexta-feira às 21.30.

Porta-a-porta nas freguesias de Sto António e de Sto André: sábado de manhã.

Magustos CDU: no Lavradio (sábado às 17.30) e no Espaço CDU em Sto André (sábado às 16.00); da freguesia de Verdereira, no CT concelhio do Barreiro (sábado às 16.00).

Plenário de militantes do PCP do Lavradio, com a participação de Manuel Sobral: sábado às 15.00.

Debate: «A CDU e os problemas da saúde». No Espaço CDU Barreiro, terça-feira, dia 16, às 21.30.

CASCAIS

Com a participação de Carlos Sota, candidato CDU à pre-

sidência da CM e de outros eleitos e candidatos, encontros com as populações de S. João/Quinta da Carreira - sábado, dia 13, às 10.30, junto ao Terminal Rodoviário; da Torre - sábado às 15.30, junto ao Centro de Dia; do Bairro das Longas/Mata da Torre - domingo, dia 14, às 10.00; do Cabeço do Mouro - domingo às 11.00; de Malveira da Serra e Murches (Alcabideche) - domingo, a partir das 15.00.

Encontro de candidatos com a população de Alapraia: domingo, às 10.00, junto ao Mercado.

Almoço-convívio de professores apoiantes da CDU com a participação de Carlos Sota: no restaurante "Estoril Praia", sábado a partir das 13.00 (inscrições: tel. 4866991).

Magusto no CT de Tires, promovido pela CDU/S. Domingos de Rana: domingo a partir das 16.00.

ÉVORA

Porta-a-porta com candidatos, domingo, em N. Sra Tourega (às 11.00) e Graça do Divor (às 16.00) - aqui seguido de convívio.

GRÂNDOLA

Plenário de candidatos e activistas da CDU para discussão do Programa Eleitoral: sexta-feira às 21.30, no Auditório Municipal

Porta-a-porta na freguesia de Grândola: sábado de manhã.

Azinheira de Barros: apresentação dos candidatos. Sábado às 17.00.

Lousal: apresentação dos candidatos. Sábado às 20.00.

LISBOA

Magustos: hoje, quinta-feira, do Sector Público - no CT Vitória - e do Sector de Serviços - no CT da Av. Duque de Loulé, ambos às 18.30; amanhã, sexta-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, do Sector Centro Norte de Empresas.

Reunião de militantes do PCP sócios da Casa da Alentejo: sexta-feira às 21.30, no CT Vitória.

Convívio Jovem, com apresentação dos candidatos "Com Lisboa" à freguesia de S. Vicente de Fora e participação de António Abreu: na Voz do Operário, sábado às 13.00.

Apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da freguesia dos Olivais: sábado, na SFUOCO, a partir das 16.00, com a participação de António Abreu.

Debate: «Câmara Municipal de Lisboa: Passado e Presente. Que Futuro?» Com a participação de Rui Godinho, Vítor Costa, João Amaral, Rego Mendes, António Abreu, Pina Gonçalves, Abílio Martins: terça-feira, dia 16, às 18.00, no CT Vitória.

LOURES

Encontros de Severiano Falcão e Herberto Goulart com Reformados: hoje, quinta-feira, às 15.00,

MAFRA

Jantar-convívio de apresentação dos candidatos aos diversos órgãos autárquicos do concelho com a participação do camarada

ÁLVARO CUNHAL

sexta-feira, dia 12 — às 20.30 h. no Hotel Castelão

ÁLVARO CUNHAL NA BRANDOA

no almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU do concelho da Amadora

Sábado, às 13.00 no Pavilhão Polivalente

no Centro de Dia do Bairro de Angola, em Camarate; sexta-feira, também às 15.00, no Centro de Dia de Póvoa de Santo Adrião.

Candidatos Fernando Mateus e Francisco Pereira contactam com a população de Arroja (Odivelas) - sexta-feira às 18.30.

Debate com Herberto Goulart - em Sta Iria da Azoia, na Esc. Primária do Bairro da Covina, sexta-feira às 21.30.

Magustos: junto à Igreja de Bucelas, sábado às 15.00, com a presença de Severiano Falcão, Gilberto Lindim Ramos e António Leitão; no Polivalente de Odivelas, sábado, às 15.30, e em Caneças (sábado às 17.00), ambos com a presença de Paulo Piteira.

S. João da Talha: apresentação pública dos candidatos à freguesia e do programa eleitoral - no Bairro da Fraternidade, sábado às 16.00, com Herberto Goulart e Joaquim Guerreiro.

Póvoa de Sto Adrião: apresentação pública dos candidatos à freguesia - no Salão da Junta, sábado às 16.00, com Fernando Lourenço Batista e Duarte Nuno.

Sessão de esclarecimento em Fanhões, na Torre da Besoeira: sábado às 21.30.

Pontinha: baile popular CDU na Esc. Primária do Bairro Falcão. Sábado às 21.30.

Camarate: visita e encontro com a população do Bairro de Sto António. Domingo, às 14.00, com a presença de Francisco Pereira.

Ramada: contactos de candidatos com a população. Domingo às 9.00.

Com a participação de Carlos Carvalhas: terça-feira, dia 16, Jantar CDU em Moscavide e Sessão

Pública em Sacavém, às 21.30.

MAFRA

Jantar-convívio com a participação do camarada Álvaro Cunhal, com apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos de todo o concelho: sexta-feira, dia 12, às 20.30, no Hotel Castelão.

MOITA

Baixa da Banheira - Jantar de candidatos e activistas da CDU n.º "Os Alentejanos". Sexta-feira às 19.30.

MONTE-MOR-O-NOVO

Sábado: acção de propaganda no Mercado da cidade, e porta-a-porta com a participação de candidatos nas freguesias de Escoural, Cabrela, Lavre, Cortiçadas de Lavre e S. Geraldo (às 10.00); em Fazendas do Cortiço (15.00); em S. Cristovão, Silveiras, Foros de Val Figueira e Ciborro (às 16.00).

PALMELA

Palmela - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: sessão, magusto, fados. Na Casa do Lavrador, hoje, quinta-feira, às 21.30.

Pinhal Novo - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia, seguindo-se espectáculo: sexta-feira às 21.30, na SFUA.

Jornada de propaganda no mercado mensal de Pinhal Novo, com a presença de candidatos: domingo.

Aldeia Nova da Aroeira (Poceirão) - Matança do Porco e baile, por iniciativa da apoiantes da CDU. Sábado.

OERAS

Carnaxide - Visita dos candidatos CDU à freguesia: sábado, dia 13, a partir das 14.30.

Linda-a-Velha - Visita dos candidatos à Quinta de Sto António: domingo a partir das 14.30.

Barcarena - Sessão pública para discussão do Programa Eleitoral da CDU, com a participação de José António Tavares da Cruz, 1º candidato da CDU à CM Oeiras. Na colectividade "Os Fixes", sexta-feira, dia 12, às 21.00.

Agenda



XIX ANIVERSÁRIO DA JCP

Lisboa — C. T. Vitória Convívio

Sábado 13 de Novembro, às 15 h. 15.30 h. participação de

Álvaro Cunhal

Campo Maior — C. T. PCP

Sábado 13 de Novembro, às 15 h.

Coimbra — C. T. PCP

Sábado 13 de Novembro, às 20 h. Jantar-Convívio

Marinha Grande

Sábado 20 de Novembro, às 20 h. Magusto-Convívio

Torres Novas — C. T. PCP

Sábado 13 de Novembro, às 16 h. Jantar-Convívio

Porto C. T. Barão S. Cosme

Sábado 13 de Novembro, às 20 h. Tarde desportiva Jantar

Algés - Inauguração da Sala da Juventude CDU: sexta-feira às 21.30.

PALMELA

Palmela - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: sessão, magusto, fados. Na Casa do Lavrador, hoje, quinta-feira, às 21.30.

Pinhal Novo - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia, seguindo-se espectáculo: sexta-feira às 21.30, na SFUA.

Jornada de propaganda no mercado mensal de Pinhal Novo, com a presença de candidatos: domingo.

Aldeia Nova da Aroeira (Poceirão) - Matança do Porco e baile, por iniciativa da apoiantes da CDU. Sábado.

PORTO

Iniciativas com a participação de Ilda Figueiredo: - Jantar volante no salão da Junta de Freguesia do Bonfim para apresentação dos candidatos à AF: sexta-feira às 19.30; - Visita à Zona da Corticeira, na Sé: sábado às 14.30;

- Magusto no Pavilhão da Assoc. de Moradores de Massarelos (R. D. Pedro V, 2, junto ao Rio), promovido pela Comissão de Mulheres da CDU/Porto: domingo às 15.30.

Visita de candidatos aos Bairros da Agra e S. Tomé (Paranhos): sábado a partir das 10.00.

Magusto CDU no restaurante do Picadeiro (Santo André) - sábado às 19.30

SANTIAGO DO CACÉM

Magusto CDU no restaurante do Picadeiro (Santo André) - sábado às 19.30

SESIMBRA

Quinta do Conde: Convívio CDU, com magusto e fados, no CT do PCP. Sábado às 21.30.

SETÚBAL

Magusto na Cooperativa de Habitação (Faralhão) - sábado às 18.00

Porta-a-porta na freguesia de S. Sebastião.

SINTRA

Colares - Convívio, com magusto, na Casa do Gil: hoje, quinta-feira.

Candidatos à CM e AM de Sintra visitam na sexta-feira várias

CARLOS CARVALHAS nos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo

BRAGA sexta-feira, 12

Encontro com os trabalhadores da Grundig junto à porta da empresa, às 12.30 h. Encontro com a União dos Sindicatos de Braga — às 15 h. Contactos com a população no centro da cidade de Braga — a partir das 17 h. Jantar-convívio — na Cantina do CCD, às 19h

VIANA DO CASTELO sexta-feira, 12

Comício CDU no ant. Pavilhão da Portucel (Av. Central) - 21h30

BARCELOS sábado, 13

Visita ao Mercado Municipal — às 9h30 Encontro com a população no Largo Porta Nova — às 10.15 h.

VILA NOVA DE FAMALICÃO sábado, 13

Encontro com a população de Calendário — às 11 h. Caravana CDU pelas freguesias de V. N. Famalicão — a partir das 11h15 Riba de Ave - recepção na JF (às 12.30 h.) e almoço de candidatos e activistas (no Rest. "Fugitivo", às 13h).

DISTRITO DO PORTO sábado, 13

Maia - Apresentação dos candidatos CDU — no Forum da Maia, às 15 h. Matosinhos - Convívio-festa — na Esc. Secundária Augusto Gomes, às 17 h. Gondomar — Jantar de candidatos e activistas — no Rest. S. Jorge, Foz do Sousa Valongo — Comício em Campo — no Pavilhão da Capela, às 22h

localidades do concelho e visitam, às 16.00, o Centro de Dia dos Reformados de Albarraque.

Festa-convívio em Abruñeira (na URCA), com a participação de Lino Paulo e Valentina Matoso, candidata à AF de S. Pedro de Penaferrim

Queluz - Apresentação pública dos candidatos CDU à AF, com a participação de Sérgio Soares, Felício Loureiro e Lino Paulo. Convívio, magusto e espectáculo com actuação de grupos de música popular. No Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Queluz, sábado a partir das 15.00

S. João das Lampas - Almoço-convívio; apresentação dos candidatos de S. João das Lampas e Terrugem: sábado às 13.00, na Soc. Recreativa e Familiar de S. João das Lampas, com a participação dos candidatos locais e de Lino Paulo.

Almargem do Bispo - Apresentação dos candidatos à AF: almoço convívio com a participação de Lino Paulo. Domingo, às 13.00, no Centro de Dia "Os ferrinhos", em Covas de Ferro.

Cacém-Festa popular de apresentação da lista CDU à AF de Agualva-Cacém: sábado, a partir das 16.00, no Espaço CDU do Cacém (R. D. Maria II, Lote A). Actuação de Sebastião Antunes, Gordilho e Grupo Coral da SFRA Amadora.

VENDAS NOVAS

Festa-convívio para apresentação dos can-

Com a participação de Carlos Carvalhas

Lisboa MAGUSTO-CONVÍVIO DE REFORMADOS Domingo, dia 14, às 12h30 Voz do Operário

No concelho de Loures

Terça-feira, 16 Jornada de propaganda da CDU em Moscavide às 18h15

Jantar-convívio no Centro de Reformados de Moscavide às 19h30

Sessão da CDU na Academia de Sacavém às 21.30

Sobralinho - Apresentação pública dos candidatos CDU à freguesia. Domingo, às 16.30, nas Instalações Sociais da Junta de Freguesia. Participam os candidatos Quitéria Meireles, Rui Brioso, José Ernesto Cartaxo e ainda Domingos Abrantes.

VILA FRANCA DE XIRA

Alverca - Candidatos da CDU contactam a população: sábado a partir das 10.00.

Abertura do Espaço CDU Alverca: sábado às 17.00. Magusto.

Agenda Televisão

Quinta, 11

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.30 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Forças Especiais
- 14.25 Viajante no Tempo
- 15.25 Escândalo em Paris (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Agora Escolha!
- 18.25 Caderno Diário
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.10 Verão Quente
- 19.45 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.40 Isto... Só Vídeo!
- 22.00 Você É Excepcional
- 23.10 Vietnam
- 24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Clínica Veterinária
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood

Sexta, 12

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.30 Crônicas de Narnia
- 10.00 Pela Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Vizinhos
- 14.00 Desportos Fantásticos
- 14.35 Viajante no Tempo
- 15.25 Visita Maravilhosa (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Agora Escolha!
- 18.25 Caderno Diário
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.05 Verão Quente
- 19.50 RTP / Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Maria Elisa Entrevista
- 21.00 O Dono do Mundo
- 22.05 Nico d'Obra
- 22.40 Pela Borda Fora (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Morte no Espaço (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 13

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 11.30 Luta Livre Americana
- 12.30 Magia
- 13.00 Notícias
- 13.15 Parlamento
- 13.55 Clube Disney
- 15.30 Loucura em Veneza (ver «Filmes na TV»)
- 17.40 Beverly Hill's 90210
- 18.35 Clube Paraíso
- 19.00 Palavra Puxa Palavra
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Simpsons
- 21.05 Despedida de Solteiro
- 22.10 Parabéns
- 23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
- 00.45 A máscara Assassina (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 14

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Contos das Mil e Uma Noites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 Domingo Gordo
- 14.05 Marés Vivas
- 15.10 Regresso à Montanha Mágica (ver «Filmes na TV»)
- 18.50 Dinossauros
- 19.15 Câmara do Cândido
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Chela
- 21.10 Despedida de Solteiro
- 22.15 Os Bonecos da Bola
- 22.45 O Grande Acontecimento (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Clips e Spots

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Crime, Disse Ela
- 09.20 Regiões
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.50 Forum Musical
- 12.45 Realce

Segunda, 15

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Rua Sésamo
- 09.35 Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Vida Animal
- 14.25 O Viajante no Tempo
- 15.25 Férias em Roma (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Agora Escolha!
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.00 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.40 O Dono do Mundo
- 21.40 Os Inocentes
- 22.10 Concurso "Entre Famílias"
- 23.25 Querido John
- 23.50 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 11.55 Clínica Veterinária
- 12.45 Sobreviver
- 13.35 As Aventuras de Robin Hood
- 14.05 O Rebelde do Cabo

Terça, 16

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.30 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Q.E.D.
- 14.25 Viajante no Tempo
- 15.25 A Lei do Norte (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Agora Escolha!
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.05 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.40 Cuidado com as Imitações
- 22.10 Você Decide
- 23.00 Repórteres
- 00.05 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Clínica Veterinária
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood
- 14.10 O Rebelde do Cabo
- 15.00 Ponto por Ponto
- 15.50 Para Além do Ano 2000
- 16.35 O Grupo da Esquina
- 17.15 Temas e Teimas
- 18.05 Vamp
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 Magazine: «Ecologia/Ciência»
- 20.25 Os Trintões
- 21.05 Desenhos Animados
- 21.20 Deus Nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP/Financial Times
- 23.15 Remate
- 23.30 Tramas de Seda
- 00.20 Rotações

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Fales Tu ou Falo Eu
- 22.30 Kirk Gouglass: Homenagem do "American Film Institut"
- 23.50 Histórias Inéditas do FBI
- 00.25 Último Jornal
- 00.50 Os Donos da Bola
- 01.00 Hoover vs. Kennedys
- 01.50 MTV

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.15 Meteorologia
- 14.20 Uma Casa na Pradaria
- 15.10 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Cús de África
- 22.20 Momentos de Glória
- 23.50 Prolongamento (Desporto)
- 00.20 Ponto Final
- 00.40 País Real

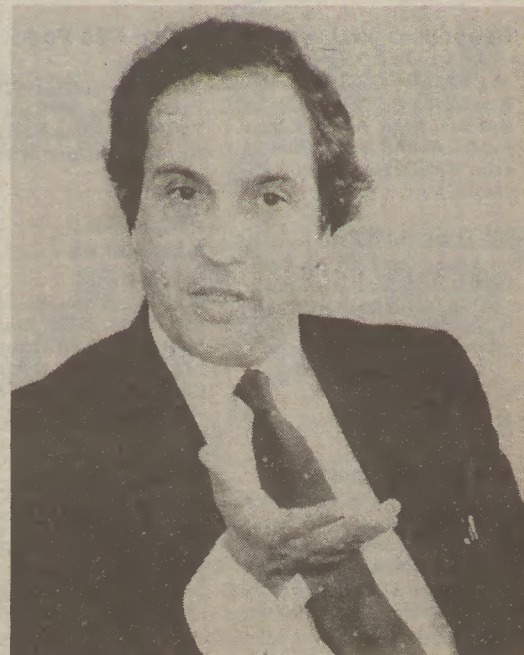
Quarta, 17

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.30 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Flash Moda
- 14.30 Viajante no Tempo
- 15.25 A Lei do Norte (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Agora Escolha!
- 18.25 Caderno Diário
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.05 Verão Quente
- 19.50 RTP - Financial Times
- 20.00 Telejornal
- 20.35 O Dono do Mundo
- 21.40 Sozinhos em Casa
- 22.25 Os Novos Invasores (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas

- 11.00 Infantil
- 12.00 Clínica Veterinária
- 12.50 Sobreviver
- 13.40 As Aventuras de Robin Hood
- 14.05 O Rebelde do Cabo
- 15.00 Ponto por Ponto
- 16.00 A Vida nas Suas Mãos
- 16.50 O Grupo da Esquina
- 17.15 Vamp
- 18.00 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Magazine "Artes Visuais"
- 19.55 Futebol: Itália-Portugal
- 23.30 TV2 Jornal
- 00.15 Deus Nos Acuda
- 01.05 Crimes

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Fales Tu ou Falo Eu
- 22.30 Kirk Gouglass: Homenagem do "American Film Institut"
- 23.50 Histórias Inéditas do FBI
- 00.25 Último Jornal
- 00.50 Os Donos da Bola
- 01.00 Hoover vs. Kennedys
- 01.50 MTV

- 12.00 Animação
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.15 Meteorologia
- 14.20 Uma Casa na Pradaria
- 15.10 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Queridos Inimigos
- 23.10 Rua Jump, 21
- 00.10 Ponto Final
- 00.30 Quarta a Fundo
- 00.55 Hunter



Carlos Carvalho em entrevista na SIC, hoje às 21 horas



Os Simpsons estão de volta, sábado às 20.30 horas no Canal 1



Helmat II, uma série alemã considerada um marco na ficção para televisão, passa à segunda-feira na TV2... à meia-noite e meia-hora

- 14.10 O Rebelde do Cabo
- 15.05 Ponto por Ponto
- 16.00 Força Bruta
- 16.55 O Grupo da Esquina
- 17.25 Jogo de Damas
- 18.15 Vamp
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Magazine "Viver com Saúde"
- 20.30 A Dança
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP - Financial Times
- 23.15 Remate
- 23.25 Serões da Província
- 00.25 O Vigilante da Estrada

- 11.00 Infantil
- 12.00 Clínica Veterinária
- 12.50 Sobreviver
- 13.30 As Aventuras de Robin Hood
- 14.00 O Rebelde do Cabo
- 15.00 Ponto por Ponto
- 16.00 O Mundo Animal
- 16.50 O Grupo da Esquina
- 17.15 Jogo de Damas
- 18.00 Vamp
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.20 Outras Margens
- 19.50 A Bruma da Memória
- 20.20 Artes e Letras: «Hollywood: Os Anos Dourados» (1ª parte)
- 21.20 Desenhos Animados
- 21.35 Deus Nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP - Financial Times
- 23.15 Remate
- 23.30 Sexualidades
- 00.15 Irmãs
- 01.05 Um Verão de Amor (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.25 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.45 Tarzan e a Mulher Leopardo (ver «Filmes na TV»)
- 12.45 Paul McCartney: «Movin On»
- 13.35 Uma Mulher de Raça
- 14.25 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 Errie Indiana
- 16.00 TV 2 Desporto
- 22.15 Desenhos Animados
- 22.25 Ópera: «A Donzela de Orleans»
- 01.00 Principal Suspeito

- 13.10 Gente Remota
- 14.05 Musical: «Lionel Hampton no Estoril Jazz»
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.45 Desenhos Animados
- 22.55 Ideias com História
- 24.00 Anatomia de Uma Traição (ver «Filmes na TV»)

- 15.00 Ponto por Ponto
- 16.00 Colombo - A Idade das Descobertas
- 16.55 O Grupo da Esquina
- 17.10 Temas e Teimas
- 18.00 Vamp
- 18.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Magazine: «Cinema»
- 20.25 Teias da Cidade
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.30 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.30 Ouvir e Falar
- 00.30 Helmat II

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.00 Entrevista: Carlos Carvalho
- 22.05 Minas e Armadilhas
- 22.45 Casos de Polícia
- 23.45 Corações em Chamas
- 00.20 Último Jornal
- 00.50 Os Donos da Bola
- 01.00 MTV

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.40 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Chuva de Estrelas
- 22.30 Na Cama Com...
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Os Donos da Bola
- 00.10 Playboy
- 01.00 As Sósias de Joanna May (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
- 13.40 Dra. Quinn
- 14.40 O Filho de El Cid (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Raven
- 17.35 Grandes Planos
- 18.05 Portugal Radical
- 18.40 Melrose
- 19.20 Benny Hill
- 19.45 Anos Rebeldes
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.10 Repórter da Meia-Noite
- 23.00 Água na Boca
- 23.50 Último Jornal
- 00.15 Diários Eróticos
- 00.45 Boxe
- 01.15 MTV

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
- 13.40 O Prazer da Condução
- 13.55 National Geographic
- 14.55 O Céu Não Pode Esperar (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Tarzan
- 17.30 O Santo
- 18.30 Labirinto
- 19.00 Os Imortais
- 19.30 Notícias
- 19.45 Anos Rebeldes
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Boleiro (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Conversas Curtas
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Espiões
- 01.25 MTV

- 16.30 Notícias
- 16.40 Santa Bárbara
- 17.10 Roque Santeiro
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Nascimento a 4 de Julho (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Tostões e Milhões
- 00.35 Último Jornal
- 01.00 Os Donos da Bola
- 01.10 Três é Companhia
- 01.40 MTV

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.30 Topázio
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 17.00 Animação
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.35 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Lágrimas
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.25 Animação
- 21.40 Irmãos de Sangue
- 22.30 Há Dias de Sorte (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Ponto Final
- 01.00 Hunter

- 12.00 Animação
- 12.25 A Casa do Tio Carlos
- 12.55 A Amiga Olga
- 13.25 Topázio
- 14.15 Meteorologia
- 14.30 Uma Casa na Pradaria
- 15.15 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 17.00 Animação
- 17.30 A Casa do Tio Carlos
- 18.00 Quem Sai aos Seus
- 18.30 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 O Novo Caminho das Estrelas
- 22.20 Artur Albarran
- 23.40 Ponto Final
- 24.00 A Flecha Sagrada (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Os Bastidores do Espectáculo
- 11.30 Momentos de Glória
- 13.10 Desporto - Contra-Ataque
- 15.05 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Na Mira do Crime
- 21.00 Diamonds
- 22.00 Alta Ansiedade (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Informação Quatro
- 23.55 Demônio de Salas (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Quatro Ventos
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.20 País Real
- 14.20 Forum
- 15.15 O Tio Carlos
- 16.45 Rosa Baiana
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Na Mira do Crime
- 21.00 Diamonds
- 21.55 Amor à Terceira Vista (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Informação Quatro
- 23.50 Caixa de Perguntas

- 12.00 Animação
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.15 A Amiga Olga
- 13.45 Topázio
- 14.35 Meteorologia
- 14.40 Uma Casa na Pradaria
- 15.30 Rica Saúde
- 15.45 Fecho da Emissão
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Parker Lewis
- 21.20 Animação
- 21.40 Cús de África
- 22.20 Momentos de Glória
- 23.50 Prolongamento (Desporto)
- 00.20 Ponto Final
- 00.40 País Real

Filmes na TV

— Por isto e por aquilo... —

QUINTA, 11

Escândalo em Paris

«A Scandal in Paris» / «Thieves' Holiday» (EUA/1946). Real.: Douglas Sirk. Int.: George Sanders, Signe Hasso, Carole Landis, Akim Tamiroff. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (15.25, Canal 1)

Há Dias de Sorte

«Lucky Day» (EUA). Real.: Donald Wyre. Int.: Amy Madigan, Olympia Dukakis, Chloe Webb. Cor, 94 min. *Comédia.* (22.30, Quatro)

SEXTA, 12

A Visita Maravilhosa

«La Merveilleuse Visite» (Fr./It./1974). Real.: Marcel Carné. Int.: Gilles Kohler, Roland Lesaffre, Deborah Berger, Lucien Barjon. P/B, 102 min. *Comédia Dramática.* (15.25, Canal 1)

Pela Borda Fora

«Overboard» (EUA/1987). Real.: Gary Marshall. Int.: Goldie Hawn, Kurt Russell, Edward Herrmann, Katherine Helmond, Michael Hagerty. Cor, 108 min. *Ver Destaque.* (22.40, Canal 1)

A Flecha Sagrada

«Run of the Arrow» (EUA/1957). Real.: Samuel Fuller. Int.: Rod Steiger, Sarita Montiel, Brian Keith, Ralph Meeker. Cor, 86 min. *Ver Destaque.* (00.30, Quatro)

Um Verão de Amor

«Sommarlek» (Suécia/1950). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Maj-Britt Nilsson, Birger Malmsten, Alf Kjellin, Annalisa Ericson. P/B, 91 min. *Ver Destaque.* (00.50, TV 2)

As Sósias de Joanna May

«The Cloning of Joanna May» (Gr.Br./1992). Real.: Philip Saville. Int.: Patricia Hodge, Brian Cox. Cor, 100 min. *Drama.* (01.00, SIC)

Morte no Espaço

«Nightflyers» (EUA/1987). Real.: T. C. Blake (Robert Colector. Int.: Catherine Mary Stewart, Michael Praed, John Standing, Lisa Blount. Cor, 88 min. *Ficção Científica.* (01.10, Canal 1)

SÁBADO, 13

Tarzan e a Mulher Leopardo

«Tarzan and the Leopard Woman» (EUA/1946). Real.: Kurt Newman. Int.: Johnny Weissmuller, Brenda Joyce, Johnny Sheffield. P/B, 69 min. *Aventuras.* (11.30, TV 2)

O Filho de El Cid

«I Cento Cavalieri» (It./1964). Real.: Vittorio Cottafavi. Int.: Antonelle Lualdi, Mark Damon. Cor, 125 min. *«Histórico».* (14.40, SIC)

Loucura em Veneza

«Summertime» (EUA/Gr.Br./1955). Real.: David Lean. Int.: Katherine Hepburn, Rossano Brazzi, Isa Miranda, Darren McGavin. Cor, 96 min. *Ver Destaque.* (15.30, Canal 1)

Alta Ansiedade

«High Anxiety» (EUA/1977). Real.: Mel Brooks. Int.: Mel Brooks, Madeline Jahn, Cloris Leachman, Harvey Korman, Ron Carey. Cor, 94 min. *Ver Destaque.* (22.00, Quatro)

Demônio de Saias

«She-Devil» (EUA/1989). Real.: Susan Seidelman. Int.: Meryl Streep, Rosanne Barr, Ed Begley, Jr., Sylvia Miles, Linda Hunt. Cor, 98 min. *Comédia.* (23.55, Quatro)

A Máscara Assassina

«Slaughter High» (EUA/1985). Real.: George Dugdale, Mark Ezra, Peter Litten. Int.: Caroline Lunro, Simon Scudamore, Kelly Blake. Cor, 86 min. *Terror.* (00.45, Canal 1)

DOMINGO, 14

O Céu Não Pode Esperar

«Angels» (EUA/1992). Real.: Philip Saville. Int.: Cathy Tyson, Tom Bell, Alfred Molina. Cor, 90 min. *Comédia Dramática.* (14.55, SIC)

Regresso à Montanha Mágica

«Return From Witch Mountain» (EUA/1978). Real.: John Hough. Int.: Kim Richards, Ike Eissenmann, Bette Davis, Christopher Lee. Cor, 89 min. *Ver Destaque.* (15.10, Canal 1)

Bolero

«Bolero» (EUA/1984). Real.: John Derek. Int.: de Bo Derek, George Kennedy, Andrea Occhipinti, Ana Obregon, Greg Bensen, Olivia D'Abo. Cor, 100 min. *Erótico.* (21.30, SIC)

Amor à Terceira Vista

«Crossing Delancey» (EUA/1988). Real.: Joan Micklin Silver. Int.: Amy Irving, Reizl Bozyk, Peter Riegert, Jeroan Krabbe. Cor, 97 min. *Ver Destaque.* (21.55, Quatro)

O Grande Acontecimento

«Matilda» (EUA/1978). Real.: Daniel Mann. Int.: Elliot Gould, Robert Mitchum, Harry Guardino, Clive Revill, Lionel Stander. Cor, 87 min. *Comédia.* (22.45, Canal 1)

Anatomia de uma Traição

«Betrayal» (Gr.Br./1982). Real.: David Jones. Int.: Jeremy Irons, Ben Kingsley, Patricia Hodge, Avril Elgar, Ray Mario-ni. Cor, 91 min. *Drama.* (24.00, TV 2)

SEGUNDA, 15

Férias em Roma

«Roman Holiday» (EUA/1953). Real.: William Wyler. Int.: Gregory Peck, Audrey Hepburn, Eddie Albert, Margaret Rawlings. P/B, 114 min. *Ver Destaque.* (15.25, Canal 1)

Nascido a 4 de Julho

«Born on the Fourth of July» (EUA/1989). Real.: Oliver Stone. Int.: Tom Cruise, Willem Dafoe, Raymond J. Barry, Caroline Kava. Cor, 138 min. *Ver Destaque.* (21.30, SIC)

TERÇA, 16

Gente do Circo

«Les Gens du Voyage» (Fr./1937). Real.: Jacques Feyder. Int.: Françoise Rosay, Marie Glory, André Brulé, Sylvia Betaille. P/B, 94 min. *Drama.* (15.25, Canal 1)

Fúria Cega

«Blind Fury» (EUA/1990). Real.: Phillip Noyce. Int.: Rutger Hauer, Terrance O' Quinn, Brandon Call, Noble Willingham, Lisa Blount. Cor, 86 min. *Ação.* (21.40, Quatro)

QUARTA, 17

A Lei do Norte

«La Loi du Nord» (Fr./1939). Real.: Jacques Feyder. Int.: Michèle Morgan, Pierre Richard-Willm, Charles Vanel, Jacques Terrane. P/B, 97 min. *Melodrama.* (15.20, Canal 1)

Os Novos Invasores

«Alien Nation» (EUA/1988). Real.: Graham Baker. Int.: James Caan, Mandy Patinkin, Terence Stamp, Kevyn Marjor Howard. Cor, 86 min. *Ver Destaque.* (22.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Escândalo em Paris (Quinta, 15.25, Canal 1)

Misto de filme de aventuras e de filme romântico, *Escândalo em Paris* é um dos primeiros filmes com que o excelente realizador dinamarquês Douglas Sirk (de seu verdadeiro nome Detlef Sierck) iniciou a sua notável carreira nos Estados Unidos, especializando-se no difícil género do melodrama. Um célebre criminoso francês do século passado, Vidocq (maravilhosamente interpretado por George Sanders), chega a prefeito da polícia após a reabilitação que o amor lhe proporcionou. E atenção à música de Hans Eisler, tal como Sirk um exilado americano do nazismo alemão.

Pela Borda Fora (Sexta, 22.40, Canal 1)

Gary Marshall, o realizador deste filme, celebrou-se sobretudo pelo enorme sucesso comercial de um outro filme (*Pretty Woman - Um Sonho de Mulher*), que realizou três anos mais tarde. Mas aqui, já então numa divertida comédia, o cineasta alardeava a sua tendência para as «histórias de amor» temperadas pelo picante e pelo absurdo. Com alguns personagens secundários absolutamente notáveis e irresistíveis - e protagonizado em primeiro plano por dois excelentes Goldie Hawn e Kurt Russell - o filme conta a história impagável de um carpinteiro que se vinga de uma excêntrica milionária que, vítima da amnésia provocada por um desastre a bordo de um yacht, é por ele reclamada na qualidade de esposa.

A Flecha Sagrada (Sexta, 00.30, Quatro)

Particularmente cruel e violento, para a época, *A Flecha Sagrada* é, também, um dos filmes de Samuel Fuller que merece a classificação de «clássico». Tal como outros westerns que o realizador encenou, este filme respira cinema por todos os poros e conta a história de um soldado sulista, inconformado com a rendição dos estados do Sul durante a Guerra Civil, que resolve partir à aventura sendo capturado pelos índios Sioux e vendo-se depois confrontado com as suas próprias contradições quando, inserido na comunidade índia, tem de decidir-se perante o combate contra os brancos yankees. Justamente idolatrado pelos críticos franceses do movimento da «nouvelle vague» (mas também suscitando claras reticências de outros face ao conteúdo reaccionário de alguns dos seus filmes), Samuel Fuller é, sem dúvida, um notável cineasta que importa conhecer.

Um Verão de Amor (Sexta, 00.50, TV 2)

Agora, sim, entramos em pleno na fase em que começa a construir-se a genialidade desse mestre do cinema que foi Bergman. O filme que hoje é transmitido no ciclo que a TV 2 lhe dedica é, aliás, o primeiro sobre o qual o realizador afirma sentir-se inteiramente «ele próprio» em confronto com a história e a sua concretização em cinema - uma história de amor de uma bailarina da ópera de Estocolmo que, aproveitando uma interrupção nos seus ensaios, vai passar uns dias a uma ilha revendo, em pleno Verão, um seu antigo apaixonado que morrera ao mergulhar. Uma história, esplendorosamente posta em cinema, em que Bergman nos fala da «confiança no amor» e no «desprezo a Deus»...

Loucura em Veneza (Sábado, 15.30, Canal 1)

Também com o Verão como pano de fundo, mas com as tonalidades próprias do melodrama de consumo certo, este filme de David Lean vale sobretudo pela interpretação de Katherine Hepburn em um dos maiores papéis da sua carreira: o de uma solteirona que se apaixona furtivamente por um «sedutor» italiano (Rossano Brasi, que outro poderia sê-lo?), durante umas férias em Itália; e, ainda,



Maj-Britt Nilsson e Birger Malmsten, em «Um Verão de Amor», de Ingmar Bergman

pela excelente fotografia de Jacks Hildyard que transpõe para a película com grande talento o fascínio da atmosfera de Veneza.

Alta Ansiedade (Sábado, 22.00, Quatro)

É conhecida a tentação de Mel Brooks para, através do pastiche, gozar com filmes clássicos de grandes realizadores. Desta vez, quem está sob a sua mira humorística é mestre Hitchcock e a história gira, entre outros disparates, à volta de um louco psiquiatra que tem medo das alturas e, em certo momento, é atacado por um bando de pombos! Naturalmente repleto de sequências hilariantes, sobretudo aquelas em que as citações ocorrem, é entretanto um filme irregular que deixa algo a desejar. E que já foi, há precisamente um ano (dia e mês!), transmitido pelo Canal 1. É preciso pontaria!

Regresso à Montanha Mágica (Domingo, 15.10, Canal 1)

Christopher Lee e Bette Davis são os «maus da fita» neste filme produzido pelos Estúdios Disney, em que dois miúdos com especiais poderes são os protagonistas principais de uma aventura na qual, juntando-se a um bando juvenil de rua, apostam em frustrar os planos



Willem Dafoe e Tom Cruise, em «Nascido a 4 de Julho», um novo filme sobre a guerra do Vietname de Oliver Stone

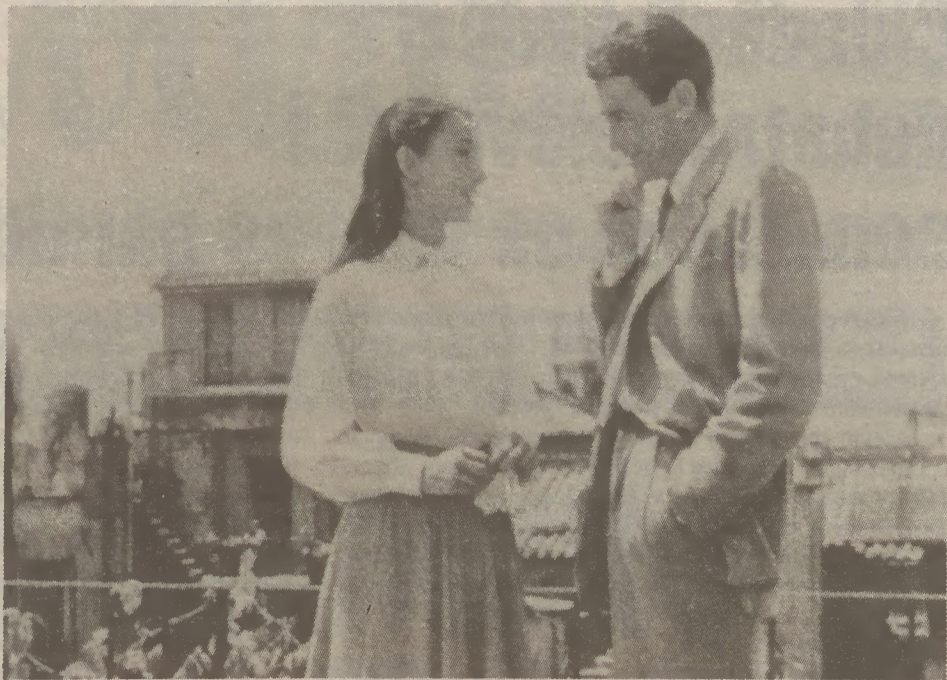


Outra imagem do filme: Ron Kovic, personagem central da tragédia, encabeça uma manifestação contra a guerra

maquiavélicos de um cientista louco que pretende dar cabo de Los Angeles. Um filme de aventuras, cheio de peripécias e excelentes actores juvenis, que constitui um bom divertimento para a gente mais pequena.

Amor à Terceira Vista (Domingo, 21.55, Quatro)

Retratando um curioso confronto de gerações e de modos de vida, *Amor à Terceira Vista* é, segundo as referências, uma comédia sensível, misto de uma história de amor entre um homem e uma mulher e de um retrato da amizade e do respeito entre uma avó e a sua neta. Uma jovem solteira, independente e realizada na vida, busca um par para casar e a sua avó, cuidando do futuro da neta, procura arranjar-lhe um marido através dos serviços contratados a uma casamenteira profissional... Naturalmente que já se prevê o que serão os sarilhos e as hesitações da neta, ao ver-se colocada perante o dilema de escolher entre o homem que encontrara e o outro que a avó lhe propõe.



Audrey Hepburn e Gregory Peck, em «Férias em Roma», de William Wyler

Férias em Roma (Segunda, 15.25, Canal 1)

Sem dúvida alcançando o seu tremendo êxito a partir das prestações e do inegável charme de dois excelentes intérpretes - Audrey Hepburn (que arrancou um Oscar) e Gregory Peck - *Férias em Roma* traz também a marca de um realizador (William Wyler) que primava pela elegância da sua *mise-en-scène*. A história é por de mais conhecida: uma princesa europeia, entediada pela vida palaciana e farta das suas obrigações sociais, foge do palácio e mergulha na aventura de 24 horas de um romance com um jornalista americano. Um filme que preenche bem uma «sessão da tarde».

Nascido a 4 de Julho (Segunda, 21.30, SIC)

Numa semana pelos vistos cheia de comédias mansinhas e de românticas histórias de amor, *Nascido a 4 de Julho* vem de novo, a exemplo de *Platoon* (transmitido há três semanas pela Quatro) mergulhar na tragédia de um conflito absurdo - a guerra do Vietname. Desta vez, o mesmo realizador - Oliver Stone - aborda, de forma definitiva, sobretudo as consequências da guerra e os traumas que atingiram toda uma geração de americanos, ao encenar com realismo e crueza brutais a história, baseada na vida real, de um veterano do Vietname (Ron Kovic) que regressa psicologicamente desfeito e fisicamente incapacitado, devido a uma paralisia da cintura para baixo provocada pelos ferimentos de guerra, e acompanha a sua prolongada e sofrida reabilitação para a vida normal. Mas o filme não foi fácil de erguer. Escrito de parceria por Oliver Stone e pelo próprio Ron Kovic (a partir do livro deste) foram imensas as dificuldades para a concretização do projecto. Um projecto que retrata a caminhada do «herói», desde a adolescência em inícios de 60 numa pequena cidade de Long Island, passando pela dura experiência da guerra, para chegar ao traumatizante confronto da sua deficiência física com as solicitações da vida real e à progressiva «tomada de consciência» - de alienado e defensor da política oficial de intervenção até à sua transformação em inflamado orador de reuniões e manifestações pacifistas. A interpretação de Tom Cruise (excelentemente acompanhado por Willem Dafoe) é, porventura, a mais impressionante da sua ainda curta carreira, consagrando e gradualmente modificando, com grande rigor e profissionalismo, o próprio desenvolvimento exterior da sua fisionomia, desde a frescura da idade adolescente até ao peso da maturidade da meia-idade. De certo modo decepcionantes, em matéria de filmes na TV, os sete dias que aqui cobrimos acabam bem com *Nascido a 4 de Julho*, depois de *Um Verão de Amor*, de Bergman, dois filmes que não devem perder-se.

Os Novos Invasores (Quarta, 22.25, Canal 1)

Já *Os Novos Invasores* (apesar de claramente superior à suporífera série televisiva a que deu origem) é, apenas, um competente objecto de puro entretenimento, ao contar, em forma de *thriller*, com ressonâncias de *cinema fantástico*, a história de um polícia de Los Angeles e de um ser extraterrestre que acabam por colaborar e tornar-se amigos na luta contra as patifarias de uns criminosos extraterrestres vindos de outra galáxia. Para além de uma história extremamente curiosa, que não chega a ser completamente bem resolvida pelo realizador, o destaque vai sem dúvida para as impecáveis interpretações de James Caan e Mandy Patinkin.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Na Linha de Fogo	★★★	★★★	★★★
B Parque Jurássico	★★★	-	★★★★
C O Piano	★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Wolfgang Petersen - *Alfa/Club* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/3* (14.15, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/1* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); *Monumental/2* (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.15, 00.30); *Quarteto/4* (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); *S. Jorge/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Steven Spielberg - *Alfa/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/1* (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Fonte Nova/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Monumental/Cine Teatro* (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); *Mundial/3* (14.10, 16.30, 19.00, 21.45); *S. Jorge/2* (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- C - Real. Jane Champion - *King Triplex/2* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

CLUBE ESTEFÂNIA

Lisboa, R. Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **FREI LUIS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José António Pires.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa. De 4ª a sáb., partida às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando).

PALÁCIO RIBAMAR

Algés, Palácio Anjos. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA - OS NOIVOS E OS CONVIDADOS**, de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo Grupo de Teatro.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. De 4ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. **RINOCERONTE**, de Ionesco, encenação de Helder Costa.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, R. Ten. Raul Cascais. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30,

dom. às 16.00. **UM CERTO PLUME**, de Henri Michaux, encenação de Adriano Luz.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. tel. 2752175. De 3ª a dom. às 21.30, dom. às 16.00. **DIAS FELIZES**, de Beckett, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **ENQUANTO SE ESTÁ Á ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

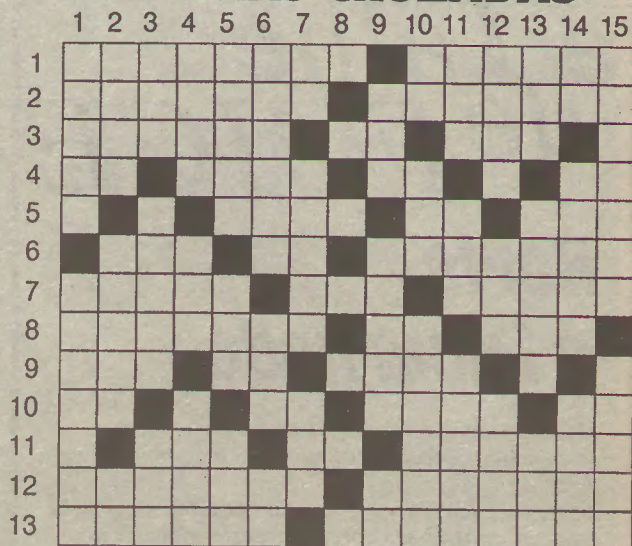
TEATRO DA TRINDADE

Lg. da Trindade. Tel. 3420000. De 4ª a dom. às 19.00. **SEGREDOS**, de Richard Cameron, encenação de Diogo Infante.

TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Tel. 3639974. Sáb., dom. e fer. às 16.00 (de 3ª a 6ª para grupos organizados). **FABULANDO, FABULANDO**, baseado em Fábulas de La Fontaine, adaptação e encenação de File Crawford, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Desamparo; provérbio. 2 - Racaimento; demonstrais. 3 - Respeitai; apenas; nota musical no pl. 4 - Bário (símb.); mantos usados pelos beduínos; popa; forma redutiva de rapaz. 5 - Nova cidade do dist. de Aveiro; observa; célebre cavaleiro protótipo dos paladinos castelhanos. 6 - Unidade das medidas agrárias; antes de Cristo (abrev.); regressara. 7 - Agradecida; soberano; serra no dist. de Portalegre. 8 - Apelido mais conhecido do autor das «Farpas»; Gálio (símb.); tecidos quentes para o Inverno. 9 - Larva que se cria nas feridas dos animais; andava; moda. 10 - Cruel; quinquagésimo primeiro; abastada; ouro em França. 11 - Substância açucarada fabricada pelas abelhas; ande; latada. 12 - Imperador romano que perseguiu os cristãos; cestos. 13 - Não acertara; lembre festejando.

VERTICAIS: 1 - Sarraceno; marinheiro inferior. 2 - Peça talar preta dos funcionários judiciais; grande ave trepadora; duas consoantes iguais. 3 - Albino; intriga; oceano. 4 - Creme; letra grega; cidade alentejana. 5 - Demónio; naquele lugar; a nossa casa. 6 - Detestava; cidade belga; Sódio (símb.). 7 - Cont. prep. e art.; sagrado; santo patrono dos homens de leis. 9 - Colocar; força física; Cobalto (símb.). 10 - Brisa; eternidade; procederam. 11 - Dádiva; a 3ª pessoa; termine. 12 - Ordem Militar; sinal ortográfico; idolatram. 13 - Corpo aeriforme; grande cara; ensejo. 14 - Segundo; pequeno prato; rio polaco. 15 - Esqueletos; contração de dois sons orais num só.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

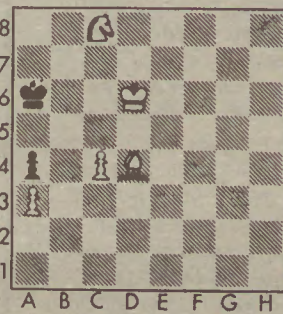
HORIZONTAIS: 1 - Xangai; Xantum. 2 - In; amalucado; te. 3 - Loa; eta; olé; pai. 4 - Boné; emir. 5 - Dar; silos; mar. 6 - Tão; réu; foi. 7 - Igor; Douro; lata. 8 - Má; aias; Irão; Ul. 9 - Ore; tranças; obá. 10 - Romeu; São; arcam. 11 - Atem; dori. 12 - Tó; americana; an. 13 - Asa; Alarico; USA.

VERTICAIS: 1 - Xilo; timorata. 2 - Ano; garotos. 3 - Abato; eme. 4 - Gá.; orara; ema. 5 - Amen; itu; má. 6 - Iates; dar; mel. 7 - Lá; irosas; Ra. 8 - Nu; aleu; Nadir. 9 - Co.; ouriço; Cl. 10 - Xales; ora; Mac. 11 - Adem; asa; nó. 12 - Nó; imolo; RDA. 13 - Praia; oco. 14 - Utá; túbaras. 15 - Meio; Salámina.

XADREZ

CDXXXVI - 11 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X089
Por: THÉODORE HERLIN [de Lille]
La Palamède, 15.IV.1845

Pr.: [2]: Pa4-Ra6
Br.: [5]: Ps.a3, ç4-Cç8-Bd4-Rd6



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X090
Por: ARTHUR HAVASI
Chess Amateur, 1923

Pr.: [3]: Pb4-Ta3-Ré6
Br.: [5]: Ps.a5, h6-Cç3-Bh8-Rb2



Branças Jogam e ganham

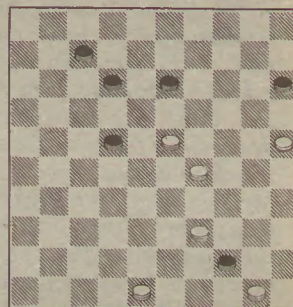
N.º 1993X089 [Th. II.]: 1. Rç7! Ra5; 2. Bf6!, Ra6; 3. Bd8, Ra5; 4. Rb7++

N.º 1993X090 [A.II.]: 1. h7!, T:a5; 2. Cb5!, T:b5; 3. Bç5! e ganha.

DAMAS

CDXXXVI - 11 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D089
Por: GEORGES POST
Trésor des Miniaturistes Français, 1979

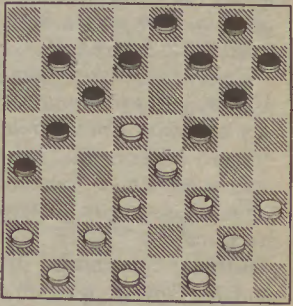
Pr.: [6]: 7-12-13-15-22-44
Br.: [6]: 23-25-29-34-48-50



Branças Jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D090
GOLPE N.º 4493
Por: EDUARDO CASTELO
- Ovar, 1958

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 28-23; 4. 1-5, 20-16; 5. 15-19, 32-28; 6. 10-13, 24-20; 7. 13-22, 27-18; 8. 6-10, 31-27 DIAGRAMA.



Branças Jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXVI
N.º 1993D089 [G.P.]: 1. 23-19 (13x33); 2. 39x8, (44-49-D*); 3. 25-20 e 4. 8-2=D+[A]
1. ... (44x24); 2. 19x28+1 [A] Se: 4. ... (49-35); 5. 2x16, (35-30); 6. 50-44+ [A] Se: 4. ... (49-16); 5. 2x35, (16-11); 6. 48-43+
N.º 1993D090 [E.C.]: 9. 9-13, 18-9; 10. 2-6, 9-2; 11. 11-15, 2-18; 12. 15-31, 23-5; 13. 31-2+

Nota: No «Avante!» 1037 de 28.X.93 licia-se: Trattato Teorico-Pratico del Giuoco di Dama, Roma, 1837!

Tempo

Céu geralmente pouco nublado, vento fraco, neblinas e nevoeiros matinais.



a talhe de FOICE

Boris, o Encarnado

Moscovo deu a Boris Ieltsin uma oportunidade raramente concedida aos mortais - a de ser tudo na vida.

A sua chegada à grande capital russa fez-se há meia dúzia de anos. O seu coração transbordava de tanto comunismo que Gorbachov o colocou a dirigir o PCUS na Cidade de Moscovo e, na decorrência, a integrar a direcção do Partido Comunista da União Soviética. Meses depois, continuava comunista, mas ganhava outra qualidade - a de "democrata".

Estava a sair do ovo uma nova espécie de líder - o da língua assumidamente bifurcada.

E tão bem bifurcou Boris, que entre 1990 e 1991 conseguiu ser, sucessivamente, eleito presidente do Parlamento e da Federação russos. Um misterioso golpe de Estado sem tiros permitiu-lhe subir para um carro de combate que previamente se "autodesamotinara", dirigindo daí o fim da União Soviética e a dissolução do PCUS.

Tornou-se então um democrata tão literalmente singular, que passou a governar sozinho a Rússia à força de decreto. A eficácia da sua democracia cedo deu frutos: em apenas um ano (de 1991 a 1992) o Produto Interno Bruto da Rússia caiu de 17 a 20% e a inflação saltou de 90% para 2500%, enquanto os aplausos ocidentais iam gostosamente prometendo milhões que haviam de dar, atrás de milhões que nunca deram.

Boris já era o maior, mas ainda não tinha o tamanho da Rússia; como homem que, essencialmente, aprendia depressa, recordou-se então da rentabilidade do golpe de Estado que o ajudara a ser um democrata total, e tratou ele próprio de organizar um. Em Março deste ano, começou por tentar assumir poderes especiais, mas como a legalidade constitucional do País o não consentia, declarou-a ilegal, anunciando uma nova Constituição redigida por si próprio e exigindo, contra tudo e contra todos, eleições antecipadas para Dezembro próximo.

É conhecido o desenlace deste golpe de Boris: o parlamento e a ordem jurídico-constitucional do país foram destruídos à canhoada, soterrando centenas indeterminadas de pessoas e enclausurando milhares de outras.

Finalmente, Boris tinha Moscovo a seus pés. Instaurou o estado de sítio, proibiu os partidos, eliminou o parlamento, decretou a censura e mandou prender os opositores. A democracia estava mais forte do que nunca. Aliás, esgotara-se, tal o estado de absoluto a que chegara.

Daí, Boris, empanturrado de democracia, haver decidido no final da semana passada que, afinal, já não vai haver as eleições que ele mesmo exigira. Melhor ainda: uma nova Constituição, elaborada pelo próprio Boris, irá ser referendada no mês que vem (se for caso disso, porque talvez nem seja necessária tanta maçada cripto-eleitoral), na qual se define de uma vez por todas que o presidente Boris é que nomeia e destitui governos, manda nas Regiões e nas Repúblicas, dissolve a Duma (uma coisa que ele inventou para substituir o parlamento) quando bem lhe apetece e tem um mandato garantido até 1996. A sua destituição só poderá ocorrer por decisão do Supremo Tribunal da Rússia ratificada por maioria de dois terços de cada uma das câmaras da Assembleia Federal, possibilidade quase tão absurda como a única acusação que se pode invocar para a destituição: a de "traição à pátria". É evidente que Boris Ieltsin é incapaz de trair seja quem for, quanto mais a pátria...

Um percurso tão fantástico merece, naturalmente, um cognome. Em terra de czars e revoluções, "Boris, o Vermelho" talvez fosse adequado para este talentoso ex-"comunista", mas Ieltsin é capaz de não gostar que lhe lembrem esse breve período da sua vida.

"Boris, o Encarnado" deve satisfazê-lo. Também satisfaz Salazar, quando o seu horror ao vermelho o levou a pôr toda a gente a dizer encarnado. Além de que Boris encarnou em "déspota iluminado", segundo as últimas leituras de pé de galo feitas por despreocupados observadores ocidentais.

Só que, infelizmente para Ieltsin, nem os mais foleiros fantasmas czaristas acederam a "iluminá-lo". O único a alinhar no frete foi a aventesma do Papa Doc - o que talvez explique aquela carnação um bocado tropical do Boris.

■ HC

Cidadãos pedem debates televisivos com todos os líderes partidários

Um grupo de mais de 300 cidadãos subscreveram uma missiva que foi enviada às direcções da RTP, da SIC e da TVI pedindo a realização de debates televisivos com a participação conjunta dos líderes dos principais partidos.

O texto, que transcrevemos seguidamente, foi divulgado à comunicação social por Rogério Fernandes e Luís Azevedo e foi subscrito por cerca de 300 pessoas - onde se contam operários, empregados, dirigentes sindicais e membros de CT, intelectuais, quadros técnicos, artistas, agricultores, reformados, trabalhadores desempregados, jovens - de todo o País.

«Os signatários,

- profundamente preocupados com a grave crise económica e social em que o País está profundamente mergulhado e inquietos com as suas consequências para o presente e o futuro da vida nacional;

- sentindo de forma concreta, nas suas próprias vidas, actividades e interesses os efeitos dessa crise;

vêm, por este meio, dirigir-se a V. exas enquanto responsáveis pela informação das três empresas de radiotelevisão no sentido de se empenharem na promoção de debates televisivos com a participação conjunta dos líderes dos principais partidos, por forma a permitir um confronto verdadeiramente democrático e pluralista sobre os grandes problemas nacionais e as propostas para a sua solução.

«Conhecendo outras iniciativas similares mas com características diversas, os signatários entendem ter o direito de manifestar a sua opinião de que um debate apenas entre o Presidente do PSD e o Secretário-Geral do PS consagraria uma visão redutora e empobrecedora do quadro político-partidário nacional e da pluralidade de opiniões, propostas e projectos que nele se manifestam, pelo que, inevitavelmente, teria como principal resultado objectivo condicionar a livre formação da opinião e das opções dos cidadãos neste grave momento da vida nacional e à beira de uma sequência de importantes actos eleitorais.

«Os signatários dirigem-se em simultâneo a V. exas, enquanto responsáveis pela informação da RTP, da SIC e da

TVI, porque não desejam interferir em «guerras de audiências, porque têm presente as iguais responsabilidades que para todos os canais decorrem do art. 6.º da Lei da Televisão e porque estão certos que a realização de vários debates, eventualmente dedicados a grandes áreas de problemas, até corresponderia mais plenamente às necessidades de informação e esclarecimento da opinião pública».

Na impossibilidade de referir os nomes de todos os signatários, assinalamos que, entre eles, figuram personalidades como o Maestro Fernando Lopes-Graça, o arqueólogo Cláudio Torres, Luísa Irene Dias Amado, Blasco Fernandes, Luís Catarino; sindicalistas como

Alina Sousa, Álvaro Rana, Ana Avoila, António Avelãs, Amélia Monteiro, Afonso Flórido, António Goulart, António Moreira, António Monteiro, Armando Branquinho, Félix Pinho, Florival Lança, Joaquim Almeida e Silva, João Torrado, Joaquim Labaredas, Luís Morgado, Mário Sousa, Manuel Correia, Manuel Rodrigues, Manuel Gonçalves, Luísa Ramos, Paulo Sucena, Vítor Gonçalves; eleitos autárquicos como António Bartolomeu, Ana Coelho, António Ganhão, António Recto, Abílio Fernandes, António Martins, Carla Mendes, José Gonçalves Henriques, Manuel Marreiros, Pedro Canário Santos Cardoso; actores como Henrique Viana, Irene Cruz, Linda Silva, Mário Barradas, Mário Viegas, Morais e Castro; artistas plásticos como Armando Alves, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingues; jornalistas como José Goulão, Baptista-Bastos, Helena Neves; professores universitários como Armando de Castro, António Avelãs Nunes, Cecília Barreira, Eduardo Chitas, Jorge Veiga, João Cunha Serra, João Sousa Lopes, José Oliveira Barata, José Barata-Moura, Maria Manuela Esteves, Maria Helena Seródio, Manuel Gusmão, Rogério Fernandes, Rui Namorado Rosa; escritores como Alexandre Cabral, Alice Vieira, Modesto Navarro, António Damião, Edgar Gonçalves Preto, José Saramago, Mário Cláudio, Mário Castrim, Oscar Lopes, Urbano Tavares Rodrigues; profissionais do cinema como Alberto Seixas Santos, Henrique Espírito Santo, João César Monteiro, Manuel Costa e Silva e Monique Ruttler.

Nem despedimentos na TAP nem «redução da mão-de-obra»

Seja qual for o nome que o ministro Ferreira do Amaral lhes dê, os sindicatos da TAP não estão dispostos a aceitar despedimentos na empresa. Foi com esta posição - a que se soma a exigência de que seja posto termo ao regime sucedâneo, que sejam abandonados os congelamentos salariais e que seja salvaguardada a viabilização da TAP - que os representantes da estrutura sindical da transportadora aérea nacional entraram terça-feira para a reunião com o conselho de administração.

Desta vez, estava a recebê-los o presidente, Santos Martins. Se assim tivesse sucedido no dia 27 de Outubro (em que os «cenários» da administração para a recuperação da empresa foram apresentados por quadros intermédios que, como foi referido na imprensa, não estavam em condições de responder a questões pertinentes levantadas pelos representantes dos trabalhadores nem traziam qualquer resposta à proposta de viabilização que os sindicatos haviam já apresentado), ou se o ministro não tivesse tentado «fintar» os trabalhadores (quando, no dia 28, se prontificou

a receber uma delegação com quem, afinal, só se encontraria a 5 de Novembro), ter-se-ia evitado a violenta carga policial de 29 de Outubro e a muito tensa

situação que se criou na empresa.

Pelas declarações dos representantes dos sindicatos e do presidente do conselho de administração da

TAP produzidas no final desta primeira reunião, o consenso ainda não foi encontrado, insistindo Santos Martins em que há trabalhadores «excedentários».

Sobre o aniversário de Álvaro Cunhal

No quadro de um interesse jornalístico que se compreende e respeita, numerosos órgãos de comunicação social têm vindo a solicitar ao camarada Álvaro Cunhal e a outros dirigentes do PCP depoimentos ou declarações a propósito da passagem do seu 80.º aniversário.

O Gabinete de Imprensa está em condições de esclarecer que a indisponibilidade para corresponder a tais solicitações se fundamenta em critérios éticos e políticos, entre os quais o de o PCP não assinalar

politicamente ou em termos de vida partidária os aniversários de dirigentes.

Os comunistas portugueses sentem naturalmente uma grande satisfação e alegria pelo facto de Álvaro Cunhal completar 80 anos em plena actividade e valiosa participação na luta do PCP ao serviço dos trabalhadores e do povo português, pela democracia e pelo socialismo.

10 de Novembro de 1993

O Gabinete de Imprensa do PCP

Provedor de Justiça recebe dirigentes da ASPP

O Provedor de Justiça prometeu na passada terça-feira aos dirigentes da ASPP que vai pedir uma audiência ao comandante-geral da PSP, general Monteiro Pereira, para discutir os processos disciplinares de que são alvo.

Segundo uma nota divulgada pela agência Lusa, Meneres Pimentel terá reafirmado durante uma reunião de cerca de uma hora que os problemas se devem resolver através do diálogo.

Comentando os resultados desta reunião, José Carreira afirmou que «abriu perspectivas» à ASPP para a resolução da questão relativa às acções disciplinares que atingem três dos seus dirigentes por causa da actividade associativa.

Para o dirigente da Associação Profissional da PSP, o «ataque de que estamos a ser alvo é perfeitamente marginal e visa criar um clima de receio a nível dos órgãos da ASPP».